

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Adicionar Organizadores

Debates sobre feminismo e Análise do Comportamento

Primeira Edição

Fortaleza
Imagine Publicações

2018

Copyright© 2018 da 1ª edição pela Imagine Publicações Ltda.

ISBN: 978-85-54337-00-1

Capa: -

Coordenação: Felipe Leite

Edição: Roberto Leite

Revisão: -

Projeto gráfico e editoração eletrônica: João Pedro Magalhães

2018

Todos os direitos em língua portuguesa reservados pela

IMAGINE PUBLICAÇÕES LDTA.

Rua Doutor Gilberto Studart, 55 - Sala 1502 - T1

CEP: 60192-105 - Cocó - Fortaleza - CE

Telefone: (85) 3246-1706

Email: imaginepublica@gmail.com

Impresso no Brasil pela [...]

Apresentação

Por que Feminismo na Análise do Comportamento?

Carolina Laurenti

Ecoss do ativismo do movimento feminista começaram a ressoar no contexto acadêmico na década de 1960, e foram ganhando mais projeção entre o fim dos anos 1970 e início da década de 1980, inclusive na psicologia. Desde então, as críticas feministas a determinadas formas de se produzir conhecimento científico têm desafiado a ciência de um modo geral, e a psicologia em particular, a se tornar uma prática cultural mais justa, igualitária e democrática, deixando de reproduzir, subscrever ou mesmo encorajar desigualdades entre gêneros verificadas em diferentes esferas da sociedade.

A interlocução entre Análise do Comportamento e Feminismo no âmbito acadêmico foi principiada, sobretudo, pelos trabalhos de Maria del Rosario Ruiz (1950-2017), que explorou, do ponto de vista teórico-filosófico, algumas afinidades entre teses feministas e a filosofia do comportamentalismo radical. As produções dessa autora, entretanto, parecem não ter sido suficientes para inserir a Análise do Comportamento de modo mais expressivo nesse cenário, considerando, até o momento, a escassa produção que discute essa aliança na área ¹.

No Brasil, o diálogo entre Feminismo e Análise do Comportamento é recente e relativamente incipiente. Apesar do caráter embrionário desses estudos no país, tem acontecido uma série de iniciativas com o in-

¹ Ver Couto, A., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. Revista: Perspectivas em Análise do Comportamento, 8(2), 147-158.

tuito de propiciar um contexto favorável à discussão de temas fomentados pelo Feminismo acadêmico. O livro “Debates sobre Feminismo e Análise do Comportamento” é uma expressão lídima desse esforço, e preenche uma lacuna importante no tocante à produção nacional acerca do Feminismo. Mas não se trata “apenas” de um livro sobre Feminismo. É um livro sobre a Análise do Comportamento – a sua história, teoria, ciência e profissão – discutida de uma perspectiva de gênero. Esse viés dá relevo a aspectos usualmente negligenciados na narrativa historiográfica dessa disciplina (e.g., as diferentes mulheres que participaram da institucionalização e consolidação dessa disciplina no Brasil), bem como permite perscrutar temas que pouco integram as agendas de pesquisa do campo (e.g., patriarcado, machismo, cultura do estupro, empoderamento feminino, práticas de gênero, assédio sexual, interseccionalidade, participação feminina na computação, psicoterapia feminista). É, antes de tudo, um livro sobre a práxis acadêmico-científica dos/as analistas do comportamento, o seu lugar social e suas implicações ético-políticas.

Um livro como este certamente enfrentará e, ao mesmo tempo, lançará muitos desafios para a Análise do Comportamento. Um deles é justamente discutir Feminismo. Isso porque existem conotações pejorativas do termo bastante difundidas no senso comum que podem tolher, logo de início, qualquer tentativa de debate, mesmo na esfera acadêmica. Em uma palestra proferida no TEDxEuston², a escritora africana Chimamanda Ngozi Adichie mencionou alguns desses estereótipos: feministas são geralmente consideradas “mulheres infelizes que não arrumam marido” e que “odeiam os homens”.

Para além dessas acepções burlescas do conceito, no domínio acadêmico o Feminismo dá visibilidade a uma “tensão” entre ciência e valores, opondo-se ao pensamento científico moderno. Nesse modelo epistemológico, a noção de objetividade científica era esclarecida pela ideia de neutralidade: o conhecimento científico seria objetivo, pois não estaria comprometido com qualquer perspectiva de valor particular, seja no plano ético, seja no político. Isso contribuiu para a construção da visão de que a ciência, orientada pelo método científico, seria regulada unicamente pela Razão; por conseguinte, os parâmetros para avaliar o seu desenvolvimento estariam circunscritos ao funcionamento interno da própria ciência, como as exigências de consistência lógica e apoio empírico, ao mesmo tempo

² Eis o link para acessar a palestra “Todos nós deveríamos ser feministas”: <https://goo.gl/q6u5zy>

em que fatores culturais, econômicos e políticos eram desconsiderados.

Essa “tensão” entre ciência e política também encontra ressonâncias na Análise do Comportamento, tendo em vista que há algumas interpretações que identificam aspectos do pensamento científico moderno nas práticas científicas da área³, como a tese da neutralidade científica. Considerando essas relações, situar o Feminismo, que é um movimento político, no escopo das discussões teórico-científicas da Análise do Comportamento, poderia, supostamente, comprometer o ideal de produção de um conhecimento objetivo, se objetividade ainda estiver sendo entendida como sinônimo de neutralidade.

Outro desafio que uma aliança com o Feminismo lança à Análise do Comportamento é estudar “gênero” – um termo que destaca as diferenças socialmente constituídas entre os diferentes sexos, estabelecendo o que seria entendido por masculino e feminino em uma dada cultura. Do ponto de vista epistemológico, o tema do gênero está tradicionalmente associado às ciências humanas. Isso reacende a já desgastada dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas – uma oposição que afirma a superioridade científica das primeiras e desconfia do status científico das segundas. Reiterando essa dicotomia, o ensino de Análise do Comportamento por vezes filia essa proposta de psicologia científica ao campo das ciências naturais, com o intuito de revesti-la dos qualificativos e desideratos dessas ciências: rigor metodológico, operacionalização das variáveis, uso do método experimental e busca de regularidades nos fenômenos, com o fim último de previsão e controle. Tudo isso, à primeira vista, parece ser antitético aos temas, à epistemologia e às metodologias “qualitativas” das ciências humanas. Como, na visão tradicional, há um ceticismo sobre cientificidade dessas ciências, estudar gênero poderia conferir à Análise do Comportamento um status menos científico, afastando-a daquelas áreas de conhecimento que gozam de maior prestígio acadêmico.

Uma vez enfrentados, e quiçá superados, esses desafios poderiam se transformar em valiosas contribuições à Análise do Comportamento. Distanciando-se dos estereótipos ilustrados por Chimamanda, o Feminismo, do ponto de vista político, pode ser entendido como um programa de ação que busca explicitar, enfrentar e superar práticas culturais opressivas, responsáveis por promover a desigualdade entre gêneros, que se manifesta em prejuízo das mulheres. O movimento feminista chama a

³ Ver Moxley, R. A. (1999). Two Skinners, modern and postmodern. *Behavior and Philosophy*, 27, 97-125.

atenção para o fato de que em algumas culturas as diferenças entre homens e mulheres, dentre elas as de natureza biológica, são transformadas em desigualdades. “Dominação masculina”, “patriarcado”, “machismo” são expressões utilizadas para dar visibilidade a essas práticas. De uma perspectiva analítico-comportamental, elas podem ser entendidas como um conjunto de contingências sociais, mantidas e transmitidas de geração a geração (práticas culturais), que controlam diferencialmente o comportamento de homens e mulheres, de modo que os homens teriam um acesso facilitado a reforçadores importantes (poder), que nem sempre são contingentes ao seu comportamento (privilégio). Como a ciência é parte e expressão da cultura, as desigualdades entre os gêneros, observadas em distintos contextos socioculturais (e.g., ambiente doméstico, trabalho, educação, religião etc.), podem também estar sendo reproduzidas pela própria atividade científica. Isso se evidencia, por exemplo, na exclusão histórica das mulheres da ciência, na disparidade entre gêneros verificada em diferentes campos científicos em favor dos homens (e.g., ciências matemáticas e tecnológicas) e na menor participação feminina na medida em que se avança para posições de mais notoriedade na hierarquia científica⁴.

Toda essa reflexão não parece ser inconsistente com os pressupostos teórico-filosóficos da Análise do Comportamento, de acordo com os quais ciência é comportamento do/a cientista, modelado e mantido por uma comunidade científica. De acordo com essa ótica, o comportamento científico é controlado não só por contingências relacionadas às regras do método científico, mas também por contingências da história de vida do cientista e da cultura na qual ele está inserido, e que não precisam ser tateadas para controlar o seu comportamento.

Uma aliança com o Feminismo poderia, então, promover uma mudança na identidade epistemológica da Análise do Comportamento, superando o pensamento binário que pauta a dicotomia entre ciências naturais e ciências humanas. O estudo do gênero na área poderia ser feito de acordo com procedimentos canonizados pelas práticas científicas dos/as analistas do comportamento; ele poderia, outrossim, ensejar novas e diferentes estratégias e procedimentos de investigação do assunto. De qualquer modo, não parece necessariamente haver ameaça à cientificidade da Análise do Comportamento estudar esse tipo de variável que, ao lado de outras, como

⁴ Ver Nosik, M. R., Luke, M. L., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in behavior analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*. Advance online publication. <http://dx.doi.org/10.1037/bar0000118>

poder, classe social, raça/etnia, são, não raro, desconsideradas nas análises funcionais, tanto do comportamento dos participantes das pesquisas e intervenções quanto do próprio comportamento do pesquisador e profissional analista do comportamento. Estudar gênero poderia, ainda, tornar a Análise do Comportamento mais objetiva, não na acepção de neutralidade científica, mas no sentido de que o processo de produção de conhecimento científico e os seus produtos possam ser avaliados igualmente entre homens e mulheres - algo que só será possível mediante a “aplicação sistemática de métodos que permitam identificar os pressupostos, os preconceitos, os valores e os interesses que subjazem à investigação científica supostamente desprovida deles”⁵.

Além disso, o Feminismo destaca a relevância da discussão política na Análise do Comportamento, um aspecto do qual essa teoria é recorrentemente acusada de negligenciar, em função de sua ênfase em questões procedimentais e tecnológicas. De acordo com essas críticas, a falta de reflexões ético-políticas tem contribuído para que as intervenções dos/as analistas do comportamento, mesmo que amparadas em análises funcionais, fiquem centradas no indivíduo, desconsiderando o contexto mais amplo de contingências culturais e institucionais, das quais participam relações hierárquicas de poder. Deixar de reconhecer e examinar esses aspectos pode levar esses/as profissionais a serem “parte do problema, e não da solução”⁶.

O valor de sobrevivência das culturas, tão defendido no plano ético, se não for subsumido a uma discussão política, pode acabar subscrevendo a reprodução de culturas que simplesmente “sobreviveram”, ignorando que essas podem ser mais ou menos democráticas, mais ou menos justas, mais ou menos respeitadas⁷. Diante da questão “das culturas que sobrevivem, qual é a melhor, ou qual é a que deveria perecer?”, o Feminismo ajuda a dar uma resposta: uma cultura que fomenta a opressão, seja de que forma for, como a cultura da dominação masculina, deveria perecer. Em termos de projeto social, a pergunta “qual cultura deveria sobreviver?” também tem uma resposta feminista: uma cultura que promova relações

⁵ Ver Santos, B. S. (2000). *A crítica da razão indolente: Contra o desperdício da experiência* (vol. 1, p. 31). São Paulo: Cortez.

⁶ Ver Holland, J. G. (1978). Behaviorism: Part of the problem or part of the solution? *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11, 163-174.

⁷ Ver Prileltensky, I. (1994). On the social legacy of B. F. Skinner: Rhetoric of change, philosophy of adjustment. *Theory & Psychology*, 4(1), 125-137.

mais igualitárias e justas entre gêneros é a melhor! Uma aproximação com o Feminismo poderia, então, instigar a potencial contribuição da Análise do Comportamento para mudar as formas opressivas de controle social, em direção à construção de um mundo melhor para todos e todas.

Em suma, as reflexões feministas podem tornar a Análise do Comportamento uma ciência melhor, mais objetiva e mais engajada; e é isso que este livro vem mostrar.

Capítulo 1

Pioneiras: A história das primeiras mulheres na análise do comportamento no Brasil

Gabriela Jheniffer Teixeira Silva & Ana Arantes

*De fato, eu me arriscaria a supor que Anônimo,
que escreveu tantos poemas sem assiná-los,
foi muitas vezes uma mulher.
(Virgínia Wolf, 1928)*

Pensar na ciência como um campo (majoritariamente) masculino não é algo recente. Pelo contrário, um dos primeiros estudos a abordar a diferença na produção científica entre homens e mulheres foi realizado por Rossi (1965). Apesar de esse estudo ter sido conduzido há mais de 50 anos, seus resultados infelizmente podem ser facilmente extrapolados para este século. Mulheres tinham menor participação na produção científica em diversas áreas e, de acordo com a autora, isso poderia ser explicado pela falta de incentivo e desencorajamento sistemático, desde a idade escolar, para que mulheres se engajassem em atividades que não as preparassem para seu futuro ideal: ser esposa e mãe (Rossi, 1965). Historicamente, as mulheres foram domesticadas para, independentemente de sua formação, suas maiores conquistas serem um bom casamento e a criação de filhos (ver, por exemplo, Rossi, 1965 e Foucault, 2003). Além disso, existia ainda

uma restrição em aceitar mulheres em cursos do ensino superior, apoiada nos estereótipos acima citados (Nosik, 2018).

Apesar das mudanças relacionadas à aceitação e aos direitos conquistados na segunda metade do século XX e às lutas dos movimentos feministas em busca de igualdade entre homens e mulheres, ainda hoje, em pleno século XXI, são palpáveis as diferenças entre gêneros quanto ao acesso à riqueza, direitos e oportunidades (ONU, 2015, *Minimum Set of Gender Indicators*). Para Bourdieu essas mudanças sociais não resolvem a questão da desigualdade, pois:

(...) mesmo quando as pressões externas são abolidas e as liberdades formais – direito de voto, direito à educação, acesso a todas as profissões, inclusive políticas – são adquiridas, a autoexclusão e a ‘vocação’ (...) vêm substituir a exclusão expressa (Bourdieu, 1998, p. 52, citado por Moraes, 2012).

Ou seja, a crença de que homens e mulheres teriam mais chances de alcançar sucesso de acordo com suas supostas características e qualidades inerentes fundamenta e perpetua a disparidade entre gêneros em diversos âmbitos profissionais, incluindo a ciência (Souza & Fonseca, 2008). Uma rápida análise histórica e cultural demonstra os diversos estigmas e consequentes dificuldades do ser mulher num campo que não fosse o papel tradicional: mãe, esposa e responsável pelas tarefas domésticas. De fato, as diferenças biológicas existem, mas em muitos casos elas se tornam a justificativa e não a causa das diferenças culturais. (Macêdo & Macedo, 2004; Araújo, 2005; Moraes, 2012; e Da Silva, 2015).

Este movimento de exclusão e impedimento do envolvimento de mulheres na área científica pode ser definido como o silenciamento e a invisibilização feminina que acontecem dentro do contexto social considerado comum. O sujeito (ou grupo) coexiste em dimensões paralelas da realidade instituída, que ressignificam o ser humano constantemente tendo como base as circunstâncias a que está submetido, englobando o trabalho, a política e a sexualidade. Essas variáveis seriam, então, cruciais para a construção não só do sujeito em si, mas da sua representação diante da sociedade (Da Silva, 2015). Como descrito pela autora, silenciamento e invisibilização explicitam os mecanismos pelos quais se marginalizam as minorias sociais:

O processo de silenciamento compõe a tríade: ausência de

discurso, discurso como monólogo e discurso não considerado. Por sua vez, o processo de invisibilização estabelece a tríade: sujeito inconveniente, sujeito ignorado e o não-sujeito (pp. 113-114)

O silenciamento das mulheres na área científica ocorre pela ausência de discurso como quando não se criam condições para que mulheres sejam palestrantes em eventos científicos, pela falta de convite por parte dos organizadores ou pela imposição de exigências que impossibilitam que elas apresentem seus trabalhos (como a exigência de que palestras sejam proferidas apenas por Doutores, o que impede que a maioria das mulheres, concentrada nos níveis de graduação e mestrado, tenha oportunidade de palestrar). O discurso como monólogo silencia as mulheres nas ciências quando são impedidas de expor pontos de vista particularmente femininos pelo fato de serem obrigadas a seguir normatizações e procedimentos que limitam o discurso ao ponto de vista dominante e único dos homens, como a norma gramatical de se usar o pronome masculino como padrão, por exemplo. Já o discurso não considerado silencia as mulheres em áreas científicas em que proposições femininas são diminuídas ou consideradas equivocadas pelo simples fato de serem emitidas por mulheres, o que pode ser visto nas críticas infundadas à prática da terapia feminista como antiética, baseadas na noção de que existiria uma “ideologia feminista” que estaria sendo imposta ao cliente por parte da terapeuta.

Em relação à tríade de invisibilização, podemos compreender o sujeito inconveniente como aquele considerado indesejado pela sociedade, um incômodo que deve ser evitado e que é caracterizado, por exemplo, por regras não explícitas do tipo “pós-graduandas mulheres atrasam a defesa de seus projetos porque engravidam durante o curso”, que podem gerar preferência pela seleção de alunos homens por programas de pós-graduação, evitando a seleção de mulheres. O sujeito ignorado é aquele que, apesar de presente, não tem suas contribuições levadas em conta, exemplificado claramente pelo fenômeno do *mansplaining*, em que mulheres, mesmo que com comprovada expertise em seus campos de atuação, são submetidas a situações em que homens explicam a elas os conceitos de suas especialidades de maneira condescendente e simplificada, ignorando que a mulher possa dominar o assunto em questão. E, por fim, o não-sujeito é aquele que sequer é considerado uma pessoa e passa a ser tratado como objeto, como coisa. Muitas vezes as mulheres são aceitas

em laboratórios científicos não por suas contribuições intelectuais, mas por sua força de trabalho considerada meticulosa e perfeccionista, como se fossem equipamentos de pesquisa e não pesquisadoras.

Invisibilização e silenciamento podem ser observados também na associação automática que leitoras e leitores fazem ao se deparar com referências em artigos acadêmicos, feitas somente com o sobrenome da pessoa que escreveu o trabalho citado: se presume que autores de trabalhos acadêmicos são necessariamente do gênero masculino, mesmo em áreas predominantemente femininas, como a Psicologia, por exemplo. Outro caso parecido que podemos listar são os inúmeros feitos e pesquisas que foram realizados e/ou tiveram uma importante participação de mulheres cujos nomes são geralmente esquecidos. Não são apenas nomes ignorados, mas também e principalmente são histórias perdidas no tempo. Um dos casos mais emblemáticos é o de Rosalind Franklin. Foi a partir dos dados da pesquisa desta química britânica que foi possível elaborar o modelo de dupla hélice do DNA. Os dois cientistas – homens – que apresentaram tal descoberta para a comunidade científica foram gratificados com um Prêmio Nobel e, somente décadas depois, foi reconhecida a importância da participação de Franklin (Ortiz & Silva, 2016). Outro caso que representa bem o machismo científico foi o de Nettie Stevens, uma das pioneiras no desenvolvimento de estudos genéticos que foram cruciais para a descoberta de que os determinantes do sexo de um organismo seriam cromossomos e não fatores ambientais. Apesar de um colega de laboratório ter chegado aos mesmos resultados tempos depois de Stevens, a descoberta foi creditada a ele, juntamente com o supervisor do laboratório em que trabalhavam (Lee, 2013).

Um estudo realizado por West, Jacquet, King, Correll e Bergstrom (2013) mostra que aproximadamente 70% da produção científica mundial até o ano de 2012 era de autoria de homens. Para explicar esta disparidade, existe um conceito cunhado por Rossiter (1993) denominado “Efeito Matilda”, que descreve o sub-reconhecimento de cientistas do gênero feminino nas áreas acadêmicas por meio da invisibilização e apagamento de suas contribuições, como nos casos citados de Franklin e Stevens. As possíveis justificativas para este efeito são o fato das mulheres estarem mais propensas a deixar a academia por fatores pessoais, mais especificamente, devido ao acúmulo de jornadas de trabalho, resultado de uma distribuição ineficiente das responsabilidades domésticas. (Sousa & Guedes, 2016). Esse desequilíbrio entre o trabalho e a vida pessoal interfere diretamente

na produtividade e avanço destas cientistas. (Knobloch-Westerwick, Glynn, & Hüge, 2013). Outro fator apontado é a participação das mulheres em redes de colaboração: enquanto mulheres são mais propensas a colaborar com outros cientistas (independentemente de seu gênero), as redes de colaboração de homens têm como padrão ser composta quase exclusivamente por outros homens. Esses padrões na comunicação acadêmica podem ser cumulativos, levando à impossibilidade das mulheres acadêmicas se desenvolverem em suas carreiras (Knobloch-Westerwick et. al., 2013).

Rossi (1965) aponta possíveis caminhos para que uma sociedade e, consequentemente, uma ciência mais igualitária sejam alcançadas: 1) educar crianças de formas similares, para que papéis familiares e profissionais tenham o mesmo peso independente do gênero de quem os desempenha; e 2) entender que as possíveis dificuldades que uma mulher possa encontrar ao desempenhar uma profissão que exija mais dedicação não estão ligadas a sua (falta de) capacidade e sim ao acúmulo de papéis (esposa, mãe, profissional) e, a partir disso, compreender que isso é um problema social e histórico, e não individual – atuando para que tal informação seja difundida e esta questão seja trabalhada em conjunto com a sociedade. Rossi (1965) aponta também que o aumento no número de mulheres cientistas seria uma das ferramentas para provocar as modificações coletivas necessárias para se alcançar a igualdade.

1.1 Psicologia: Uma profissão feminina, mas uma ciência masculina

Diante desse quadro de silenciamento das mulheres e de invisibilização da presença feminina no campo científico, não surpreende que, mesmo em áreas majoritariamente femininas, possamos verificar como as contribuições das mulheres são menos reconhecidas do que aquelas feitas por homens. Um caso emblemático a ser exemplificado é o das ciências psicológicas, cuja área (tanto acadêmica e científica, quanto aplicada) é formada por 90% de profissionais mulheres, segundo levantamento do DII-EESE (2016) sobre os dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014.

A graduação em Psicologia, desde a sua fundação, foi composta por

uma maioria esmagadora de mulheres (Rosemberg, 1984). Existem diversas variáveis que contribuem para a explicação desse fenômeno, como o possível reflexo dos modelos sexuais tradicionais (o que reservaria à mulher o papel de sentimental e “expressiva”), e a segregação ocupacional, que delega às mulheres profissões ligadas diretamente ao cuidado doméstico e com outras pessoas (Rosemberg, 1984). Essa presença expressiva das mulheres nas graduações em Psicologia não se traduz necessariamente em participação efetiva na construção da Psicologia como profissão e como corpo de conhecimento. Dados recentes mostram que, no Brasil, há uma desproporção na presença de mulheres em relação à de homens conforme nos dirigimos a níveis mais altos da carreira. Por exemplo, as mulheres representam 90% do total de profissionais de psicologia formadas e formados no país, mas a porcentagem de professoras mulheres cai drasticamente para 56,6% dos professores de ensino superior em Psicologia (DIEESE, 2016). Pensando na produção científica, mulheres são maioria desde a graduação até o nível do Pós-doutorado, mas coordenam apenas cerca de 40% de grandes projetos de pesquisa (Costa, 2006), o que pode até soar relevante, no entanto a autora aponta que, ainda que não exista um preconceito explícito, as estruturas sociais (família, religião, economia, direito, etc.) e a cultura agem “de forma a garantir a hegemonia masculina nos postos mais elevados das ciências.” (p.458). Embora esses dados sejam sobre a participação feminina nas ciências em geral, e de não termos dados específicos sobre a participação feminina na Psicologia em particular, é de se esperar, considerando a literatura sobre invisibilização e silenciamento, que na nossa área essa tendência se repita.

1.2 Por que estudar a história da Análise do Comportamento no Brasil?

Mesmo que não se tenha dados, específicos ou gerais, e estudos sobre a participação e contribuição das mulheres na ciência psicológica no Brasil, pensamos que um estudo sobre as desigualdades entre gêneros, particularmente dentro da Análise do Comportamento (AC), pode servir como caso exemplar. A chegada da AC coincide com o desenvolvimento institucionalizado do curso de Psicologia no país, o que provavelmente é uma das razões para que tenha se tornado uma disciplina de currículo mínimo da graduação (Miranda & Cirino, 2010) e colocado o Brasil entre os países em que a pesquisa científica na área seja uma das mais expressivas.

Poucos anos após a vinda da AC para o Brasil, nos anos 1960, ocorreu o golpe militar. Tal fato impossibilitou um pleno desenvolvimento desta ciência naquele momento (Ferreira, 1985; Matos & Carvalho, 1998). Ferreira (1985) afirma que cientistas brasileiros encontravam sérias limitações para o desenvolvimento da Psicologia como ciência por causa de um sistema de comunicação pobre entre os profissionais e por dificuldades econômicas do país que resultavam em cortes constantes de fundos para pesquisa e programas de graduação e pós-graduação descontinuados, chegando ao ponto de as próprias universidades não terem dinheiro suficiente para comprar livros e manter a assinatura de diversos periódicos. De acordo com Matos e Carvalho (1998), uma das principais dificuldades enfrentadas foi a falta de equipamentos e bibliografias necessários aqui no Brasil, o que também refletia diretamente na aprendizagem dos alunos. Durante a ditadura militar, os analistas do comportamento se viram obrigados, por conta das restrições pessoais, políticas e econômicas impostas, a voltar-se para a aplicação clínica e ensino. Houve diversos cancelamentos de viagens para o exterior, assim como dificuldades na importação de materiais e revogação de convites para professores de outros países virem ao Brasil por conta das restrições xenófobas impostas pelos militares (Todorov, 2004).

Mesmo com este percalço, nem tudo foi perdido. Os trabalhos desenvolvidos na Universidade de Brasília (UnB) resultaram em publicações nacionais e internacionais significativas (Matos & Carvalho, 1998). Além disso, por conta da dispersão dos profissionais pelo país, com o passar dos anos, muitos cursos de graduação em Psicologia tiveram em suas primeiras matrizes a influência direta do trabalho de Carolina Bori (Todorov

& Hanna, 2010).

A constante produção de pesquisas em AC (básicas, aplicadas e conceituais) desde a década de 1960, a realização sistemática de diversos eventos científicos e o número crescente de periódicos e livros especializados são aspectos que fundamentam a importância de estudos históricos sobre a área no nosso país. Como destaca Cruz (2006), embora existam poucos exemplos de pesquisas históricas sobre a AC no Brasil, tais pesquisas podem ser instigantes e reveladoras e, principalmente, auxiliar no delineamento da produção de conhecimento na área. Apesar da pouca produção relativa a pesquisas históricas, nos últimos anos houve um aumento substancial de pesquisas voltadas para a análise histórico-conceitual, o que indica a consolidação da AC na comunidade científica, uma vez que a área se desenvolveu o suficiente para buscar, em sua história, aspectos relevantes que favorecem a identificação de fatores que estão constantemente afetando a constituição da AC e do Behaviorismo no Brasil (Cruz, 2006).

1.3 Presença e participação feminina na Análise do Comportamento brasileira

No decorrer da história da AC no Brasil, diversas mulheres tiveram papéis importantes, algumas vezes até cruciais para o estabelecimento da área no país, mas pouco se tem registrado sobre suas contribuições. Um bom exemplo disso é o fato quase desconhecido de que o primeiro convite para que o Professor Keller¹ viesse para o Brasil partiu de uma aluna do curso de Psicologia da Universidade de São Paulo, Mirtes Rodrigues do Prado (Couto, 2012). Uma das poucas mulheres com reconhecimento mais amplo dentro do campo da ciência psicológica foi a Professora Doutora Carolina Martuscelli Bori que, nas palavras de Matos e Carvalho (1998), conquistou este posto por “principalmente ao longo de várias gestões como parte da Diretoria da SBPC”, ter rompido “os tabus políticos mais resistentes deste país: uma mulher à frente dos cientistas brasileiros” (p.5).

Como já discutido, a invisibilização do trabalho feminino é histórica e não exclusiva do campo da Psicologia ou da AC – é uma opressão

¹ O Professor Fred S. Keller, em 1961, veio ao Brasil lecionar durante um ano como professor visitante na Universidade de São Paulo. No decorrer da disciplina de Psicologia Experimental, o Prof. Keller não só apresentava o conteúdo programático da AC, como administrava exercícios práticos em laboratório. Estas aulas foram a primeira semente da Análise Experimental do Comportamento no nosso país (Matos & Carvalho, 1998).

Tabela 1.1: Lista de bases de dados e periódicos da área de AC usados no levantamento bibliográfico.

Bases de dados
Biblioteca Nacional de Medicina dos Estados Unidos (PubMed)
Biblioteca Virtual em Saúde - Psicologia Brasil (Bvs-Psi)
Centro Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde (Bireme)
<i>Education Resources Information Center (Eric)</i>
Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPsic)
<i>American Psychological Association (PsycInfo)</i>
<i>Scientific Electronic Library Online (Scielo)</i>
<i>SciVerse Scopus (Scopus)</i>
<i>Web of Science</i>
Periódicos nacionais de Análise do Comportamento
<i>Acta Comportamentalia*</i>
Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva (RBTTCC)
Revista Perspectivas em Análise do Comportamento
Revista Brasileira de Análise do Comportamento (REBAC)

*Apesar de ser um periódico internacional, os artigos selecionados neste periódico foram publicados em português, portanto optamos por incluí-lo na categoria de publicação nacional.

estrutural (Velho & León 2012). Resgatar e trazer à tona o trabalho dessas mulheres é uma forma não só de resgatar ângulos não explorados da história da AC brasileira, como também de ir contra o movimento de apagamento dessa parte importante da história das mulheres que fazem e contribuem significativamente para a ciência. Por isso, neste estudo, pretendemos apresentar como a produção e a carreira acadêmico-científica dessas mulheres vêm sendo retratada pela área e investigar o papel que a presença feminina teve na constituição e consolidação da AC no Brasil. Para esse objetivo, realizamos um levantamento bibliográfico em nove bases de dados de periódicos científicos e em quatro periódicos nacionais da área de AC (como mostrado na Tabela 1), sem restrição de data, utilizando as seguintes combinações de buscadores: “início da Análise do Comportamento”, “história”, “Análise do Comportamento”, “Brasil”, “mulheres”, “behaviorismo”, e “pesquisa histórica”, bem como suas respectivas traduções para o inglês.

Inicialmente, foram selecionados todos os artigos que continham um

ou mais dos buscadores citados e aqueles que mostrassem uma ou mais palavras-chave semelhante aos buscadores utilizados. A partir do título, resumo e, se necessário, a leitura completa do artigo, foram selecionados aqueles trabalhos que abordavam, por meio de estudos de caso ou históricos, os 20 primeiros anos da AC no Brasil e aqueles que continham informações históricas ou documentação sobre este período. Foram encontrados 2730 artigos e, destes, 16 foram selecionados seguindo os critérios descritos.

A Figura 1.1 mostra a distribuição de artigos publicados por ano sobre a temática. Mesmo sem a existência de limitação de período temporal nas buscas, somente dois artigos foram publicados antes do ano 2000 e a maioria (nove dos 16 artigos) se concentra no período pós-2010. Esta informação corrobora o trabalho de Cruz (2006), comprovando a existência de uma lacuna a ser preenchida nesse âmbito, uma vez que existem poucas pesquisas históricas acerca da AC no país.

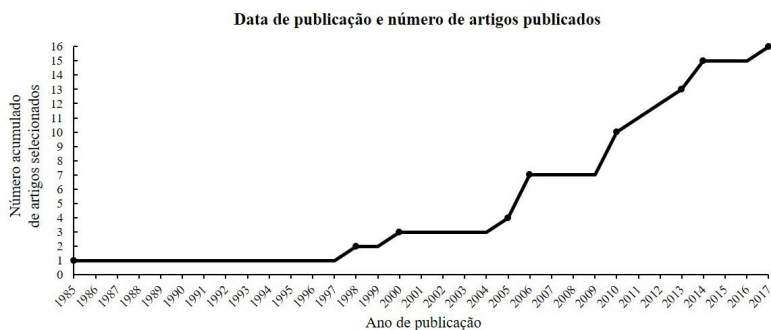


Figura 1.1: Distribuição do número de artigos encontrados de acordo com as datas de publicação dos mesmos. A curva acumulada mostra o crescimento acelerado de publicações sobre história da AC a partir de 2010.

Ao se buscar um resgate histórico da construção de uma ciência, como no caso da AC, é crucial considerar que a relação entre o comportamento do cientista, a comunidade científica e o contexto cultural em que cientista e comunidade se inserem são aspectos indissociáveis. A complexidade e a amplitude dessas variáveis nos impossibilitam contar toda a história e estamos limitadas e limitados, de forma que qualquer tentativa de concretizar tal tarefa resulta em esboços da história. (Cruz, 2006). Tais esboços, entretanto, não perdem seu valor porque tornam possível identificar ao

Gênero dos nomes citados como "catalisadores" da AC no Brasil

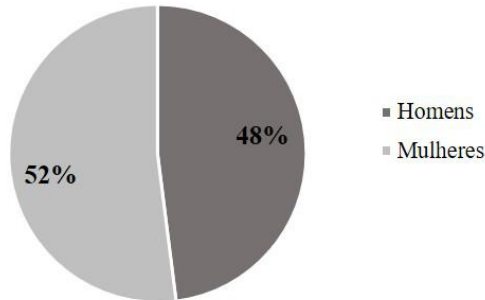


Figura 1.2: Distribuição por gênero dos nomes da área de AC, citados nos artigos selecionados para o estudo, considerados "catalisadores" da AC no Brasil entre 1960 e 1985.

menos algumas das variáveis presentes na cultura daquele momento que se relacionam com o comportamento não só de uma cientista ou um cientista, mas de toda uma comunidade científica, de acordo com o contexto cultural e histórico (Cruz, 2006). Este capítulo é um exemplo de como podemos utilizar essas relações para recontar a história, estando nós mesmas inseridas num contexto diferente e analisar, com base nas informações atuais, como se deu a construção da AC para compreender como e por que se deu o apagamento sistemático de inúmeras histórias e contribuições de mulheres ao longo do desenvolvimento da área.

Os artigos selecionados na busca relatavam acontecimentos ocorridos entre 1960 e 1985, configurando os primeiros 25 anos da AC no país, e citavam um total de 55 nomes da pesquisa e da academia na área de AC e Behaviorismo Radical. Dentre esses, 29 eram mulheres, configurando 52% do total, como podemos observar na Figura 2. A participação feminina no início da AC brasileira parece seguir a tendência expressa na Psicologia como um todo, demonstrada anteriormente, em que a participação das mulheres cai de 89% de estudantes na graduação em Psicologia (Rosemberg, 1984) para uma participação de 56,6% nos quadros docentes (DIEESE,

2016), e continua diminuindo para 52% das pesquisadoras consideradas importantes para “catalisação” da AC. Pode parecer uma comparação entre desiguais, dado que se compara a porcentagem total de alunas de graduação nos cursos de Psicologia com a porcentagem de pesquisadoras cujos papéis dentro da área de AC são considerados fundantes. Porém, é de se pensar como os homens passam de 11% dos estudantes de graduação em Psicologia daquela época (entre 1960 e 1980) para mais da metade dos grandes pesquisadores de uma ciência, enquanto a maioria das mulheres não ultrapassa os níveis da graduação e pós-graduação. Dado o contexto histórico do início da AC no Brasil, podemos buscar compreender esses dados como resultado dos papéis de gênero fortemente arraigados que desestimulavam então, e ainda desestimulam hoje, um maior envolvimento feminino profissional e acadêmico.

Mesmo com representação ligeiramente diminuída, relativamente à representação dos homens (29 mulheres para 26 homens citados), os números apresentados são importantes, pois salientam que apesar de todo o contexto histórico envolvido, mulheres estiveram e foram presentes ativamente na formação de analistas do comportamento e na disseminação de laboratórios de Análise Experimental do Comportamento pelo país. Mostram também como a percepção do papel das mulheres na área é subestimada pelas próprias cientistas e pelos próprios cientistas, já que um levantamento informal entre colegas analistas do comportamento tende a mostrar que, além das Professoras Carolina Bori, Maria Amélia Matos e algumas outras, a maioria das pesquisadoras e dos pesquisadores de AC não tem informações sobre essa participação fundamental das mulheres na área.

Dentre os 16 artigos selecionados para este estudo, 62% deles são de autoria estritamente masculina. Esse dado é muito interessante se levarmos em consideração a discussão acerca do “Efeito Matilda” e como o gênero influencia nas escolhas de coautores: a maioria esmagadora dos artigos é escrita somente por homens e, em sua maioria, somente com outros homens como parceiros. Esse dado, aliado às informações já citadas da acerca da proporção de mulheres na Psicologia, nos mostra que esse efeito não acontece por falta de profissionais femininas nas áreas científicas, mas porque homens sistematicamente excluem as mulheres do fazer científico. Pode-se inferir, portanto, que é mais um exemplo prático do “Efeito Matilda”.

A representação das mulheres na AC vem sendo analisada há tempos

no âmbito internacional. O trabalho de Poling et al. (1983) foi pioneiro desta área ao avaliar a contribuição das mulheres na produção científica da área no que diz respeito à autoria dos artigos publicados e na participação de mulheres nos conselhos editoriais dos principais periódicos internacionais. Esse estudo mostrou tendências crescentes na representação das mulheres como analistas do comportamento, ainda que essa participação não seja representativa do total de mulheres na área, em relação ao número relativo de homens. A pesquisa de Nosik (2018) mostra um aumento considerável da participação feminina na AC em diversas faixas etárias, o que demonstra que o aumento de cientistas mulheres é uma das ferramentas necessárias para promover mudanças de contingências necessárias para se alcançar a equidade, mesmo que os avanços sejam feitos aos poucos (Rossi, 1965).

Ao longo da leitura dos artigos selecionados para este estudo, percebemos que a participação feminina na formação da AC como área científica no Brasil se deu, principalmente, em três categorias de atuação distintas, ainda que sobrepostas em alguns casos: 1. a importância dessas profissionais no ensino da AC durante os anos iniciais da Psicologia no Brasil; 2. suas contribuições para o conhecimento analítico-comportamental nas áreas de pesquisa básica e aplicada; e 3. seu papel na difusão da AC como ciência e das tecnologias advindas desta. Desse modo, foi possível compreender de maneira mais acurada como se deram suas contribuições ao longo da formação da AC no país. A Tabela 1.2 mostra a distribuição das mulheres mencionadas nos artigos selecionados entre categorias formuladas. A atribuição das analistas do comportamento às categorias se deu seguindo os seguintes critérios:

1. Contribuições Para o Ensino: quando, nos artigos selecionados, foram citadas informações acerca da carreira docente como Universidade, período de docência, disciplinas ministradas e afins.
2. Contribuições Científicas (Pesquisa): quando foram descritos o desenvolvimento ou estabelecimento de linhas de pesquisa e de laboratórios e/ou participação e orientação de alunos em laboratórios de pesquisa.
3. Contribuições Para a Difusão da AC: quando foram encontradas informações sobre a elaboração de livros para públicos diversos, participação na consolidação de políticas públicas, fundação ou participação em cursos de outras áreas (pedagogia, biologia, enfermagem,

etc.), clínicas e institutos.

De um total de 29 mulheres citadas como “catalisadoras” e pioneiras da consolidação da AC no Brasil, quatro dos 16 artigos selecionados apresentam a maioria das mulheres (16 citadas) na categoria de Difusão da Análise do Comportamento, novamente seguindo a tendência, verificada tanto em outras áreas da Psicologia quanto dentro da AC, da presença feminina mais expressiva nas áreas aplicadas (ou seja, na prestação de serviços psicológicos) do que nas áreas científicas. Nas categorias de Contribuição Científica (Pesquisa) e de Ensino foram alocadas 10 e oito analistas do comportamento, respectivamente. Nota-se, também, que as Professoras Carolina Bori e Maria Amélia Matos aparecem nas três categorias, atestando sua importância para a AC brasileira. A Professora Dora Fix Ventura tem seu papel categorizado, também, tanto em Contribuição Científica (Pesquisa) como em Ensino. Em contraste com esse reconhecimento da área a essas pesquisadoras e professoras, temos o nome da Professora Luzidéia, citada no artigo de Barbosa, Costa, Ulian e Lima (2017), sobre a qual não encontramos maiores informações, nem mesmo sobre seu nome completo. O fato de essa professora ser somente citada em um estudo sobre a AC no Nordeste, região historicamente negligenciada nas políticas educacionais e científicas do país, não nos foge à atenção.

Para uma melhor visualização e entendimento do desenvolvimento da AC no Brasil através das contribuições das mulheres da área, foi elaborada uma linha do tempo com as informações coletadas nos artigos selecionados, mostrada na Tabela 1.3. Podemos ver, nessa cronologia, a expressiva participação das mulheres desde o lançamento das bases experimentais da AC no Brasil, com a fundação de laboratórios experimentais e intercâmbio com pesquisadores internacionais já estabelecidos, passando pelo ensino de disciplinas de Análise Experimental do Comportamento e outras disciplinas de Psicologia sob a ótica analítico-comportamental, até o início da clínica comportamental, estabelecendo a área aplicada e a prestação de serviços em Análise do Comportamento Aplicada.

Tabela 1.2: Categorização da participação feminina na formação da AC, segundo os artigos selecionados para o estudo.

Categoria	Referência	Analistas do comportamento citadas
Ensino	Barbosa et al., 2017	Ana Lúcia Ulian Sandra Eli Bachiega
	Miranda & Cirino, 2010	Carolina Bori Maria Amélia Matos
	Todorov & Hanna, 2010	Margarida Windholz Dora Fix Ventura Maria Inês Rocha e Silva Vera Konigsberger
Contribuição científica (Pesquisa)	Miranda & Cirino, 2010	Maria Amélia Matos Dora Fix Rachel Kerbaux Maria José Vasconcellos Adélia Teixeira Sonia dos Santos Castanheira
	Todorov & Hanna, 2010	Elenice Ferrari Deisy das Graças de Souza Herma Drachenberg
	Fidalgo, 2014	Carolina Bori
Difusão da Análise do Comportamento	Miranda & Cirino, 2010	Carolina Bori Maria Amélia Matos
	Todorov & Hanna, 2010	Maria Helena Leite Hunziker
	Polanco, 2014	Ione Scarpelli Pereira
	Barbosa et al., 2017	Mercedes Cunha de Carvalho Marilena Ristum Márcia Bonagamba Vera Otero Marlene Gonzales Anamélia Araújo de Carvalho Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos Ana Helena Galvão Márcia Miriam Gomes Liana Sodré Zorilda Goes Profa. Luzidéia*

*Não há informações sobre o nome completo dessa analista do comportamento.

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1960-1970	Deisy das Graças de Souza, então bolsista de iniciação científica, Elenice Ferrari e outros estudantes desenvolvem pesquisas sobre controle aversivo, reconhecidas por sua qualidade e originalidade e publicadas em revistas internacionais.	Todorov & Hanna, 2010
1961	Maria Amélia Matos, Dora Fix Ventura, Margarida Windholz, Vera Konigsberger e Maria Inês Rocha e Silva são as primeiras alunas do curso oferecido por Keller durante sua primeira vinda ao Brasil.	Todorov & Hanna, 2010
1961-1962	Maria Amélia Matos e Carolina Bori trabalham como assistentes do professor Keller. Foram responsáveis pelo primeiro laboratório de AC no Brasil.	Cirino, 2012
1962	Bori se torna uma das primeiras professoras de Psicologia do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da cidade de Rio Claro, interior de SP. Herma Drachenberg, sob supervisão de Carolina Bori, desenvolve em conjunto com outro cientista um protótipo do <i>Personalized System of Instruction</i> (PSI, da sigla em inglês para Sistema Personalizado de Ensino)	Todorov & Hanna, 2010
1963-1964	Carolina Bori lidera a formação do Departamento de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).	Cirino, 2012
1965	Maria Helena Leite Hunziker e outro cientista fundam o primeiro centro voltado para formação de AC da cidade de Campinas-SP.	Hanna & Todorov, 2010
1968	Criação do curso de Psicologia na Universidade Federal da Bahia. Profa. Mercedes Cunha de Carvalho é uma das principais colaboradoras, participando da elaboração da grade curricular.	Barbosa et al., 2017
1969	Carolina Bori ministra um curso que versa sobre Psicologia Social Experimental, considerado marco para o início da AC na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Ione Scarpelli Pereira, então professora da UFMG,	Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1969-1971	Bori ministra aulas no programa de pós-graduação em Psicologia Experimental da USP.	Miranda & Cirino, 2010 Nale, 1998
	Alguns dos principais trabalhos em AC no início da década de 1970 são orientados por Bori.	
	Maria Amélia Matos é responsável por montar o laboratório de comportamento operante, trazendo material dos EUA para a UFMG.	
	Dora Fix coordena o Laboratório de Psicologia Sensorial da UFMG. Carolina Bori e Maria Amélia Matos recebem professores de outras universidades interessados em AC (intercâmbio entre UFMG e USP-São Paulo)	
1969-1979	Todas as pesquisas sobre comportamento verbal produzidas neste período (totalizando seis estudos) são orientadas por Carolina Bori – enquanto professora da USP.	Fidalgo, 2014
1970	Rachel Kerbauy escreve o manual “Análise Experimental do Comportamento: exercícios de laboratório”, utilizado amplamente no desenvolvimento do laboratório de AC na UFMG. Seus métodos foram minuciosamente seguidos por discentes e docentes. Maria José Vasconcellos e Sonia Castanheira atuam neste laboratório	Miranda & Cirino, 2010 Polanco, 2014
	(Uma curiosidade: o primeiro laboratório de pombos da UFMG foi montado dentro de um dos banheiros do departamento.)	
1970-1971	Sonia Santos Castanheira, graduada em Psicologia pela UFMG, que se tornara professora da mesma universidade nos anos 60, inicia pesquisas em AC envolvendo pombos no laboratório didático.	Cirino, 2012
1971	Redação do Regulamento do Laboratório de Psicologia da UFMG, documento assinado por Sonia dos Santos Castanheira.	Miranda & Cirino, 2010 Barbosa et al., 2017
	Carolina Bori auxilia na instalação do laboratório de Psicologia Experimental da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). Na época foram contratadas duas psicólogas recém-formadas para ministrar aulas: Marilena Ristum e Márcia Bonagamba.	
1971-1972	As docentes Maria José Vasconcellos e Maria Amélia Matos são responsáveis pelo I Encontro de Psicologia Experimental na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG.	Miranda & Cirino, 2010

Tabela 1.3: Linha do tempo das participações e contribuições das mulheres analistas do comportamento nos primeiros 20 anos da AC no Brasil, conforme descrito nos artigos selecionados para este estudo.

Período	Participação das analistas do comportamento	Referências
1972	Vera Otero e Marlene Gonzales substituem Ristum e Bonagamba em seu trabalho na UFMA.	Barbosa et al., 2017
1973	Anamélia Araújo de Carvalho assume a coordenação do Laboratório e o ensino de Psicologia Experimental da Universidade Federal da Bahia (UFBA), junto com algumas egressas como Ana Cecília Sousa Bittencourt Bastos, Ana Helena Galvão, Márcia Miriam Gomes, dentre outras. Este grupo é o primeiro a exercer profissionalmente a terapia comportamental em Salvador-BA.	Barbosa et al., 2017
1974	Adélia Teixeira é orientanda de Doutorado de Bori na USP-SP.	Miranda & Cirino, 2010
1979	Ana Lúcia Ulian, formada pela Universidade de Londrina(UEL) juntamente com Liana Sodré e Zorilda Goes integraram o grupo de ensino da disciplina de Psicologia Experimental da UFBA.	Barbosa et al., 2017
1984	Ana Lúcia Ulian assume a coordenação do Laboratório e as disciplinas de Psicologia Experimental 1 e 2 da UFBA (trabalhos que reveza com outro professor). Estas disciplinas propunham um programa que se utilizava de artigos com conteúdo clínico e metodologia experimental. Posteriormente faz parte do quadro de supervisores do Estágio em Clínica da mesma universidade. É fundado o segundo curso de Psicologia na Universidade de Fortaleza (UNIFOR).	Barbosa et al., 2017
1985	As disciplinas de AC são ministradas pela Profa. Luzidéia, ex-aluna da Universidade Federal do Ceará (UFC). A Profa. Sandra Eli Bachiega é contratada pela UFC e se torna responsável por supervisões na área clínica utilizando terapia comportamental.	Barbosa et al., 2017

1.4 Considerações Finais

A invisibilização e o silenciamento das mulheres no contexto científico têm sido mostrados em diversos estudos das áreas de Sociologia, Antropologia e História, desde o impedimento inicial da participação feminina nas universidades, até o completo apagamento das cientistas responsáveis por descobertas críticas para a evolução científica em seus campos. Na Psicologia de modo geral, e na AC em particular, esse cenário não é diferente, porém a AC tem progressivamente reparado essa desigualdade histórica reconhecendo aos poucos o papel das mulheres pioneiras da área na fundação da ciência e da prestação de serviços em AC no país, muito por iniciativa das próprias pesquisadoras, como este estudo atesta.

Para uma melhor compreensão das variáveis históricas e sociais implicadas nas práticas culturais de silenciamento e invisibilização das mulheres na sociedade e na ciência é preciso que tenhamos informações mais precisas sobre a presença e a participação feminina, com dados demográficos específicos sobre o número de mulheres nas associações da área, sua participação nos congressos, nas publicações e nos vários campos de aplicação da AC. McSweeney, Donahoe e Swindell (2000) sugerem a aplicação e acompanhamento de estatísticas formais sobre a participação de mulheres e minorias na AC como uma das estratégias para buscar a equidade da produção e do acesso à academia. Dessa forma, teremos um quadro mais preciso da situação de desigualdade entre os gêneros dentro da área, primeiro passo para a proposição de intervenções para modificar os sistemas de opressão de gênero. E, assim como Nosik (2018), encorajamos as futuras pesquisadoras e os futuros pesquisadores a continuar investigando as variáveis ambientais e práticas culturais de desigualdade de gênero e seus impactos, em prol de uma ciência analítico-comportamental mais igualitária.

Por fim, uma observação deve ser feita a respeito do conceito de mulher utilizado neste estudo: partimos do princípio da distinção de categorias de gênero (feminino e masculino) socialmente construídas, de acordo com teóricas feministas como Rubin (1975) e Lerner (1986), e analistas do comportamento feministas como Ruiz (2003)². Entretanto, é importante levar em consideração que a categoria mulher não é única e sim múltipla (Esmeraldo, 2006). Variáveis como raça, orientação sexual, identidade de

² Para maiores discussões sobre o conceito de gênero e as considerações analítico-comportamentais feitas a partir dele, ver o capítulo 02 neste livro.

gênero e classe social das analistas do comportamento pioneiras citadas neste estudo não foram levadas em consideração por falta destas informações em documentos históricos e nos artigos encontrados. Sabe-se, no entanto, que o perfil da população com nível universitário nas décadas de 1960 a 1980, no Brasil, era de homens brancos, heterossexuais e cisgêneros (ao menos publicamente), originários das classes sociais mais altas (Ristoff, 2014). Tendo em vista este contexto histórico-cultural, pode-se inferir que a maioria - para não dizer a totalidade - das mulheres citadas aqui se enquadra nos mesmos padrões de raça, orientação sexual e identidade de gênero públicas, além de compartilharem da mesma classe social. Tais interseccionalidades são frequentemente negligenciadas, portanto é necessária a realização de pesquisas que foquem em tais recortes para que possamos vislumbrar os seus impactos na construção da ciência. Nomes, histórias e contribuições foram e continuam sendo apagadas de forma recorrente - e o caso das mulheres é o mais evidente.

Referências Bibliográficas

- Araújo, M. F. (2005). Diferença e igualdade nas relações de gênero: Revisitando o debate. *Psicologia Clínica*, 17(2), 41-52.
- Barbosa, J. I. C., Costa, N., Ulian, A. L. A. O., & Lima, L. S. (2017). Memórias da Análise do Comportamento no Nordeste: Bahia, Ceará e Maranhão. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 19, 61-70.
- Camargo, W. X., & Kessler, C. S. (2017). Além do masculino/feminino: Gênero, sexualidade, tecnologia e performance no esporte sob perspectiva crítica. *Horizontes Antropológicos*, 47, 191-225.
- Costa, M. C. (2006). Ainda somos poucas: Exclusão e invisibilidade na ciência. *Cadernos Pagu*, 27, 455-459.
- Couto, A. (2012). História da Análise do Comportamento no Brasil. *Revista Online Comporte-se: Psicologia e Análise do Comportamento*. Retirado de: <http://www.comportese.com/2012/02/historia-da-analise-do-comportamento-no-brasil/>
- Cruz, R. N. (2006). História e Historiografia da Ciência: considerações para pesquisa histórica em análise do comportamento. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 8(2), 161-178.
- Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos. (2016). Levantamento de informações sobre a inserção dos psicólogos no mercado de trabalho brasileiro. Retirado de: <http://bit.ly/dieese2016>
- Esmeraldo, G. G. S. L. (2006). O feminismo no plural: Para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. *Revista Estudos Feministas*, 14(3), 829-831.
- Ferreira, M. C. R. (1985). The study of behavioural development in Brazil: Contemporary research, teaching, and practice. *International Journal of Behavioral Development*, 8, 139-151.
- Ferreira, M. C. (2004). Sexismo hostil e benevolente: Inter-relações e diferenças de gênero. *Temas em Psicologia*, 12(2), 119-126.
- Foucault, M. (2003). História da Sexualidade, Volume I: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal. (Trabalho original publicado em 1988).
- Knobloch-Westerwick, S., Glynn, C. J., & Huge, M. (2013). The Matilda effect in science communication: An experiment on gender bias in publication quality perceptions and collaboration interest. *Science Communication*, 35(5), 603-625.

- Lee, J. J. (2013). Six women scientists who were snubbed due to sexism. *National Geographic*. Retirado de: <http://bit.ly/leejj2013>
- Lerner, G. (1986). *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press.
- Macêdo, G. S., & Macedo, K. B. (2004). As relações de gênero no contexto organizacional: O discurso de homens e mulheres. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, 4(1), 61-90.
- Matos, M. A., & Carvalho, A. M. A. (1998). Carolina Martuscelli Bori: Uma cientista brasileira. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11(2), 411-420.
- McSweeney, F. K., Donahoe, P., & Swindell, S. (2000). Women in applied behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 23(2), 267-277.
- Miranda, R. L., & Cirino, S. D. (2010). Os primeiros anos dos laboratórios de análise do comportamento no Brasil. *Psychologia Latina*, 1(1), 79-87.
- Moraes, E. (2012). Ser mulher na atualidade: A representação discursiva da identidade feminina em quadros humorísticos de Maitena. Em I. Tasso & P. Navarro, (Orgs.), *Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas*, (pp. 259-285). Maringá: Eduem.
- Nosik, M. R., Luke, M. M., & Carr, J. E. (2018). Representation of women in Behavior Analysis: An empirical analysis. *Behavior Analysis: Research and Practice*, 1(2), 1-9.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Minimum Set of Gender Indicators. Disponível em <https://genderstats.un.org>
- Ortiz, E., & Silva, M.R. (2016). O uso de abordagens da História da Ciência no ensino de biologia: Uma proposta para trabalhar a participação da cientista Rosalind Franklin na construção do modelo da dupla hélice do DNA. *Investigações em Ensino de Ciências*, 21(1), 106-123.
- Poling, A., Grossett, D., Fulton, B., Roy, S., Beechler, S., & Wittkopp, C. J. (1983). Participation by women in behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 6, 145-152.
- Ristoff, D. (2014). O novo perfil do campus brasileiro: Uma análise do perfil socioeconômico do estudante de graduação. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior* (Campinas), 19(3), 723-747.
- Rosemberg, F. (1984). Afinal, por que somos tantas psicólogas? *Psicologia: Ciência e Profissão*, 4(1), 6-12.
- Rossi, A. (2012). Women in science: Why so few? *Science*, 148(3674), 1196-1202.

- Rossiter, M. W. (1993). The Matthew Matilda effect in science. *Social Studies of Science*, 23(2), 325-341.
- Rubin, G. (1975). The traffic in women. Em: R. Reiter, (Org.), *Towards an Antropology of Women*, (pp. 160-207). New York: Monthly Review Press.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12-16.
- Da Silva, W.A. (2015). Foucault e indigência: As formas de silenciamento e invisibilização dos sujeitos. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 6(3), 111-128.
- Sousa, L. P., & Guedes, D. R. (2016). A desigual divisão sexual do trabalho: Um olhar sobre a última década. *Estudos Avançados*, 30(87), 123-139.
- Souza, M. R. F., & Fonseca, M. C. F. R. (2008). Mulheres, homens e matemática: Uma leitura a partir dos dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. *Educação e Pesquisa*, 34(3), 511-526.
- Todorov, J. C., & Hanna, E. S. (2010). Análise do Comportamento no Brasil. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(SpE), 143-154.
- Todorov, J. C. (2004). Da aplysia à constituição: Evolução de conceitos na análise do comportamento. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 17(2), 151-156.
- Velho, L., & León, E. (2012). A construção social da produção científica por mulheres. *Cadernos Pagu*, 10, 309-344.
- Woolf, V. (1985). Um teto todo seu. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. (Trabalho original publicado em 1928.)
- West, J. D., Jacquet, J., King, M. M., Correll, S. J., & Bergstrom, C. T. (2013). *The role of gender in scholarly authorship*. PloS ONE, 8(7), e66212.

Capítulo 2

Pontes entre o feminismo interseccional e a análise do comportamento

Táhcita Medrado Mizael

O feminismo pode ser conceituado, grosso modo, como um movimento de luta pela conquista de direitos iguais entre os homens e as mulheres. Ele costuma ser dividido em três grandes ondas, a primeira da metade do século XIX até os anos 1960, a segunda entre a década de 1960 e os anos 1980, e por fim, a terceira, da década de 1980 até os anos atuais (e.g., Nogueira, 2017). Em resumo, as pautas das lutas na primeira onda envolveram o desejo de emancipação das mulheres, as quais eram dependentes e subordinadas a seus maridos, além da reivindicação de direitos que apenas os homens tinham, como o direito de votar.

Na segunda onda, com o início da participação das mulheres brancas de classe média e alta no mercado de trabalho, uma pauta bastante presente foi o reconhecimento da opressão sobre as mulheres, especialmente na família nuclear e no trabalho. Em 1949, com a publicação de “O segundo sexo”, de Simone de Beauvoir, muitas mulheres utilizaram o livro como inspiração para as lutas ao reconhecerem que elas eram consideradas menos cidadãs que seus parceiros homens. Nesse contexto, a frase “não se nasce mulher, torna-se” ficou internacionalmente famosa, sendo

utilizada como base para a divisão entre o sexo designado no nascimento – vinculado ao aparato biológico e, portanto, considerado natural, dos homens e mulheres – e o gênero (masculino e feminino) – caráter social das diferenças sexuais entre homens e mulheres, algo considerado construído e não natural (e.g. Piscitelli, 2002; Scott, 1995).

Um slogan nessa fase que ficou muito famoso foi “O pessoal é político”, utilizado para evidenciar que qualquer tipo de violência ocorrida no âmbito familiar não deveria ser ocultado; pelo contrário, as violências deveriam ser expostas para que a vítima pudesse ser ajudada e o perpetrador, responsabilizado. Outras pautas presentes foram a defesa do direito à contracepção e ao aborto, questionamentos envolvendo a sexualidade, como a existência da heterossexualidade compulsória (Rich, 1980/2010) e a objeção ao tratamento das mulheres como objetos na publicidade, na pornografia e também nas artes (e.g., Nogueira, 2017; Schiebinger, 2008).

O leitor mais crítico pode, desde o início do texto, ter se perguntado sobre quais mulheres e quais homens foram referidos até o momento, uma vez que homens e mulheres negras eram obrigados a trabalhar em condições sub-humanas e sem poder exercer uma série de direitos que as pessoas brancas tinham, como o direito de estudar. Além disso, para uma variedade de pessoas (como as mulheres lésbicas, homens negros, indivíduos com deficiências, pessoas que moram no campo, etc.), seus marcadores sociais (características físicas e/ou simbólicas) as colocam em diferentes posições. Sendo assim, suas reivindicações seriam diferentes, por terem uma vida distinta da maioria das mulheres que “protagonizaram” (por terem condições de fazê-lo) os feminismos mais conhecidos.

Foi na segunda onda também que o feminismo negro surgiu com mais força, denunciando que as demandas e reivindicações existentes até o momento no feminismo eram pautadas na experiência de mulheres brancas, ocidentais e da classe média. Um relato muito importante, ainda no período da primeira onda, foi o de Sojourner Truth, na Convenção dos Direitos das Mulheres ocorrida em 1851, que denunciava naquela época os perigos da essencialização da categoria “mulher”:

Aquele homem lá diz que uma mulher precisa ser ajudada ao entrar em carruagens, e levantada sobre as valas, e ficar nos melhores lugares onde quer que vá. Ninguém me ajuda em lugar nenhum! E eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para o meu braço. Eu arei, eu plantei e eu recolhi

tudo para os celeiros. E nenhum homem pode me auxiliar. E eu não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem (...) e suportar o chicote tão bem quanto! E eu não sou uma mulher? Eu dei à luz a crianças e vi a maior parte delas ser vendida como escravas. E quando eu chorei com o sofrimento de uma mãe, ninguém além de Jesus me ouviu. E eu não sou uma mulher? (Brah & Phoenix, 2004, p. 77).

A terceira onda do feminismo é marcada por uma diversidade e pluralidade de pensamentos e posicionamentos, com destaque para 1) o feminismo pós-moderno e pós-estruturalista (e.g., Butler, 2003), que questiona a noção da existência de uma identidade coerente e estável; 2) a presença de posições teóricas que problematizam concepções feministas essencialistas (e.g., Butler, 2001; Louro, 2008) e 3) críticas com relação a separação de sexo e gênero, com o primeiro considerado uma diferença natural e o segundo, artificial/construído (e.g., Nicholson, 2000), uma vez que não existe sexo pré-discursivo (Butler, 2003) e também com relação a concepções monolíticas da subjetividade. Assim, a desconstrução, a diversidade e a fragmentação identitária são características bastante presentes na terceira onda.

Assim, o feminismo, ou melhor, os feminismos não são movimentos monolíticos ou homogêneos. Sua divisão em ondas tampouco é acurada, uma vez que pode dar a impressão errônea de que as ideias surgiram em um mesmo momento e foram substituídas por novas demandas, sem que as demandas antigas subexistissem ou que houvesse pontos discordantes nos discursos das feministas. Além disso, é importante frisar que as demandas reivindicadas nessas três ondas consistiam, sumariamente, das demandas de mulheres brancas da classe média, muitas delas estadunidenses (Piscitelli, 2002; Nogueira, 2017).

2.1 Epistemologia feminista e críticas à concepção de ciência moderna

Pelo menos desde a década de 1970, muitas feministas, especialmente as acadêmicas, começaram a criticar as concepções de ciência correntes. Elas perceberam uma relação entre os conhecimentos científicos produzidos e problemas centrais do movimento, como a subordinação das mulheres em

diversos âmbitos. As feministas criticaram fortemente o uso do masculino como universal, a exclusão ou subordinação das mulheres como objeto de pesquisa e como pesquisadoras, o enviesamento androcêntrico e as lacunas e generalizações nas pesquisas (Schiebinger, 2008). Como exemplo tem-se as pesquisas sobre ansiedade e depressão. A maioria dos estudos sobre modelos animais é feito com ratos machos, e os ensaios clínicos com homens. Os resultados, contudo, são generalizados para toda a população. Além disso, durante muitos anos houve uma naturalização das diferenças entre os sexos como produtos biológicos (e.g., a inteligência, habilidades viso-espaciais e a coordenação motora foram consideradas habilidades que somente os homens tinham, apesar de haver dados mostrando que essas habilidades são aprendidas contextualmente). No entanto, hoje sabe-se que meninos muitas vezes desenvolvem mais as habilidades de raciocínio viso-espacial e coordenação motora fina, por exemplo, pela exposição a brinquedos os quais as meninas são proibidas e/ou fortemente punidas ao brincar (e.g., Porto, 2016; Schiebinger, 2008).

Até mesmo campanhas de saúde veiculadas televisivamente são focadas no masculino. Pense em quais são os sintomas de infarto do miocárdio. Dor no peito, náuseas, suor frio e desmaios, certo? Na verdade, nas mulheres muitos sintomas do infarto do miocárdio são diferentes e envolvem, por exemplo, falta de ar, cansaço inexplicável e arritmia (*National Institute of Health*, 2012). Além disso, a representação do óvulo e espermatozoide como agentes passivo e ativo, respectivamente, em livros didáticos, vídeos e outros tipos de mídia também é incorreta (e.g., Keller, 2006).

Com base nas diversas críticas à concepção de ciência corrente na época, algumas epistemologias feministas foram desenvolvidas, com posições que variavam desde as mais liberais até as mais radicais. Nas posições mais liberais, há certa concordância com os pressupostos da ciência moderna e o foco é em pesquisas sobre questões que dizem mais respeito às mulheres. Assim, as feministas que adotam as posições mais liberais consideram que a ciência é neutra e desinteressada, que conhecedor e conhecido estão separados, que a ciência pode ser objetiva, etc., mas que é necessário focar os estudos nas experiências das mulheres. Por outro lado, as posições mais radicais vão questionar inclusive a objetividade e a racionalidade como bases da metodologia científica, evidenciando que a ciência está imbrincada na política e na ideologia, ou seja, que é impossível uma pesquisa ser neutra e/ou objetiva (Nogueira, 2017).

Assim, por exemplo, no empiricismo feminista, parte-se de uma concepção na qual é possível corrigir os vieses androcêntricos e sexistas se as regras da pesquisa científica forem cumpridas à risca. Para as teorias de *standpoint* feministas (e.g., Harding, 1986), por outro lado, além de seguir as normas da pesquisa científica de maneira estrita, é necessário que se pesquise sobre as mulheres, suas experiências e concepções sobre os acontecimentos. Por fim, uma terceira epistemologia feminista vai advogar a recusa a qualquer discurso universalizante, fomentando a existência de conhecimentos situados, ou seja, que uma pesquisa realizada em determinado local e contexto pode ter (e provavelmente terá) resultados distintos da mesma pesquisa realizada em outro local e/ou contexto. As duas primeiras abordagens, portanto, possuem uma concepção universal e generalizante da mulher, essencializando-a, que é justamente o que a terceira abordagem busca evitar.

2.2 Interseccionalidades

O termo interseccionalidade tem sido utilizado em uma variedade de contextos, sendo considerada um método de pesquisa, uma teoria, uma abordagem, um paradigma, um conceito, uma metáfora analítica, entre outros (e.g., Davis, 2008). Historicamente, o estudo das interseccionalidades foi fortemente influenciado pelo feminismo negro, ou seja, um dos movimentos feministas nos quais as mulheres negras perceberam que a intersecção entre diferentes marcadores sociais, especialmente raça e gênero, dificultava sua identificação com as lutas feministas (principalmente nas décadas de 1960 a 1980) e pelos direitos civis. O relato de Falcón (2009) ilustra isso:

As ativistas mulheres de cor dessa época eram frequentemente forçadas a optar por um dos lados entre as lutas feministas e as dos direitos civis. Fazer a escolha era difícil para mulheres de cor porque suas experiências não eram apenas baseadas em raça *ou* gênero, mas em raça e gênero. Frustradas com feministas brancas que fracassaram em integrar o antirracismo em seu ativismo e com homens de cor que fracassaram na luta contra seu sexismo, as mulheres de cor começaram a se organizar e vocalizar suas questões [específicas] (Falcón, 2009, p. 467, *itálicos adicionados*).

Assim, o termo *feminismo interseccional* tem sido utilizado para denominar feminismos nos quais as interseccionalidades são levadas em consideração nas análises, ou seja, que ser mulher pode produzir formas de opressão, mas que essa característica não é (ou não deveria ser) considerada a única ou a mais importante forma de opressão.

O primeiro registro do termo interseccionalidade foi feito pela pesquisadora estadunidense Kimberlé Crenshaw em 1989, para se referir à abordagem que leva em consideração a interação entre diversas formas de subordinação. A Teoria da Interseccionalidade (TI) parte de um questionamento relacionado aos feminismos mais “tradicionais”, que abordavam, entre outras coisas, as diferenças de gênero, no sentido de masculino/feminino. Nesse sentido, em vez de pesquisar as diferenças entre homens e mulheres, a TI ressalta a importância de se pesquisar também as diferenças entre as próprias mulheres. O objetivo de tal empreitada é reduzir os essencialismos, ao descentrar os discursos dominantes focados, primordialmente, nas diferenças entre homens e mulheres brancos e de classe média de sociedades ocidentais (Henning, 2015; Nogueira, 2017).

Para a TI, todo conhecimento é considerado 1) socialmente construído e 2) parcial e limitado historicamente ou politicamente. Além disso, a TI enfatiza a importância de coexistirem uma variedade de posições, indicando, portanto, que os posicionamentos de determinado indivíduo dependem de sua história de vida, dos contextos aos quais ele foi exposto e das experiências que teve. Desse modo, diferentes marcadores sociais são dotados de diferentes valorações em diferentes contextos, o que expõe o caráter relacional de aspectos e características humanas. Na TI, o foco de análise é a interação ou intersecção entre as várias categorias ou identidades a qual uma pessoa pertence (marcadores sociais), como raça, sexo designado no nascimento, identidade de gênero, orientação sexual, deficiências, classe, idade/geração, território, nacionalidade, corporalidade, etc. (Aguião, 2015; Nogueira, 2017; Piscitelli, 2008). Para Crenshaw (2002):

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos de subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (p. 177).

Assim, diferentemente de concepções mais tradicionais, onde predomina o raciocínio de que os marcadores sociais se somam, essa teoria¹ mostra que a articulação destes marcadores cria condições de opressão e privilégio, dependendo dos contextos onde os indivíduos estão e da própria articulação entre os marcadores.

Diante da pergunta “quem tem mais desvantagem: homens ou mulheres?”, a resposta pode variar a depender dos outros marcadores incluídos na análise. São homens e mulheres brancos? Eles vivem na cidade, no campo? São jovens, idosos? E se for um homem negro e uma lésbica branca? Existem pesquisas mostrando, inclusive, que certas palavras que deveriam ser utilizadas para descrever homens e mulheres, como “*Black*” (negro), e até palavras que descrevem uma classe de pessoas (“*women*”, mulheres), independente de outros atributos evocam respostas muito específicas. No caso, *Black* evoca a classe “homens negros” apenas, e *women*, “mulheres brancas” (e.g., Goff, Jackson, Di Leone, Culotta, & DiTomasso, 2014; Steinbugler, Press, & Dias, 2006; Warner, 2008). Nas palavras de Warner (2008), “um estereótipo diferente é eliciado quando gênero e raça são considerados juntos, do que quando raça ou gênero são considerados sozinhos” (Warner, 2008, p. 457).

2.3 É possível uma articulação entre o feminismo (interseccional) e a análise do comportamento?

O feminismo interseccional pode ser conceituado como a análise das formas de entrelaçamento entre diferentes marcadores sociais contextualizados histórica e culturalmente que podem produzir desigualdades, mas também formas de resistência e/ou privilégios. Ele “se opõe à ideia de partir de diferenças tidas como relevantes *à priori*” (Henning, 2015, p. 110)

Pressupostos feministas são coerentes com a abordagem analítico-

¹ De acordo com Adriana Piscitelli (2008), existem duas abordagens predominantes sobre as interseccionalidades: a abordagem sistêmica e a abordagem construcionista. Em termos gerais, na primeira abordagem, há um foco sobre o caráter repressivo dos marcadores sociais na possibilidade de agência (capacidade de identificar relações de controle – geralmente aversivo – e agir, de modo a reduzi-las) das mulheres, e o segundo possui uma concepção de dinamismo maior, de modo que a articulação entre os diferentes marcadores sociais pode gerar contextos de opressão, mas também de agência para as mulheres. Este texto utiliza a segunda abordagem do termo.

comportamental e contribuições da análise do comportamento (AC) para os feminismos foram realizadas, principalmente pela pesquisadora Maria Ruiz (Ruiz, 1995, 1998, 2003, 2009; 2013; Ruiz & Roche, 2007), mas também por outros (e.g., Couto & Dittrich, 2017; Fideles & Vandenberghe, 2014; Silva & Laurenti, 2016). Em seguida, serão apontadas algumas das críticas aos modelos de ciência feitos por feministas, seguidas por explicações analítico-comportamentais (parte da discussão a seguir pode ser vista em alguns dos estudos supracitados):

1. Visão contextual e subjetiva do conhecimento científico:

Uma crítica comum no discurso feminista em geral, ou seja, de várias abordagens feministas, como apontado por Ruiz (1995), é a suposição de que o conhecimento científico é objetivo e neutro e de que conhecedor e conhecido estão separados. Desde a década de 1970, alguns feminismos defendem uma ciência na qual o cientista não pode ser separado do objeto a ser conhecido, uma vez que este faz parte do mesmo ambiente. Nesse sentido, o conhecimento científico não pode ser neutro nem objetivo, uma vez que as realidades são construídas socialmente (e.g., Schiebinger, 2008). A AC possui uma visão que concorda (pelo menos parcialmente) com o pressuposto de que todo conhecimento é contextual e subjetivo. Nas palavras de Skinner (1974):

Seria absurdo para o behaviorista afirmar que está de alguma forma isento de sua análise. Ele não pode sair do fluxo causal e observar o comportamento de algum ponto de vista especial [...]. No próprio ato de analisar o comportamento humano, ele está se comportando – como no próprio ato de analisar o pensamento, o filósofo está pensando (p. 234; tradução da autora).

2. Visão contextualista de mundo

Outra crítica presente no discurso feminista apontada por Ruiz (1995) e especialmente dirigida à psicologia, é que esta é individualizante, uma vez que os problemas psicológicos, apesar de serem pautados em contextos sócio-políticos, são considerados pela psicologia como questões individuais. Exemplos disso são a violência doméstica, onde é comum ver análises da vítima e do agressor sem levar em consideração os contextos mais

amplios no qual a agressão ocorreu, o “indivíduo ansioso” ou “depressivo”, diagnosticado e tratado individualmente, sem considerar porque a pessoa desenvolveu tais transtornos; e o preconceito racial, onde o indivíduo “racista” é considerado o problema a ser tratado, como se o racismo viesse ou fosse uma propriedade de instâncias internas e não fosse aprendido no ambiente no qual o indivíduo está inserido.

Diferentemente de algumas abordagens psicológicas consideradas individualizantes, e em concordância com o discurso feminista que preza por análises contextuais, a AC possui uma visão contextualista de mundo, onde os contextos históricos e imediatos são fundamentais para a análise. Em uma pesquisa sobre violência doméstica de Bernard Guerin e Marcela Ortolan (2017), por exemplo, os autores apontam que a análise de um ou mais episódios de violência contra a mulher requer não só a análise do comportamento do par, mas também do ambiente mais abrangente. Isto envolve, segundo os autores, os contextos políticos, históricos, sociais e econômicos atuais, os quais oferecem, muitas vezes, condições para que diversos tipos de violência sejam reforçados e/ou naturalizados.

Ainda nesse sentido, a análise funcional constitui uma ferramenta que permite a identificação de comportamentos com topografias diferentes, mas com funções semelhantes, o que pode ser útil na identificação (e modificação) de condições adversas que muitas vezes as pessoas não identificam. Assim, ainda no contexto da violência contra a mulher, reter o dinheiro que a parceira ganha, proibi-la de trabalhar ou forçá-la a pedir demissão, e impedir o acesso à conta conjunta do casal são formas diferentes de monitorar as atividades da parceira e diminuir o número de contatos sociais dela (Guerin & Ortolan, 2017).

3. Agência como uma forma de controle recíproco sobre as contingências ambientais

No discurso feminista, agência é um termo utilizado para se referir, grosso modo, à capacidade de identificar relações de controle (geralmente aversivo) e buscar formas de eliminá-las ou reduzi-las. Assim, uma terceira crítica das feministas parte do entendimento, nem sempre correto, de que a agência é algo externo ao indivíduo (e não uma relação organismo-ambiente, como a AC a entende) e que, portanto, é impossível modificar práticas opressivas se “não tenho” ou “não possuo” agência. Entretanto, para a AC, o conceito de agência diz respeito a um controle recíproco sobre contingências ambientais (Ruiz, 1998), de modo que o ambiente causa

mudanças em nosso comportamento, mas nós também modificamos o ambiente: “os homens agem sobre o mundo, modificam-no e, por sua vez, são modificados pelas consequências de suas ações” (Skinner, 1957/1978, p. 15). Nesse sentido, é possível que a concepção de agência utilizada nos feminismos seja coerente com a proposta analítico-comportamental, sendo vista como uma forma de autoconhecimento que instrumentaliza o indivíduo para a ação.

Após verificar, portanto, que vários pressupostos dos feminismos são coerentes com a proposta analítico-comportamental, de que maneira nossas ferramentas ou formas de análise podem auxiliar no estudo das diferenças entre homens e mulheres (e entre as próprias mulheres e os próprios homens)?

Ruiz (2003) faz uma análise do que ela chama de práticas culturais generificadas, mostrando que o sexo designado no nascimento dos indivíduos serve como estímulo discriminativo para tais práticas. Assim, por exemplo, temos evidência de que professores de ensino fundamental reforçam classes de respostas de seus alunos diferencialmente, dependendo do sexo da criança: se o indivíduo é um menino, a qualidade do trabalho é reforçada. Se for menina, por outro lado, a aparência do trabalho é reforçada. Tal reforço diferencial é dado em uma série de contextos e com relação a uma variedade de respostas, como a maneira de se sentar, o que é considerado bagunça, que tipos de interesses são reforçados (matemática para os meninos e artes para as meninas), etc.

Outro exemplo se refere ao comportamento assertivo. Segundo Del Prette e Del Prette (2005), na “base do conceito de assertividade encontra-se a noção de igualdade de direitos e deveres, de legitimidade dos comportamentos voltados para a reivindicação e defesa desses direitos, de respeito e dignidade da pessoa humana.” (p.175). Entretanto, é comum ver no dia-a-dia que uma mesma classe de comportamentos emitidos por homens e mulheres que poderia levar o rótulo de assertividade é considerada assertiva somente quando emitida por homens, os mesmos comportamentos emitidos por mulheres são considerados “agressivos”.

Assim, em resumo, para Ruiz (2003):

Quando nós falamos de práticas culturais generificadas, nós estamos falando de formas de controle social relacionadas ao poder e a relações de dominância que levam diretamente ao nível de acesso que um indivíduo ou grupo de indivíduos

podem ter a fontes de reforçamento ou alocação de recursos
(p. 15; tradução da autora).

E o feminismo interseccional? Apesar de várias dessas contribuições serem possíveis em vários tipos de feminismos, de que maneira a AC poderia contribuir especificamente no feminismo interseccional?

1. Concepção de que todo conhecimento é socialmente construído:

A TI e o feminismo interseccional adotam a concepção de que as formas de conhecimento são socialmente construídas. Para a AC, a concepção de conhecimento presente nas propostas construcionistas sociais se refere ao “saber que” (*knowing that*), ou seja, “conhecer significa comportar-se com o comportamento verbal apropriado” (Guerin, 1992/2009, p. 5). Guerin (1992/2009) relaciona a AC e algumas abordagens construcionistas utilizando duas abordagens principais modernas: a de Gergen & Davis (1985) e a de Moscovici (1988).

Para Gergen e Davis (1985) existem quatro concepções presentes no construcionismo social: 1) a de que “nossas relações com o mundo nem sempre correspondem ao mundo real” (Guerin, 1992/2009, p. 3), com a implicação de que mesmo que essas relações e objetos sejam inventados/criados, tais relações podem influenciar o comportamento aberto e encoberto dos indivíduos; 2) a concepção de que a forma com a qual explicamos o mundo (pelo uso da linguagem) também se configura como um produto social; 3) a concepção de que a manutenção de qualquer conhecimento não depende de sua validade empírica, mas de sua relação com o ambiente social e não social; e 4) de que conhecimentos construídos socialmente são inseparáveis de nossas vidas sociais e se relacionam com várias outras atividades sociais. Além disso, para Gergen e Davis (1985), conhecimento não é uma propriedade ou um objeto existente na cabeça das pessoas, mas coisas que as pessoas fazem juntas, o que também é coerente com a proposta analítico-comportamental.

Outros pesquisadores da AC também têm evidenciado pontos de contato entre a AC e o construcionismo social. Roche e Barnes-Holmes (2003), por exemplo, relataram semelhanças (e diferenças) entre a proposta construcionista social e a proposta analítico-comportamental: 1) a natureza do conhecimento: ambas as abordagens consideram que o conhecimento científico possui origem social e seu entendimento se baseia no estudo de práticas da comunidade verbal; 2) a linguagem como peça-chave para a

ação humana: a concepção de que a linguagem é uma convenção social e o interesse em análises funcionais da linguagem, e 3) ênfase no contexto e história para analisar os eventos, para citar apenas três.

A proposta analítico-comportamental compartilha a noção de que as formas pelas quais compreendemos o mundo são o produto do ambiente social ao qual os indivíduos pertencem. Descrições do mundo e do próprio *self*, são, portanto, resultado de um processo de aprendizagem de relações complexas formadas no contato com o mundo, de maneira que nossas concepções sobre o mundo, sobre quem somos e o que sentimos não correspondem a uma realidade objetiva, mas sim a uma série de aprendizagens sociais.

Do mesmo modo, a linguagem, ou melhor, os significados que damos aos vários aspectos da linguagem (símbolos, gestos, verbalizações, etc.) são determinados e compartilhados por uma comunidade verbal social, ou seja, uma mesma palavra (símbolo ou gesto) pode ter diferentes significados em diferentes culturas, ou ainda dentro de uma mesma cultura (ou comunidade verbal). Assim, é possível considerar a AC como uma abordagem construcionista social que converge com a concepção presente nas abordagens interseccionais (e, consequentemente, no feminismo interseccional) de que conhecimentos são socialmente construídos.

2. Identificação de relações de controle

A descrição operacional das contingências, prática básica da AC, pode ser muito útil na identificação e descrição acurada das complexas relações envolvidas nos eventos de interesse do universo do feminismo interseccional. Resgatando a pergunta “quem sofre mais violência no Brasil: Homens ou mulheres?”, possíveis relações de controle seriam: o primeiro indivíduo pode responder sob controle da violência que ocorre nas ruas. A segunda pode responder sob controle da violência doméstica, e uma terceira relação de controle estaria baseada nos dados de violência policial. Portanto, o tipo de violência (física, psicológica, etc.), o contexto no qual a pessoa sofreu a violência, quem a perpetrrou, entre outros, são variáveis que podem controlar a emissão da resposta e, portanto, criar diferentes verdades ou concepções sobre o assunto.

A identificação de relações de controle também se relaciona com outro aspecto central da TI e do feminismo interseccional, que é a oposição à ideia de partir de diferenças consideradas relevantes *a priori*, ou seja, antes da análise. Os contextos vão “informar” quais diferenças, marcadores

sociais e/ou outros estímulos controlaram as respostas que determinado indivíduo emitiu em determinado evento.

3. Ênfase no aspecto relacional e na história dos indivíduos

Na seção sobre “Interseccionalidades”, foi ressaltada a descoberta, em algumas pesquisas, de que certas palavras que são utilizadas para descrever homens e mulheres podem evocar respostas específicas, como no caso de “Black”, geralmente assumido como “homem negro”, e “woman” como “mulher branca” (e.g., Warner, 2008). Essa descoberta pode ser analisada, em nosso referencial, a partir de um modelo recente, elaborado no contexto da teoria das molduras relacionais² (*Relational Frame Theory*, RFT, em inglês; Hayes, Barnes-Holmes & Roche, 2001).

O nome desse modelo é DAARE, *Differential Arbitrarily Applicable Relational Responding Effects* (efeitos do responder relacional diferencial arbitrariamente aplicado) e ele surgiu em um contexto de pesquisa na qual os experimentadores tiveram dificuldade em explicar porque alguns estímulos se relacionavam mais entre si do que outros. Especificamente, em uma tarefa na qual os participantes tinham que relacionar cores com cores, cores com formas e formas com formas, os experimentadores verificaram que os participantes tinham mais facilidade em relacionar “cor-cor” do que “forma-forma” (Finn, Barnes-Holmes, Hussey, & Graddy, 2016). O que os pesquisadores hipotetizaram, em um estudo subsequente (Finn, Barnes-Holmes, & McEnteggart, 2018), é que talvez esses resultados ocorreram porque, na história verbal com essas palavras, a frequência de emissão das palavras utilizadas na pesquisa que se referiam a cores era maior que a frequência de emissão de palavras que denotavam formas. Para este modelo, então, essa frequência diferencial no uso das palavras referentes às cores e às formas evoca mais respostas de orientação às primeiras, em comparação com as segundas, de modo que há uma maior coerência, isto é, uma maior consistência entre o padrão de responder relacional e a história comportamental que deu origem a esse padrão nas relações “cor-cor” do que nas relações “forma-forma”.

² A teoria das molduras relacionais é uma abordagem moderna da linguagem e cognição humanas. De acordo com essa teoria, a base da cognição e linguagem humana está na habilidade de aprender diferentes tipos de relações entre estímulos, de modo que a aprendizagem de algumas relações seja suficiente para que um indivíduo derive outras relações, ou seja, aprenda algumas relações sem que seja instruído para fazê-lo. Para saber mais, consulte Hayes et al. (2001).

Neste contexto, pesquisas podem se utilizar desse modelo para discutir resultados já encontrados na literatura, por exemplo: sobre vieses raciais e de gênero, na criação de novas pesquisas que investiguem esses efeitos e aplicando-os a questões como estereótipos de gênero e a intersecção gênero-raça. O estudo de Barnes-Holmes, Murphy, Barnes-Holmes e Stewart (2010), por exemplo, investigou a existência de vieses raciais implícitos em participantes adultos. Os participantes tinham que responder a relações consideradas consistentes ou inconsistentes com suas histórias de vida, respondendo verdadeiro ou falso às relações “homem branco carregando armas-seguro”, “homem branco carregando armas-perigoso”, “homem negro carregando armas-seguro” e “homem negro carregando armas-perigoso”. Veja que, além da história verbal com esses estímulos, existe também a história do responder a “verdadeiro” ou “falso”, com o primeiro ocorrendo em uma frequência maior que o segundo (a frequência de emissão da resposta “verdadeiro” tende a ser maior que a frequência de emissão da resposta “falso”).

Nesse estudo, a hipótese era que, de acordo com as respectivas histórias de vidas, os participantes responderiam com uma rapidez semelhante às relações entre homens negros e perigo e a homens brancos e segurança. Entretanto, os resultados mostraram que os participantes tiveram mais facilidade em relacionar “branco-seguro” do que “negro-perigoso”. De acordo com o modelo DAARE, e como interpretado por Barnes-Holmes, Harte e McEnteggart (no prelo), se a foto do homem branco e a palavra “seguro” tiverem funções avaliativas positivas para os participantes, ao passo que a foto do homem negro e a palavra “perigoso” tivessem funções avaliativas negativas, é possível interpretar tais resultados em termos de maior ou menor coerência entre “branco-seguro-verdadeiro” e “negro-perigoso-verdadeiro”, com o primeiro sendo mais frequente, ou seja, mais coerente com suas histórias verbais. Portanto, tal efeito “pode ter surgido, em parte, a partir das diferenças na coerência entre os dois tipos de tentativas, ao invés de puramente a partir de respostas racialmente enviesadas” (Barnes-Holmes et al., no prelo, p. 19).

Uma interpretação possível disso é que relações entre palavras tem o potencial de gerar certos padrões de resposta mais frequentes que outros, como o “branco-seguro” ser mais frequente que o “negro-perigoso” na linguagem dos participantes da pesquisa supracitada. Nesse caso, extrapolando a análise, a forma como notícias, novelas, músicas e até piadas são veiculadas/contadas pode auxiliar no estabelecimento e/ou manuten-

ção de relações indesejadas (preconceituosas), reforçando relações já existentes (estereótipos) sobre grupos. Essa possibilidade deve ser examinada experimentalmente, e os estudos na área da equivalência e de pareamento de estímulos (e.g., Amd, de Almeida, de Rose, Silveira, & Pompermaier, 2017; Barnes, Leader, & Smeets, 1996; Leader, Barnes, & Smeets, 1996; Sidman, 1994; Sidman & Tailby, 1982) mostram que isso é possível.

Com relação às possibilidades de pesquisa, estudos poderiam verificar se esse efeito é demonstrado em pesquisas sobre estereótipos de gênero, utilizando como estímulos, por exemplo, “homem”, “mulher”, “sensível” e um adjetivo neutro. De acordo com o modelo DAARE, os resultados mostrariam que é mais fácil relacionar “mulher-sensível-verdadeiro” do que “homem-sensível-verdadeiro”. Além disso, poderiam ser delineados estudos que utilizem, como estímulos, compostos como “homem branco”, “homem negro”, “mulher branca” e “mulher negra” e atributos relacionados a um desses grupos, investigando os efeitos da intersecção entre dois ou mais marcadores sociais no responder relacional.

2.4 O que analistas do comportamento feministas podem fazer em seus campos de atuação?

Para finalizar, seguem algumas dicas de atuação que podem ter grandes implicações teóricas e práticas, caso analistas do comportamento se identifiquem com os pressupostos feministas supracitados:

1. Explicitar as razões pelas quais um/a pesquisador/a quer investigar ou investigou certo tema de pesquisa, pensando especialmente nas implicações disso em termos de consequências científicas e sociais para o grupo estudado;
2. Descrever contingências que revelem estruturas e/ou contextos de opressão existentes e como tais estruturas/contextos deixam vários grupos de pessoas à margem. Exemplos seriam descrições sobre como a aceitação de comportamentos como o ciúme pode ter a função de controlar a parceira; efeitos negativos de fomentar uma cultura em que os homens devem cuidar das finanças do casal hétero ou bissexual e etc. (o trabalho de Guerin & Ortolan, 2017 é um ótimo exemplo disso);

3. Promover práticas inclusivas (aspecto interseccional importantíssimo) pensando nos mais diversos tipos de público que tenham interesse e/ou necessidade nos serviços prestados pelos analistas do comportamento. Assim, ao oferecer um curso sobre “como lidar com o luto”, por exemplo, o profissional provavelmente vai fazer recomendações que são voltadas para um determinado tipo de público (e.g., uma pessoa com condições de pagar um psicólogo, e/ou com uma rede de apoio disponível). Nesse sentido, é importante que o profissional tente pensar em outras populações (e.g., pessoas pobres, indivíduo que não possui rede de apoio, etc.) para que as recomendações sejam mais abrangentes (quando necessário) e, principalmente, que o profissional seja humilde a ponto de revelar desconhecimento sobre determinados temas, mas que, ao mesmo tempo, se mostre disponível para auxiliar em uma demanda que é da sua área, mas se refere a condições ainda não pensadas;
4. Analisar e criar estratégias eficazes de contracontrole: de acordo com Baum (2017), o “contracontrole atua para corrigir a inequidade/desigualdade, diminuindo o desequilíbrio no poder” (p. 202; tradução da autora). Assim, estratégias de contracontrole (e.g., as lutas nos movimentos feministas) podem ser consideradas o que costumeiramente é chamado de “resistência” nos feminismos.

É importante considerar que, por mais que você seja um/a profissional atualizado, com conhecimentos sobre grupos sociais estigmatizados, isso não significa que você esteja imune aos vários tipos de preconceitos que nós aprendemos durante nossas vidas. Nas palavras de Ruiz (2003): “a despeito de nossos esforços autodeclarados de objetividade, nossas observações, descrições e análises funcionais não estão imunes a nossas suposições delimitadas pela cultura (*culture-bound*), incluindo aquelas com relação ao sexo e às práticas generificadas (p. 15; tradução da autora)”.

O objetivo deste trabalho foi evidenciar alguns pontos de contato entre a proposta analítico-comportamental e o feminismo interseccional. Este trabalho não se propôs esgotar as discussões no que se refere à articulação entre essas duas áreas; pelo contrário, seu propósito foi servir como um ponto de partida para que as discussões sobre os pontos de contato (e possíveis discordâncias) sejam cada vez mais abordadas, assim como fomentar o uso da abordagem interseccional nas pesquisas de AC, de modo geral.

Referências Bibliográficas

- Aguião, S. (2015). A produção de identidades e o reconhecimento de sujeitos e direitos: Algumas possibilidades da perspectiva interseccional e da articulação de marcadores sociais da diferença. Material suplementar da disciplina "Sexualidade" do curso de especialização em gênero e sexualidade da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- Amd, M., de Almeida, J. H., de Rose, J. C., Silveira, C. C., & Pompermaier, H. M. (2017). Effects of orientation and differential reinforcement on transitive stimulus control. *Behavioural Processes*, 144, 58-65. doi: 10.1016/j.beproc.2017.08.014
- Barnes, D., Leader, G., & Smeets, P.M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Barnes-Holmes, D., Harte, C., & McEnteggart, C. (no prelo). Implicit cognition and social behaviour. In Rehfeldt, R. A., Tarbox, J., & Fryling, M. (Eds.) *Applied Behavior Analysis of Language and Cognition*. New Harbinger: Oakland, CA.
- Barnes-Holmes, D., Murphy, A., Barnes-Holmes, Y., & Stewart, I. (2010). The Implicit Relational Assessment Procedure: Exploring the impact of private versus public contexts and the response latency criterion on pro-white and anti-black stereotyping among white Irish individuals. *The Psychological Record*, 60, 57-66.
- Baum, W. H. (2017). *Understanding Behaviorism: Behavior, culture and evolution*. 3ª. ed. United Kingdom: Wiley.
- Brah, A., & Phoenix, A. (2004). Ain't I A Woman? Revisiting intersectionality. *Journal of International Women's Studies*, 5(3), 75-86.
- Butler, J. (2001). *Corpos que pesam: Sobre os limites discursivos do sexo*. In: Louro, G. L. (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade* (p. 151-172). Belo Horizonte: Autêntica.
- Butler, J. (2003). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Revista Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158.
- Crenshaw, K. W. (1989). Demarginalizing the intersection of race and sex: A Black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics. *University of Chicago Legal Forum*, 8(1),

- 139-167.
- Crenshaw, K. W. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171-188.
- Davis, K. (2008). Intersectionality as buzzword, a sociology of science perspective on what makes a feminist theory successful. *Feminist Theory*, 9(1), 67-85.
- Del Prette, Z. A. P., & Del Prette, A. (2005). *Psicologia das habilidades sociais na infância: Teoria e prática*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Falcón, S. M. (2009). Black Feminist Thought. In: O'Brien, J. (Ed.). *Encyclopedia of Gender and Society*. CA: SAGE Publications.
- Fideles, M. N. D., & Vandenberghe, L. (2014). Psicoterapia Analítica Funcional feminista: Possibilidades de um encontro. *Psicologia: Teoria e Prática*, 16(3), 18-29.
- Finn, M., Barnes-Holmes, D., Hussey, I., & Graddy, J. (2016). Exploring the behavioral dynamics of the Implicit Relational Assessment Procedure: The impact of three types of introductory rules. *The Psychological Record*, 66, 309-321. doi: 10.1007/s40732-016-0173-4
- Gergen, K. J. (1985). The social constructionist movement in modern psychology. *American Psychologist*, 40, 266-275.
- Gergen, K. J. (1994). *Realities and relationships: Soundings in social construction*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gergen, K. J., & Davis, K. E. (1985). *The social construction of the person*. New York: Springer-Verlag.
- Goff, P. A., Jackson, M.C., Di Leone, B.A.L., Culotta, C.M., & DiTomasso, N.A. (2014). The essence of innocence: Consequences of dehumanizing Black children. *Journal of Personality and Social Psychology*, 106(4), 526-545. doi: 10.1037/a0035663
- Guerin, B. (2009). Análise do comportamento e a construção social do conhecimento [Behavior analysis and the social construction of knowledge]. *Revista Brasileira de Análise do Comportamento*, 5(1), 117-137. (Original publicado em 1992).
- Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: Violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26.
- Harding, S. (1986). *The science question in feminism*. Ithaca and London: Cornell University Press.
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational*

- Frame Theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition. New York: Plenum Press.
- Henning, C. E. (2015). Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Mediações*, 20(2), 97-128.
- Keller, E. F. (2006). Qual foi o impacto do feminismo na ciência? *Cadernos Pagu*, 27, 13-3.
- Leader, G., Barnes, D., & Smeets, P. M. (1996). Establishing equivalence relations using a respondent-type training procedure. *The Psychological Record*, 46, 685-706.
- Louro, G.L. (2008). *Um corpo estranho: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. 1ª. Ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representation. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- National Institute of Health (2012). Subtle and dangerous: Symptoms of heart disease in women. U.S. Department of Health and Human Services. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac2>
- Nicholson, L. (2000). Interpretando o gênero. *Revista Estudos Feministas*, 8(2), p. 9-41. Recuperado de: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/11917/11167>
- Nogueira, C. (2001). Contribuições do construcionismo social a uma nova psicologia do gênero. *Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas*, 112, 37-153.
- Nogueira, C. (2017). *Interseccionalidade e Psicologia Feminista*. Bahia: Ed. Devires.
- Piscitelli, A. (2002). Recriando a (categoria) mulher? In: Algranti, L. (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero* (p. 7-42). Campinas: IFCH-Unicamp.
- Piscitelli, A. (2008) Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, 11(2), 263-274.
- Porto, T. H. (2016). Does participant's gender interfere with behavior studies? *Operants, Quarter IV*, p. 40-42. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac21>
- Rich, A. (2010). Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. *Bagoas: Estudos gays, gêneros e sexualidades*, 4(5), p. 17-44. (Original publicado em 1980). Recuperado de: http://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art01_rich.pdf

- Roche, B., & Barnes-Holmes, D. (2003). Behavior analysis and social constructionism: Some points of contact and departure. *The Behavior Analyst*, 26(2), 215-231.
- Ruiz, M. R. (1995). B. F. Skinner's radical behaviorism: Historical misconstructions and grounds for feminist reconstructions. *Behavior and Social Issues*, 5(2), 29-44.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behaviorist Analyst Today*, 4(1), 12-16.
- Ruiz, M. R. (2009). Beyond the mirrored space: Time and resistance in feminist theory. *Behavior and Philosophy*, 37, 141-147.
- Ruiz, M. R. (2013). Values and morality: Science, faith, and feminist pragmatism. *The Behavior Analyst*, 36(2), 251-254.
- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30, 1-16.
- Schiebinger, L. (2001). *O feminismo mudou a ciência*. Bauru: Edusc.
- Scott, J. (1995). Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, 20(2), p. 71-99, 1995. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismoac23>
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston, MA: Authors Cooperative.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the test paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37(1), 5-22. doi: 10.1901/jeab.1982.37-5
- Silva, E. C. & Laurenti, C. (2016). B.F. Skinner e Simone de Beauvoir: "A mulher" à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B.F. (1978). *Comportamento Verbal*. São Paulo: Cultrix/EDUSP. (Original publicado em 1957).
- Steinbugler, A. C., Press, J. E., & Dias, J. J. (2006). Gender, race, and affirmative action: Operationalizing intersectionality in survey research. *Gender and Society*, 20(6), 805-825.
- Warner, L. R. (2008). A best practices guide to intersectional approaches in psychological research. *Sex Roles*, 59, 454-463. doi: 10.1007/s11199-008-9504-5

Capítulo 3

Poder e patriarcado: contribuições para uma análise comportamental da desigualdade de gênero

Lais Nicolodi & Ana Arantes

*“Gênero é um tópico sobre o qual a Análise do Comportamento,
historicamente, se manteve em silêncio conspicuamente.”
(Maria del Rosario Ruiz, 2003)*

É com essa provocação que Maria Rosário Ruiz inicia, no primeiro parágrafo de um de seus artigos sobre gênero e Análise do Comportamento, uma dura e necessária crítica a desconsideração histórica da área analítico-comportamental pelas questões de gênero (Ruiz, 2003). Um breve levantamento da literatura sobre Feminismo e Análise do Comportamento realizada por Couto e Dittrich (2017) revela que, no período entre 1979 e 2016, apenas oito artigos sobre o tema foram publicados em periódicos científicos reconhecidamente analítico-comportamentais. Rita

Partes deste Capítulo são discussões feitas durante o desenvolvimento da Dissertação de Mestrado da primeira autora no Programa de Pós-graduação em Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. As autoras agradecem as contribuições da Profa. Dra. Maria Helena Leite Hünziker, orientadora de mestrado da primeira autora, para a argumentação perseguida neste texto.

Wolpert subscreve essa tese quando afirma que não só assuntos sobre gênero e feminismo estavam amplamente ausentes dos estudos analítico-comportamentais, como também estão incompletas as análises de contingências sociais de reforçamento que não levam em consideração os contextos de gênero, raça e classe (Wolpert, 2005). O próprio Skinner afirma que o uso da ciência analítico-comportamental poderia ser uma ferramenta importante para a construção de um mundo socialmente mais justo, tal como no livro *Beyond Freedom and Dignity* (Skinner, 1971), em que ele aborda questões para se repensar o planejamento de culturas mais igualitárias, inclusive no que diz respeito à igualdade entre gêneros.

Segundo a *Análise do Comportamento*, o comportamento dos indivíduos é função de relações do organismo com eventos e contextos do ambiente imediato e histórico. Quando este ambiente é social, isto é, formado pelas outras pessoas com quem o indivíduo se relaciona, o controle do comportamento se dá pela interação complexa entre os comportamentos de todos os indivíduos envolvidos (Skinner, 1953; 1957). Ao definirmos operacionalmente os fenômenos observados no controle do comportamento humano em termos de comportamentos sociais e socialmente determinados (ou seja, ao descrevermos como os comportamentos individuais selecionam e mantêm práticas culturais e são ao mesmo tempo selecionados e mantidos por essas práticas culturais), o que pretendemos é aproximar a *Análise do Comportamento* das teorias e movimentos sociais que procuram analisar e intervir em práticas culturais que oprimem grupos de indivíduos. Essa estratégia de intervenção social foi prevista por Holland (1973) quando preconizou como o analista do comportamento poderia atuar para a modificação de práticas sociais injustas e opressoras:

(...) temos que explorar as formas de modificação do comportamento que sejam compatíveis com um sistema igualitário, não materialista e não elitista, mas, ao contrário, construtivo, pelo menos no tocante aos meios para uma inadiável mudança revolucionária do homem (Holland, 1973, p. 280).

Dado que os analistas do comportamento estão inseridos em uma cultura e se comportam também sob controle das mesmas variáveis que afetam práticas culturais vigentes, não seria surpresa que, na sua prática científica, reproduzam padrões de comportamento culturalmente selecionados. Ao entendermos que a ciência (enquanto conjunto de relatos

verbais acerca das relações entre eventos do mundo) é o produto do comportamento do cientista, conforme proposto por Pennypacker e Johnston (1993), uma revisão crítica do conhecimento produzido em uma disciplina deve passar pela análise das variáveis das quais o comportamento que o produziu é função, o que inclui, obrigatoriamente, a análise das práticas culturais que selecionam o comportamento do cientista. Assim, como indicado por Ruiz e Roche (2007), uma atuação ética do analista do comportamento – tanto na sua prática científica quanto na prestação de serviços – deve levar em conta não só a honesta proposição dos valores que guiam o seu fazer científico e a aplicação das tecnologias científicamente construídas, mas também a compreensão acurada das variáveis que controlam o comportamento ético e as tomadas de decisão sobre o fazer científico e prático. Para isso é necessário buscar compreender o contexto mais amplo dentro do qual o comportamento do cientista está inserido: como as contingências sociais estão organizadas para a manutenção dessas práticas culturais e como elas definem uma dada cultura (Fernandes, Carrara, & Zilio, 2017).

A partir da ideia de que a ciência é, portanto, um fenômeno também cultural, pretendemos neste capítulo fazer um diálogo entre os conceitos analítico-comportamentais e os conceitos feministas com o objetivo de permitir uma análise mais comportamentalmente contextualizada das contingências sociais diferenciadas para homens e mulheres e das práticas culturais que mantêm as desigualdades e assimetrias de poder entre os gêneros na cultura patriarcal. Para isso, apresentaremos os conceitos que julgamos tornar mais visíveis as contingências culturais de gênero que são selecionadoras desses padrões de invisibilização e silenciamento das questões feministas dentro da Análise do Comportamento, e recomendamos que essas variáveis e contextos culturalmente relevantes sejam parte das análises de fenômenos sociais e das relações entre eventos que a nossa ciência descreve.

Antes de começarmos a falar do sistema social e de suas contingências mais amplas, precisamos descrever o conceito de *gênero*. Embora cada autora feminista enfatize aspectos distintos da noção de gênero, existe um campo de consenso – ainda que limitado às correntes feministas que rejeitam as noções de “natureza feminina” ou destino biológico – de que *gênero* é a *construção social* das categorias *feminino* e *masculino*. Rubin (1975) é uma das autoras que trabalha o conceito de gênero a partir da distinção entre sexo e gênero. A autora desenvolve em seu estudo a noção do

sistema sexo-gênero, dentro do qual ela analisa que existe um conjunto de arranjos sociais através dos quais a matéria prima (o sexo fêmea) é transformada em produto social (o gênero feminino). Já para Lerner (1986), a construção social dos gêneros pode ser entendida enquanto diferentes comportamentos (respostas diante de determinados contextos, padrões de estética, funções e papéis sociais, discriminação de estímulos, etc.) para homens e mulheres, o que, numa leitura analítico-comportamental, pode dizer respeito a conjuntos de contingências sociais diferenciadas para os indivíduos do sexo feminino e do sexo masculino. Em outras palavras, a depender de serem emitidas por homens ou mulheres, as mesmas classes de respostas podem ser reforçadas diferencialmente para cada grupo. A literatura não comportamental sobre o fenômeno da desigualdade entre os gêneros é vasta, e uma leitura analítico-comportamental das contingências de comportamento descritas nessa literatura leva a confirmação da hipótese de reforçamento diferencial de respostas a depender do gênero de quem se comporta. Por exemplo, Lavy e Sand (2015) relatam que professores e professoras dos níveis iniciais de ensino tendem a dar mais ênfase a acertos feitos por meninos em testes de matemática e ciências do que aos acertos feitos por meninas, além de darem mais *feedbacks* para comentários em sala durante as aulas quando eram feitos por meninos, em comparação com os comentários feitos por meninas. Os autores verificaram que, ao longo do tempo, essas práticas tinham efeito direto sobre o desempenho escolar das alunas e dos alunos ao longo das séries escolares, de modo que, nos níveis médios de ensino, o desempenho dos meninos era significativamente melhor nos testes de matemática e ciências e havia significativamente mais participação em sala de aula por parte dos meninos do que das meninas durante as discussões nesses temas. Jafee (1989) examinou as diferenças nos níveis de autonomia e autoridade em ambientes de trabalho entre homens e mulheres e concluiu que, para um mesmo nível dentro das organizações, mulheres têm menos autonomia (por exemplo, para tomar decisões sem consulta ou chancela de superiores) do que homens, e que a única variável que afetava essa medida era a quantidade de anos de estudo ou treinamento, enquanto para homens, além de maiores níveis de autonomia dentro da mesma função organizacional, outras variáveis como confiança dos pares e o nível ocupacional eram mais importantes do que a escolaridade. Quanto à autoridade (o quanto as decisões tomadas são seguidas e apoiadas pelos subordinados), o autor observou que mulheres tinham menores níveis de autoridade e

participavam menos de tomadas de decisão do que homens, ainda que os homens ocupassem cargos inferiores ou tivessem menos escolaridade. Os exemplos descritos são pequenas amostras de como as contingências sociais a que mulheres e homens estão submetidos geram consequências diferentes a depender do gênero do indivíduo que se comporta e, em longo prazo, os produtos dessas práticas levam a diferenças materiais comprovadas pelo fenômeno chamado *pay gap*, a diferença de acesso à riqueza. Dados de levantamentos internacionais mostram que globalmente, em média, mulheres ganham 24% a menos do que os homens (ONU, 2015, *Minimum Set of Gender Indicators*).

Para Ruiz (1998), muitas das fontes de controle sobre as práticas culturais de gênero são ainda invisíveis, não no sentido de que não se consideram essas diferenças de repertórios comportamentais advindas do reforçamento diferencial de comportamentos de homens e mulheres, mas sim que essas diferenças ainda são lidas como naturais, pois seriam fruto de uma *essência* inata das mulheres e dos homens. Silva e Laurenti (2016), ao enfatizar as semelhanças entre Beauvoir (1970) e o modelo de seleção por consequências de Skinner (1981), rompem com essa lógica ao apontar a visão comum dos autores sobre o antiessencialismo, isto é, o sexo biológico das mulheres e dos homens influencia pouco nas distinções de gênero. Além disso, esse reforçamento diferencial de respostas entre mulheres e homens deve ser visto como determinante na manutenção das práticas culturais de gênero, ou seja, os comportamentos que são adquiridos e mantidos de formas distintas a depender dos indivíduos serem mulheres ou homens levam a repertórios de respostas, de controle de estímulos e de reforçadores diferentes. E é a partir dessa diferença que as analistas do comportamento feministas passaram a se debruçar sobre como a questão de gênero é central no estudo das desigualdades sociais observadas entre as consequências individuais e sociais dos comportamentos de homens e de mulheres e, principalmente, sobre quais são as variáveis implicadas nas práticas culturais que oprimem mulheres em detrimento dos homens.

Dados sobre essas diferenças podem ser vistos, por exemplo, no índice criado pela Organização das Nações Unidas (ONU, 2015, citado por Couto & Dittrich, 2017), chamado *Gender Inequality Index* (GII), cujo objetivo é analisar as desigualdades entre os gêneros (Couto & Dittrich, 2017). Esse índice avaliou, em cada país, três principais indicadores sociais: saúde reprodutiva, empoderamento e participação no mercado de trabalho¹. O

¹ Saúde reprodutiva é medida pela taxa de mortalidade materna e taxas de natalidade

valor desse índice pode variar de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de zero, mais igualdade entre os gêneros, e quanto mais próximo de um, mais desigualdade. De todos os 155 países avaliados, nenhum chegou ao índice de igualdade plena, ou seja, zero. O índice mais próximo da igualdade foi obtido pela Eslovênia, com 0,016 pontos, e o de maior desigualdade foi o obtido pelo Lêmen, com 0,744 pontos. A criação desse índice pela ONU permitiu a constatação de que ainda são muitos os países que apresentam um alto índice de desigualdade entre os gêneros, bem como é possível dizer que as mulheres não atingiram a igualdade plena de direitos com os homens em absolutamente nenhum dos 155 países avaliados. No contexto brasileiro, outro índice assombroso e que evidencia esse quadro assimétrico e forte de desigualdade entre os gêneros são os números sobre feminicídio² encontrados no *Mapa da Violência sobre Homicídios de Mulheres no Brasil* (Waiselfisz, 2015). Os registros mostram que o número de mortes de mulheres por feminicídio no país passou de 1.353, no ano de 1980, para 4.762, em 2013, o que representa um crescimento de 252% no número de mulheres assassinadas no Brasil. Para efeitos de comparação, com sua taxa de 4,8 homicídios por 100 mil mulheres, o Brasil, num grupo de 83 países analisados com dados homogêneos, fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, ocupa a quinta posição entre os países onde mais mulheres são assassinadas (Waiselfisz, 2015).

Esses são alguns dos dados que evidenciam a desigualdade de direitos e de poder entre os gêneros. Em outros termos, não se pode negar que mulheres dispõem de menor acesso a reforçadores sociais em comparação ao acesso masculino a esses mesmos reforçadores. Existem, no entanto, duas questões a serem levantadas no que tange a essa notória

de adolescentes; empoderamento é medido pela proporção de assentos parlamentares ocupados por mulheres e pela proporção de mulheres adultas e homens com idade igual ou superior a 25 anos com pelo menos algum ensino secundário; e status econômico é medido pela participação no mercado de trabalho e pela taxa de participação da população feminina e masculina com idade igual ou superior a 15 anos. O índice de desigualdade entre os gêneros é construído no mesmos moldes que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) para expor melhor as diferenças na distribuição de conquistas entre mulheres e homens.

² De acordo com a Lei 13.104 de 9 de março de 2015, que modifica o Decreto-Lei no 2.848, de 7 de dezembro de 1940 do Código Penal, o art. 121, § 2º passou a ter o inciso VI que trata o "Feminicídio enquanto o ato de homicídio contra a mulher por razões da condição de sexo feminino". Ainda, "considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve (I) violência doméstica e familiar; (II) menosprezo ou discriminação à condição de mulher".

desigualdade: 1) afinal, ao que se deve essa desigualdade entre os gêneros? E, 2) usar o conceito de *gênero*, sozinho, abarca essas contingências de desequilíbrio de acesso a reforçadores?

Para autoras como Heleieth Saffioti (2004), falar apenas sobre gênero, deixando à margem uma investigação mais cuidadosa sobre a forma de organização social que sustenta a assimetria de poder entre homens e mulheres, e a consequente opressão dessas últimas, é uma forma de distrair a atenção sobre o real problema da desigualdade existente que invisibiliza as contingências e práticas culturais que estão por trás desse funcionamento. Isso se dá porque o conceito de gênero, por si só, não explicita necessariamente a desigualdade de poder e a diferença de privilégios entre homens e mulheres. Por exemplo: falar em violência de gênero, apenas, poderia englobar falar tanto sobre a violência de homens contra as mulheres quanto de mulheres contra homens, e isso se deve ao caráter neutro do termo *gênero* quando esse é utilizado isoladamente. “Não se trata de abolir o uso do conceito de gênero, mas de eliminar sua utilização exclusiva. Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, ahistórico, apolítico e pretensamente neutro” (Saffioti, 2004, p. 148). A autora defende que a desigualdade entre gêneros, com notório prejuízo das mulheres, é melhor expressa pelo termo *patriarcado*, que significa ao pé da letra: *o poder do patriarca*. O uso exclusivo do conceito de gênero não evidencia o agente deste poder, manifesto em especial como homem/marido, e neutraliza a relação de dominação-exploração masculina sobre a mulher. Daí ser necessário adotar o conceito de patriarcado nos estudos sobre a desigualdade de poder e a diferença de privilégios entre homens e mulheres, conforme sugerido por Pateman: “Abandonar o termo patriarcado significaria abandonar o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, e que singulariza a forma de direito político que todos os homens exercem pelo fato de serem homens” (Pateman, 1993, pp.39-40).

Derivado do grego, *pater* refere-se a pai, enquanto *arkhe* refere-se à origem e comando, de forma que o conceito de patriarcado inicialmente apresentava o sentido de *autoridade do pai*. No início do século XIX, antes das denúncias de autores socialistas, o termo era muito usado como adjetivo, de maneira elogiosa, em expressões como “as virtudes patriarcais”, para se referir às sabedorias e costumes da vida no campo (Delphy, 2009). O sentido feminista foi inaugurado por Kate Millet (1970), que usou o termo para designar *o(s) sistema(s) que oprime(m) as mulheres*. Esse sig-

nificado foi rapidamente adotado pelos movimentos feministas nos anos 1970 para designar o conjunto do sistema a ser combatido, ou seja, uma formação social na qual homens detêm o poder, sendo assim sinônimo de *dominação masculina* ou de *opressão das mulheres* (Delphy, 2009).

Na proposta de Saffioti (2004), o patriarcado pode ser definido enquanto uma *hierarquia entre homens e mulheres* que existe há milênios, com *primazia masculina*, e que estabelece uma *estrutura de poder que situa as mulheres muito abaixo dos homens em todas as áreas da convivência humana*. Na mesma direção, Lerner (1986) afirma:

O patriarcado se refere à manifestação e à institucionalização da dominação masculina sobre as mulheres e as crianças na família, e na extensão da dominação masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. Isso implica que homens detêm poder em todas as instituições importantes da sociedade e que as mulheres estão desprovidas de acesso a tal poder (p.239, tradução das autoras)³.

É nesse sentido que entendemos o conceito de patriarcado como mais específico que o conceito de gênero, pois ele ressalta a *desigualdade de poder* e a *diferença de privilégios* entre os gêneros, incluindo a dominação exercida pelos homens sobre as mulheres (Saffioti, 2004). Além disso, é importante para sua análise o fato de que o patriarcado não opera somente na esfera privada, pois suas hierarquias e suas estruturas de poder estão presentes também na cultura como práticas culturais. Dessa forma, a não utilização desse conceito permite que essa relação de exploração-dominação encontre formas e meios de continuar invisível, existindo sem ser facilmente percebida (Saffioti, 2004).

Para que seja possível propor uma leitura analítico-comportamental do patriarcado e das relações sociais patriarcais é importante que aprofundemos o conceito analítico-comportamental de *controle*, e suas implicações para os fenômenos do poder e da dominação. Saffioti (2004) enfatiza que o valor central da cultura gerada pela dominação-exploração patriarcal é o controle. O conceito de controle, para a Análise do Comportamento,

³ Trecho original retirado da obra “The Creation of Patriarchy” de G. Lerner (1986): “In its wider definition means the manifestation and institutionalization of male dominance over women and children in the family and the extension of male dominance over women in society in general. It implies that men hold power in all the important institutions of society and that women are deprived of access to such power.” (p. 239)

carrega uma noção distinta da noção do senso-comum sobre o termo, que normalmente está vinculada a ideia de autoritarismo, dominação, tiranismo, etc. (Hunziker, 2011). Para a análise do comportamento, controle está vinculado à lógica das relações funcionais, por exemplo, se o comportamento de A é função do comportamento de B, então o comportamento de B controla o comportamento de A. O termo *controle* é usado para descrever a relação em que um evento tem a sua probabilidade de ocorrência alterada por outro (Hunziker, 2011). Dessa forma, podemos considerar que, nas relações sociais que envolvem interação entre homens e mulheres, o controle está sendo exercido sempre de forma bidirecional. Dentro de uma análise funcional é correto dizer que tanto o comportamento da mulher está sob controle do comportamento do homem, seja por meio de qualquer esquema que envolva a probabilidade de ocorrência de algum comportamento da mulher; quanto que o comportamento do homem está sob controle do comportamento da mulher. Portanto, afirmar apenas que o patriarcado envolve *relações de controle* não é suficiente, nos termos analítico-comportamentais, porque não evidencia as nuances desse tipo de controle e o desequilíbrio e assimetria entre as partes da relação em análise. Por esse motivo é necessário categorizar de que forma o controle está sendo exercido, qual o grau desse controle, quais as condições que o mantém e de que maneira as partes são afetadas pelas consequências desse controle. Baum (2006) afirma que o grau de controle que um indivíduo exerce sobre o comportamento do outro está vinculado ao tipo de relação estabelecida entre os indivíduos, equitativa ou de desigualdade:

Duas pessoas podem ser chamadas de parceiras equitativas quando suas interações incluem atos e reforçadores que, de ambas as partes, são do mesmo tipo. Se dois irmãos são afetuosos um com o outro, pedem e dão dinheiro um para o outro, e emprestam brinquedos ou ferramentas um para o outro, então podemos dizer que são parceiros equitativos. (...) Em relações de desigualdade, a sobreposição entre ações e reforçadores de ambas as partes inexistente ou é pequena. Ana, a supervisora, distribui as tarefas, paga salários e recebe parte do lucro das vendas; Pedro, o empregado, trabalha e recebe salário (Baum, 2006, p. 218).

Nas relações de desigualdade, o grau de controle que o indivíduo que obtém mais benefícios exerce sobre o comportamento do outro é

superior ao grau de controle exercido pelo indivíduo que se beneficia menos na relação. Embora ambos exerçam controle um sobre o comportamento do outro, ou seja, ambos estão se comportando em função do comportamento do outro, quando existe um desequilíbrio de acesso aos reforçadores entre as partes é possível dizer que esse controle não está sendo exercido de maneira igual entre os indivíduos. A essas diferenças de grau de controle e de acesso a benefícios na relação, Baum irá chamar de *poder*:

A discussão sobre poder diz respeito ao grau de controle que cada parceiro exerce sobre o comportamento do outro. Quando os parceiros se beneficiam de forma desigual do relacionamento, aquele que obtém mais benefícios também tem mais poder. Esse maior poder, tanto quanto o maior benefício, é o que nos leva a denominar esse parceiro de controlador (Baum, 2006, p. 231).

A partir dessa definição, é possível incluir a variável poder nas análises sobre as relações de desigualdade. Deter mais poder na relação não envolve apenas concentrar mais reforçadores positivos em relação ao outro, aquele que detém mais poder é também quem gerencia as relações de reforço vigentes, isto é, dispõe as contingências para o comportamento do outro, limitando as possibilidades de escolha e reduzindo a possibilidade de formas alternativas de comportamento. Para Goldiamond (1976), o número de respostas alternativas disponíveis em uma dada contingência social se relaciona com a noção de liberdade. Uma pessoa pode ser considerada mais livre do que outra na medida em que ela pode fazer escolhas genuínas. Para que uma escolha possa ser considerada genuína, deve haver um conjunto de contingências alternativas igualmente possíveis que proporcionem acesso aos mesmos reforçadores ou a reforçadores de mesmo valor. Desse modo, quanto maior é o número de contingências alternativas disponíveis em uma dada relação social, maior é o grau de liberdade de escolha que o indivíduo possui (Fernandes & Dittrich, 2018).

Para ilustrar uma relação de desigualdade pela diferença de poder, diferença de acesso a reforçadores e restrição de liberdade, podemos pensar em uma situação de violência doméstica na qual o marido agride a esposa quando ela se recusa a fazer algo por ele, e após a agressão ela acaba fazendo o que ele havia pedido. Em termos de análise funcional, o marido pedir por algo é um estímulo discriminativo diante do qual a mulher

responde verbalizando o "não", e a resposta negativa da mulher é punida com a agressão física do marido. Em ocasiões futuras, há a diminuição da probabilidade de respostas negativas da esposa diante de solicitações do marido, e aumento da probabilidade de emissão de respostas de esQUIVA dessa punição pela emissão de respostas da classe "atender às solicitações do marido". Nesse caso, é correto afirmar que, na relação entre o homem agressor e a mulher agredida, ambos emitem respostas sob controle do comportamento um do outro, da mesma forma que o homem responde em função do comportamento da esposa de dizer não (agredindo a esposa), a mulher passa a responder em função do comportamento do marido de pedir por algo (atendendo a pedidos do marido).

Como mencionado anteriormente, embora o controle seja bidirecional, é evidente que ele não está sendo exercido com o mesmo grau entre as partes na medida em que o marido é beneficiado e a mulher não é beneficiada na relação em questão. Não se trata de uma relação equitativa, pois a interação não inclui reforçadores do mesmo tipo para ambas as partes, da mesma forma que não inclui contingências que proporcionam igualmente as mesmas possibilidades de escolha. Dado que o homem, nessa relação, após fazer uso da violência física tem como consequência um benefício que é o de ter seu pedido atendido pela esposa, é correto afirmar que ele se beneficia de forma desigual com relação à mulher, e promove um grau de controle distinto do controle exercido pela esposa. Portanto, ele detém o poder na relação. O controle exercido pela esposa não é um controle que garante benefício para ela na relação e podemos afirmar que o grau de controle que ela exerce sobre o marido é diferente do grau de controle que ele exerce sobre ela, porque ela não obtém acesso aos mesmos reforçadores e não se beneficia de forma equitativa em relação a ele. Portanto, é correto afirmar que ela não detém o poder na relação. Além disso, é visível que ela está com suas possibilidades de escolher genuinamente restringidas pela contingência em questão, pois quem dispõe a contingência dentro da qual ela responde é quem detém mais poder na relação, ou seja, o marido. E quem está com a sua liberdade restringida é a mulher.

Baum (2006) usa o conceito de *exploração* para se referir ao tipo de interação social que não serve aos interesses dos parceiros de forma equitativa, sendo que nem sempre a parte explorada – que é a que possui sua liberdade restrita e possui menos poder na relação – se sente lesada. Essa seria a definição do *escravo feliz* que trabalha para o dono de engenho

e se sente contente porque seu comportamento de trabalhar em excesso está sendo negativamente reforçado na medida em que ele não é agredido fisicamente pelo dono de engenho; ou, por exemplo, o pai que explora a filha recompensando-a com cuidados e afetos, desde que ela trabalhe pedindo dinheiro na rua ou participe de atos sexuais, contingência de reforçamento positivo na qual a filha está com liberdade restrita e detém menos poder na relação com o pai.

O exemplo sobre violência doméstica mencionado anteriormente é fático porque não ilustra um caso isolado, mas sim reflete uma realidade bastante comum no cenário nacional. Sistemáticamente, as maiores vítimas de violência doméstica são mulheres que sofrem a violência pela mão de seus parceiros. De acordo com o dossiê “Violência e Assassinatos de Mulheres” (Data Popular/Instituto Patrícia Galvão, 2013), entre os entrevistados de ambos os sexos e de todas as classes sociais, 54% conhecem uma mulher que já foi agredida por um parceiro e 56% conhecem um homem que já agrediu uma parceira. O “Relógio da Violência” do Instituto Maria da Penha (IMP, 2017) registra que, em média, a cada 7,2 segundos, no Brasil, uma mulher é vítima de violência física e a cada 6,3 segundos uma mulher é vítima de ameaça de violência pelos seus parceiros. É a partir de dados como esses que se torna possível visualizar com mais clareza a diferença de poder existente nas relações desiguais entre homens e mulheres. Quando é possível observar uma repetição de padrões de comportamento sistemáticos de violência contra as mulheres, é possível também perceber que as mulheres estão inseridas em contingências que reduzem suas possibilidades de escolhas genuínas, ou seja, elas estão com suas liberdades restritas. No vocabulário feminista, isso se trata da *opressão feminina* (Lerner, 1986). São comuns argumentos que questionam o porquê das mulheres não abandonarem seus parceiros, já que elas não estão se beneficiando de forma equitativa na relação, em comparação a eles. Argumentos como esses podem ser problemáticos porque eles não consideram a forma como as contingências estão dispostas na relação de desigualdade que a mulher tem estabelecida com o parceiro. Nem sempre são facilmente percebidas quais as outras variáveis que mantêm essas mulheres nessas relações de desigualdade: Elas têm para onde ir? Elas têm condições físicas e emocionais de enfrentar o marido? Elas têm filhos para criar? A análise dessa situação deve levar em consideração as contingências que estão garantindo a manutenção desse padrão sistemático de relações desiguais entre homens e mulheres com diferença de poder

e restrição de liberdade. Diferentes condições materiais entre os gêneros (advindas, por exemplo, do *pay gap*) e a restrição de escolhas ao longo da história de relações das mulheres com os homens dentro de práticas culturais de dominação masculina podem gerar repertórios comportamentais restritos, e o contexto social imediato em que as mulheres estão inseridas pode impedir que comportamentos sejam emitidos de maneira adequada e efetiva.

Não pretendemos dar conta de nomear e descrever cada uma das contingências sociais que mantêm esse padrão de funcionamento, mas compreendemos que essas contingências sociais podem ser reunidas em uma mesma categoria a partir de um ponto em comum a todas elas: essas contingências sociais estão organizadas de tal modo a garantir a manutenção de práticas culturais e padrões de comportamento que fortalecem a supremacia masculina e estabelecem uma hierarquia de poder entre os gêneros, dentro da qual as mulheres são sistematicamente oprimidas e não beneficiadas. A esse conjunto de contingências sociais damos o nome de *contingências patriarcais*. Patriarcado seria, dessa forma, um sistema social em que um conjunto de contingências socialmente organizadas estabelece práticas culturais e padrões de comportamento de interações desiguais entre os gêneros, e dentro das quais os homens, sistematicamente, se beneficiam e concentram mais poder do que as mulheres, o que, por sua vez, as colocam em posições de inferioridade e com liberdade restrita.

Autoras feministas como Lerner (1986) argumentam que o patriarcado também pode ser entendido como a institucionalização dessas práticas culturais da dominação masculina sobre as mulheres. Skinner (1953) denominou essas práticas de controle social sobre um grupo ou cultura de *agências de controle* e descreveu algumas delas: governo e lei, educação, religião, poder econômico e psicoterapia. Uma agência de controle é formada por um conjunto de indivíduos que se comportam, em determinados contextos, de acordo com práticas culturais e regras e que mantêm e replicam essas mesmas práticas, ensinando-as às próximas gerações. Desse modo, a agência de controle tem a função tanto de controlar o comportamento dos indivíduos quanto de manter essas práticas na cultura (Skinner, 1953). As maneiras pelas quais uma agência controladora estabelece controle e influência sobre o comportamento individual podem variar desde o estabelecimento de regras (como leis, regulamentos e regimentos, por exemplo), uso de controle aversivo e punição, poder exclusivo sobre determinados reforçadores e até o estabelecimento dos

valores reforçadores dos estímulos. Agências de controle muitas vezes atuam por meio de um conjunto de regras que pode ser descrito como *ideologia*, ou seja, um conjunto de regras (nem sempre explícitas) que estabelecem determinadas práticas sociais como naturais ou habituais a um determinado contexto social. Dessa maneira, pode-se dizer que agências de controle usam ideologias para estabelecer os critérios de verdade (na forma de regras) que vão determinar os comportamentos dos membros daquela cultura. Quando usamos declarações de intenção do tipo “porque eu quis” ou “porque eu gosto” podemos estar apenas enunciando a ideologia (o conjunto não explícito de regras) que seleciona os comportamentos de gostar e estabelece os valores reforçadores das consequências que mantêm esse comportamento, em detrimento de uma análise das contingências ambientais e das variáveis das quais o comportamento individual é função direta. As agências controladoras agem usando estratégias de *naturalização* do *status quo*, mantendo práticas sociais que permitem que os controlados evitem punição ao se comportarem de determinadas maneiras que são, então, reforçadas diferencialmente.

Esta forma sistemática de controle do comportamento social praticada pelas agências de controle também aproxima esse conceito daquilo que a teoria marxista define como *sistemas de dominação*⁴ (Marx, 1971). Neste ponto, podemos começar a definir operacionalmente o que o feminismo vai conceituar como dominação masculina, ou seja, as contingências estabelecidas e mantidas pela agência de controle patriarcal para controlar o comportamento de mulheres, visando à perpetuação de práticas opressoras para as mulheres e vantajosas para os homens que mantêm e transmitem a ideologia patriarcal. A Secretaria Geral das Nações Unidas (ONU, 1979), no documento da “Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher”, leva em conta o caráter institucional e sistemático da dominação masculina quando apresenta o problema da violência contra as mulheres:

A violência contra mulheres e meninas não se limita a nenhum sistema político ou econômico em particular, mas é prevalente em todas as sociedades do mundo. Ele atravessa fronteiras de riqueza, raça e cultura. É uma expressão de valores e padrões histórica e culturalmente específicos que ainda hoje são

⁴ Para Marx (1971), a dominação é uma situação que gera relações assimétricas de comando entre os indivíduos.

executados por meio de muitas instituições sociais e políticas que promovem a subserviência das mulheres e a discriminação contra mulheres e meninas (ONU, 1979, sp., tradução das autoras)⁵.

Dominação masculina é um conjunto de sentidos e valores provenientes de práticas e instituições (Thompson, 2001) das quais os indivíduos fazem parte, mas que pode se perpetuar ainda que alguns desses indivíduos se recusem a participar explicitamente na manutenção dessas práticas. A autora também destaca que as diferenças entre os papéis sociais exercidos por cada gênero é tanto aprendida e mantida pelo ambiente social, como parte das práticas que determinam o comportamento sob o controle desta agência (Thompson, 2001). Quando Saffioti (2004) afirma que o patriarcado opera não só na esfera pública, como também na esfera privada, ela estava fazendo referência aos comportamentos intrafamiliares de violência contra a mulher, mas podemos estender sua análise para outras relações de controle que apresentam desigualdade de poder e que são aprendidas em e mantidas por contingências patriarcais amplamente reproduzidas na cultura, como o que se convencionou chamar *cultura do estupro*⁶, por exemplo.

Nossa proposta de operacionalização dos conceitos de poder e de patriarcado tem como objetivo explicitar a necessidade da inclusão das variáveis desses contextos nas análises não só de comportamentos individuais, como de fenômenos sociais (como o machismo), contribuindo para a proposição de intervenções individuais e de larga escala que tenham probabilidade de produzir mudanças culturais duradouras. Considerar a Análise do Comportamento como uma ciência neutra em questões de gênero compromete nossa percepção dos controles aos quais nossos comportamentos estão submetidos ao praticar essa ciência (Holland, 1973; Ruiz & Roche, 2007). Ao nos comprometermos ética e politicamente com a prática feminista, o que pretendemos é instrumentalizar os analistas do comportamento para estar sob controle das contingências sociais amplas

⁵ Texto original: "Violence against women and girls is not confined to any particular political or economic system, but it is prevalent in every society in the world. It cuts across boundaries of wealth, race and culture. It is an expression of historically and culturally specific values and standards which are today still executed through many social and political institutions that foster women's subservience and discrimination against women and girls".

⁶ Para mais análises sobre a cultura de estupro, ver o Capítulo 04 deste livro.

e complexas de onde os problemas humanos individuais surgem. Ao reconhecer que a descrição das contingências sociais em vigor deve incluir as práticas culturais de gênero e as variáveis de controle dispostas pelo patriarcado, damos ao analista do comportamento outras ferramentas e uma nova visão sobre as variáveis das quais o comportamento é função, evidenciando os controles desiguais e as relações de poder a que tanto os cientistas comportamentais quanto os indivíduos e a sociedade que eles se dispõem a descrever estão submetidos. Continuar negligenciando as variáveis ambientais históricas e imediatas provenientes do contexto das relações entre os gêneros impede que o conhecimento produzido pela Análise do Comportamento possa ser traduzido em intervenções efetivas e em mudança cultural que leve à melhora efetiva da qualidade de vida das pessoas, sobretudo à preservação da vida de mulheres.

Referências Bibliográficas

- Baum, W. M. (2006). Compreender o behaviorismo. Porto Alegre: Artmed Editora. (Trabalho original publicado em 1994).
- Beauvoir, S. (1970). O segundo sexo: Fatos e mitos. São Paulo: Difusão Européia do Livro. (Trabalho original publicado em 1949).
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: Caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158.
- Data Popular/Instituto Patrícia Galvão. (2013). Percepção da Sociedade sobre Violência e Assassinatos de Mulheres. Disponível em: <https://tinyurl.com/feminismo30>
- Delphy, C. (2009). Patriarcado. Em D. Senotier, F. Laborie, H. Hirata, & H. Doare (Orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo* (pp. 173-179). São Paulo: Editora Unesp.
- Fernandes, R. C., & Dittrich, A. (2018). Expanding the behavior-analytic meanings of "freedom": The contributions of Israel Goldiamond. *Behavior and Social Issues*, 27, 4-19.
- Fernandes, D. M., Carrara, K., & Zilio, D. (2017). Apontamentos para uma definição comportamentalista de cultura. *Acta Comportamental*, 25(2), 265-280.
- Goldiamond, I. (1976). Protection of human subjects and patients: A social contingency analysis of distinctions between research and practice, and its implications. *Behaviorism*, 4, 1-41.

- Holland, J. (1973). Servirán los principios conductuales para los revolucionarios? Em F. S. Keller & E. R. Iñesta (Orgs.), *Modificación de la conducta: Aplicaciones a la educación*. México: Trillas.
- Hunziker, M. H. L. (2011). Afinal, o que é controle aversivo? *Acta Comportamental*, 19, 9-19.
- Instituto Maria da Penha. (2017). Relógio da Violência. Disponível em: <https://www.relogiosdaviolencia.com.br>
- Jaffee, D. (1989). Gender inequality in workplace: Autonomy and authority. *Social Science Quarterly*, 70(2), 375-392.
- Pennypacker, H. S., & Johnston, J. M. (1993). *Strategies and tactics of behavioral research*. Hillsdale, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Lavy, V., & Sand, E. (2015). On the origins of gender human capital gaps: Short and long term consequences of teachers' stereotypical biases. National Bureau of Economic Research, Working Paper No. 20909. Disponível em: <http://www.nber.org/papers/w20909>
- Lerner, G. (1986). *The Creation of Patriarchy*. New York: Oxford University Press.
- Marx, K. (1971). *Elementos fundamentales para la critica de la economia política*, Vol. I. Buenos Aires: Editora Siglo XXI.
- Organização das Nações Unidas. (1979). *Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women*. Disponível em: <https://tinyurl.com/feminismo31>
- Organização das Nações Unidas. (2015). *Minimum Set of Gender Indicators*. Disponível em: <https://genderstats.un.org>
- Pateman, C. (1993). *O contrato sexual*. São Paulo: Paz e Terra. (Trabalho original publicado em 1988.)
- Rubin, G. (1975). The traffic in women. Em R. Reiter (Org.), *Towards an Antropology of Women* (pp. 160-207). New York: Monthly Review Press.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21(2), 179-192.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4, 12-16.
- Ruiz, M. R., & Roche, B. (2007). Values and the scientific culture of behavior analysis. *The Behavior Analyst*, 30(1), 1-16.
- Saffioti, H. B. (2004). *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo, SP: Fundação Perseu Abramo.

- Silva, E. C., & Laurenti, C. (2017). B. F. Skinner e Simone de Beauvoir: “A mulher” à luz do modelo de seleção pelas consequências. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 7(2), 197-211.
- Skinner, B. F. (1953). *Ciência e comportamento humano*. São Paulo: Martins Fontes.
- Skinner, B.F. (1957). *Verbal behavior*. Acton, Massachusetts: Copley.
- Skinner, B.F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. New York: Alfred A. Knopf.
- Skinner, B. F. (1981). Selection by consequences. *Science*, 213(4507), 501-504.
- Thompson, D. (2001). *Radical feminism today*. Londres: SAGE Publications.
- Waiselfisz, J. J. (2013). *Mapa da violência*. UNESCO Brasil.
- Wolpert, R. S. (2005). A multicultural feminist analysis of Walden Two. *The Behavior Analyst Today*, 6, 186-190

Capítulo 4

Métodos de investigação sobre cultura do estupro: o que a Análise do Comportamento tem a aprender com as contribuições de outras áreas do conhecimento

Amanda Oliveira de Moraes & Júlia Castro de Carvalho Freitas

A expressão cultura do estupro surgiu durante a segunda onda do feminismo, na década de 1970, e foi inicialmente cunhada para descrever a cultura americana (Smith, 2004). Em uma cultura do estupro, o estupro e outras violências sexuais contra mulheres são prevalentes e consideradas norma ou inevitáveis, e não são desafiadas (Buchwald, Fletcher, & Roth, 1993/2005). A partir do reconhecimento da alta prevalência de violência sexual, iniciaram-se os questionamentos sobre as culturas que toleram o estupro e outros abusos. Quando o número de agressões sexuais é alto e a taxa de prisões, processos e condenações de agressores é baixa, frequentemente indica-se que há práticas culturais mantendo este tipo de violência. As práticas culturais indicadas envolvem: pareamento entre sexo e violência; culpabilização da vítima após sofrer a agressão; responsabilização da mulher em evitar crimes sexuais; perpetuação de mitos sobre estupro pela comunidade verbal, especialmente pela mídia em propagan-

das, programas de televisão, filmes e músicas; explicações psicopatológicas ou naturalizantes sobre o comportamento do agressor, negligenciando fatores socioculturais; papéis de gênero atribuídos a cada sexo e privilégios legais, sociais e econômicos aos homens (Freitas & Moraes, no prelo). Estas duas últimas práticas não se relacionam apenas com a denominada cultura do estupro, referem-se a práticas contidas em um cenário mais amplo: o patriarcado¹. Assim, algumas das práticas apontadas, ensejam além de violência sexual, diversas formas de opressão das mulheres.

Em termos comportamentais, a cultura do estupro pode ser caracterizada por um conjunto de contingências que são encorajadoras e/ou permissivas com práticas sexuais violentas e por um conjunto de classes de comportamentos sexualmente abusivos, dos mais sutis (como assédio verbal) ao estupro, que ocorrem no contexto patriarcal (Freitas & Moraes, no prelo). Portanto, pesquisas e métodos que investiguem características de classes de comportamentos abusivos, bem como a presença de contingências que promovem e mantêm essas classes de comportamentos, podem ser consideradas pesquisas que estudam o que chamamos de cultura do estupro. Entretanto, existem estudos que investigam a violência sexual com enfoque nas variáveis ontogenéticas do comportamento do agressor para explicar a ocorrência desse fenômeno e possibilidades de intervenção. Tais pesquisas, não necessariamente, estão implicadas com o conceito de cultura do estupro, ao mesmo tempo, não representam a exclusão das variáveis culturais e podem fornecer pistas sobre possíveis análises mais amplas.

Demonstrada a amplitude do campo de investigação fornecido pelo conceito de cultura do estupro, o presente capítulo tem o objetivo de apresentar e discutir diferentes métodos de estudo sobre o tema. Para tanto, (a) apresentaremos pesquisas realizadas por feministas do campo das ciências sociais e psicologia, (b) apresentaremos pesquisas realizadas por analistas do comportamento que investigam comportamentos que estariam presentes na cultura do estupro; e (c) discutiremos de que forma analistas do comportamento podem aprender com o estado da arte e

¹ Saffioti (2004) define o patriarcado como uma forma de organização e de dominação social fundamentada na exploração dos homens sobre as mulheres. Portanto, neste capítulo, contexto patriarcal se refere a dominação masculina presente em toda dinâmica social, incluindo as esferas familiar, trabalhista, midiática, política e os controles sutis de variáveis desconhecidas por homens e mulheres ao comportarem-se privada ou publicamente. Para mais discussões recomenda-se a leitura do capítulo 02 deste livro.

produzir uma ciência comportamental comprometida com a perspectiva feminista radical sobre a violência sexual.

4.1 Pesquisas sobre cultura do estupro em diversas áreas

A discussão sobre a alta frequência de violência sexual identificada em diversos países abriu as portas para a investigação das variáveis que afetam o comportamento de agredir sexualmente em diferentes culturas e contextos sociais. Feministas da segunda geração começaram a desmistificar o estupro, antes considerado raro e praticado por um desconhecido, utilizando como método entrevistas com mulheres vítimas de violência sexual. Os relatos de estupros foram apresentados em primeira pessoa pela primeira vez em livros como *"Rape: The first sourcebook for women"*, produzido pela *New York Radical Feminists* e editado por Noreen Connel e Cassandra Wilson (1974) e *"Against our will: Men, women, and rape"* de Susan Brownmiller (1975). O uso da transcrição de relatos verbais vocais de pessoas que vivenciaram crimes, como estupros, permite investigar as características do crime relatado, como quais comportamentos foram emitidos, o local, identificar os autores, averiguar a gravidade da violência perpetrada e indicar os danos causados, quando utilizadas técnicas de entrevistas forenses (Williams et al., 2014). A utilização de entrevistas para o estudo desse fenômeno é ainda justificada conceitualmente por coletar dados de fontes geralmente negligenciadas em uma cultura que avalia o relato de vítimas com desconfiança (Williams, 2002).

O uso do relato verbal, todavia, remete a outras preocupações metodológicas quando aplicado para apurar as características de um fenômeno ou as variáveis que o afetam. A forma de realizar perguntas em uma entrevista pode afetar as declarações da entrevistada ou entrevistado. Por exemplo, questões fechadas, que limitam as respostas da(o) participante em sim e não, apresentam índices maiores de sugestionabilidade, sendo preferível o uso de questões abertas e escuta livre sobre o fato (Williams et al., 2014). Além disso, quando se trata de estudos que pretendem investigar a prevalência de comportamentos ou variáveis relacionadas a eles, as preocupações sobre validade estatística dos dados devem ser consideradas, como a representatividade da amostra e seleção das informações. Davis (1981/2016) argumenta, por exemplo, que no livro *"The politics of*

rape”, de Diana Russell, dos 22 casos de estupro relatados por mulheres da área da baía de São Francisco, 12 (mais da metade) envolviam mulheres brancas que foram estupradas por homens negros, de origem mexicana ou indígenas. Porém, originalmente foram realizadas, 95 entrevistas, nas quais apenas 26% dos autores de agressão sexual eram de minorias étnicas. O processo de seleção de quais relatos seriam publicados implicou na indução de uma falsa conclusão relacionada aos autores desse tipo de violência, além de produzir consequências políticas, como fortalecer o mito do estuprador negro.

Os estudos que empregam o uso de entrevistas podem basear-se em métodos qualitativos ou quantitativos. O método qualitativo geralmente é apoiado por procedimentos de análise de discurso, enquanto o método quantitativo adota procedimentos de estatística descritiva e inferencial (Baptista & Campos, 2015). Além disso, as pesquisas podem correlacionar fontes de dados de entrevistas com outras fontes, como documentos, leis e registros oficiais. Por exemplo, ao se questionarem se estadunidenses vivem mesmo em uma cultura do estupro, Buchwald, Fletcher e Roth (2005) apresentaram dados de dois programas administrados pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos que empregam dois métodos de coleta de dados diferentes entre si, porém, para a análise dos dados coletados, ambos utilizam procedimentos estatísticos em maior ou menor grau. São eles o *Uniform Crime Report* (URC) e o *National Crime Victimization Survey* (NCVS). O primeiro programa coleta dados de denúncias realizadas, cobrindo 96% da população, enquanto o segundo realiza pesquisas estatísticas com amostras representativas (por ano são entrevistadas 42.000 famílias, aproximadamente 76.000 pessoas) com o objetivo de estudar a vitimização da população como um todo. Comparando os dados desses programas, as autoras concluem que apenas 34% dos estupros e 26% das agressões sexuais são reportadas à polícia. As razões citadas por mulheres na pesquisa do NCVS para não reportarem tais crimes incluem: manter a agressão como um assunto pessoal, medo de represálias e proteção do agressor. Quanto maior a relação de proximidade entre as mulheres que foram vítimas e os agressores, maior a probabilidade de as violações não serem reportadas à polícia.

Diversos relatórios produzidos por órgãos governamentais, ONGs e empresas são baseados em pesquisas que utilizam o método *Survey* (questionários). Um exemplo é o *National Violence Against Women Survey* (NVAWS), realizado de 1995 a 1996 com o objetivo de levantar informações

sobre a prevalência de vítimas de estupro por gênero, idade e raça/etnia; características das vítimas de estupro, dos autores de estupro e sobre a ocorrência do estupro; a relação entre a vitimização de crianças, adolescentes em comparação com a de adultos; consequências físicas, sociais e psicológicas da vitimização do estupro; e satisfação com o sistema de justiça (Tjaden & Thoennes, 2006). No Brasil, um programa que emprega o uso de questionários é o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) administrado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). O SIPS realiza estudos domiciliares e presenciais em 3.775 domicílios, em 212 municípios, abrangendo todas as unidades da federação, utilizando o método de amostragem probabilística, garantindo uma margem de erro de 5% a um nível de significância de 95% para o país como um todo e para as cinco grandes regiões. No Brasil, entrevistas em pesquisas especializadas no tema de violência sexual no âmbito nacional ainda não foram realizadas, porém, em 2013, um questionário sobre vitimização dessa violência foi integrada ao SIPS. Estimou-se que 527.000 tentativas de estupro ou estupros acontecem no país, por ano (IPEA, 2014). Essa estimativa deve ser observada com cautela, pois, como foi destacado, é possível que o método realizado pelo SIPS não seja o mais adequado para se estimar a prevalência do estupro, sendo alertado - em nota técnica pelo IPEA (2014) - que este número deve servir apenas como uma estimativa para o limite inferior de prevalência do fenômeno no país. Comparando esse dado com os registros do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2013), em 2012 apenas 9,6% (50.617 casos) das violações foram reportadas à polícia, aproximadamente. O registro de agressões sexuais, os estudos que estimam a prevalência da violência sexual e as correlações entre esses dois métodos de produção de dados sobre o fenômeno, evidenciam o baixo índice de denúncias. Sendo a denúncia um indicativo social de reprovação de determinado comportamento, a pequena frequência de queixas formais destaca que devem existir variáveis que afetam o comportamento da vítima de denunciar ou não, bem como aponta que os comportamentos dos agressores raramente são punidos formalmente.

Para uma melhor tipologia dos crimes sexuais, desde 2011 o Sistema de Informações de Agravos de Notificação do Ministério da Saúde (Sinan) tem apontado as principais características de vítimas e autores da violência no Brasil. A base de dados do Sinan é alimentada por notificações e investigações de profissionais da área da saúde, nos setores público e privado, sobre casos de doenças e agravos que constam da lista nacional

de doenças de notificação compulsória, o que inclui violência sexual. Dos 12.087 casos registrados pelo Sinan em 2011, as vítimas eram principalmente do sexo feminino em todas as faixas etárias (88,5%) e os autores das agressões eram majoritariamente do sexo masculino - acima de 90% em todas as faixas etárias (Cerqueira, Coelho, & Ferreira, 2017). Utilizar métodos que identifiquem as principais características dos autores de agressões, bem como quais pessoas geralmente são atacadas, auxilia na descrição do fenômeno e promove a investigação das variáveis que afetam a incidência das agressões. Os dados de pesquisas tipológicas sobre o estupro e abuso sexual, como aqui exemplificada com os dados do Sinan, têm demonstrado que a violência sexual se caracteriza como uma violência perpetrada por homens.

As diferenças de conceituação sobre violências sexuais, a forma como são registrados os dados, e os fatores sociais que afetam o comportamento de denunciar ou relatar a violência sexual afetam as pesquisas estatísticas, mesmo nos casos de registros oficiais. Por exemplo, em diversas legislações, o uso da força física é prerrogativa para que haja violência sexual, enquanto em outras, como na Lei Maria da Penha, o uso de coação e manipulação ampliam o que pode ser considerado este tipo de violência. Portanto, ao comparar a prevalência desses crimes em diferentes países é preciso levar em consideração qual critério de inclusão de agressões foi utilizado nas pesquisas. Outro fator relevante é a forma de registro de ocorrências. Quando uma vítima denuncia uma situação de violência sexual, pode-se contabilizar todos os episódios de agressões sexuais ou apenas um caso a partir da emissão de um único boletim de ocorrência. Exemplificando, a estimativa de vítimas de violência sexual poderia ser diferente da apontada nos estudos descritos anteriormente se a forma como as perguntas são feitas e a especificação das ocorrências fossem consideradas. Um dos itens de uma pesquisa realizada com 2.300 mulheres de 14 a 24 anos, das classes econômicas C, D e E demonstrou que 47% das entrevistadas afirmaram já terem sido forçadas a ter relações sexuais com o parceiro (Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão, 2015). Se fosse possível detalhar aproximadamente quantas vezes cada uma dessas mulheres já foi forçada a ter relações com o parceiro, teríamos uma prevalência mais apurada da ocorrência de violência sexual nas relações íntimas de jovens brasileiras dessas classes econômicas. Os procedimentos descritos até aqui são amplamente utilizados em pesquisas nas áreas das ciências sociais e ainda para o reconhecimento

de problemas sociais e úteis para a formulação de ações do Estado.

Um estudo transcultural realizado em 1981, por Sanday, exemplifica outra forma de estudar o estupro, para além dos dados epidemiológicos e da tipologia do crime: olhando para o contexto sociocultural do estupro. Uma amostra transcultural padrão publicada por Murdock e White em 1969, consistia em descrever diversas características de 186 sociedades em um período de tempo que varia de 1750 a.C. até o final dos anos 1960. As sociedades incluídas na amostra padrão são distribuídas de forma relativamente igual entre as seis principais regiões do mundo. Sanday (1981) selecionou 156 sociedades da amostra que continham dados sobre estupro, segundo suas definições. O objetivo do estudo foi fornecer um perfil descritivo de sociedades "propensas ao estupro" e "sem estupro", e apresentar uma análise das atitudes, motivações e fatores socioculturais relacionados à incidência de estupro. Para isso, 21 variáveis foram codificadas com base em códigos publicados na revista *Ethnology*; materiais de bibliotecas; e os arquivos da área de relações humanas. A autora discute a variação da incidência de estupro de acordo com a cultura, verificando que as altas taxas de estupro ocorrem em configurações culturais distintas das quais há baixas taxas. Os dados sugerem que o estupro faz parte de uma configuração cultural que inclui violência interpessoal, dominância masculina (poder e a autoridade femininos são menores nas sociedades propensas ao estupro e mulheres quase não participam da tomada de decisão pública enquanto os homens expressam desprezo pelas mulheres que o fazem), e separação sexual (presença de estruturas ou locais onde as pessoas se reúnem em grupos do mesmo sexo).

Outra forma de investigação importante refere-se a verificar se modelos presentes na cultura afetam o comportamento de agredir sexualmente a partir de estudos que avaliam a correlação entre pornografia e violência de gênero. Bridges, Wosnitzer, Scharrer, Sun e Liberman (2010) avaliaram e classificaram cenas de vídeos pornográficos populares, para indicar a exibição (ou não) de violência. Foram avaliadas cenas selecionadas a partir de listas dos vídeos mais alugados, publicada mensalmente pela *Adult Video News* (AVN). Foram selecionados os 30 vídeos que foram classificados como melhores, em cada lista, de dezembro de 2004 a junho de 2005. Após a exclusão de duplicações, a amostra consistiu em 275 títulos, sendo 304 cenas extraídas de 50 vídeos selecionados aleatoriamente. Para a análise das cenas foram operacionalizadas as variáveis referentes à cena (personagens, atos sexuais, posição de ejaculação, presença de agressão

física e verbal e presença de comportamentos positivos, como abraçar, beijar e elogiar). Quando houve agressão, os atos foram descritos em: tipo de ato agressivo, perpetradores e alvos de agressão, e resposta do alvo à agressão. Das cenas analisadas, 88,2% continham agressão física, principalmente palmadas, amordaçamento e bofetadas, enquanto 48,7% das cenas continham agressão verbal, principalmente xingamentos. Os autores da agressão eram geralmente do sexo masculino (70,3%), enquanto os alvos da agressão eram, frequentemente, do sexo feminino (94,4%). As respostas mais frequentes à agressão, emitidas pelos alvos, foram demonstração de prazer ou respostas classificadas como neutra. Tal resultado implica na demonstração de que a pornografia inclui violência contra atrizes. O impacto desses modelos no comportamento de quem assiste foi investigado pelo estudo relatado a seguir.

A relação entre visualização regular de pornografia *online*, coerção e abuso sexual, e o envio e recebimento de imagens sexuais (conhecidas como *sexting*) foi avaliada por Stanley et al (2016). A pesquisa foi realizada em 45 escolas de cinco países europeus, com o uso de questionários que eram respondidos individualmente. As categorias de análise (abuso e coerção sexual, *sexting*, igualdade de gênero e visualização de pornografia) foram abordadas em grupos de questões detalhadas do estudo (Stanley et. al, 2016). A pesquisa foi complementada por entrevistas qualitativas. Para a análise dos dados foi utilizado o programa *Statistical Package for Social Science* (SPSS), executando estatísticas descritivas, incluindo tabulações cruzadas para cada país. Foi realizado testes do qui-quadrado para identificar os efeitos de gênero em cada país. Também se utilizou análise multivariada para explorar ainda mais a relação entre o uso da coerção sexual por parte dos meninos e sua relação com a visualização regular de pornografia. A análise de dados limitou-se ao uso da coerção sexual pelos meninos, pois neste estudo, menos de 8% de meninas relataram usar comportamento sexualmente coercitivo. Em suma, as taxas de visualização regular de pornografia *online* foram maiores entre os meninos, e foram significativamente associadas à perpetração de coerção, abuso sexual e *sexting*. Além disso, os meninos que assistiram regularmente a pornografia *online* eram significativamente mais propensos a apresentar atitudes negativas em relação à igualdade de gênero. Os dados apresentados são relevantes, pois se trata da primeira pesquisa comparativa em larga escala sobre o assunto, porém seus resultados não podem ser generalizáveis para todos os jovens dos cinco países, pois não foi possível construir uma

amostra aleatória.

Outro método utilizado nas ciências sociais refere-se a estudos de casos e pode ser classificado como exploratório, descritivo ou analítico. Este método pode elucidar questões sobre fenômenos que são difíceis de estudar em ambiente laboratorial. Um exemplo desse tipo de estudo é a etnografia do ciberespaço após uma notícia de violência sexual, realizada por Rost e Vieira (2015). As autoras realizaram uma análise das narrativas dos participantes de um debate online sobre o episódio no qual o diretor teatral Gerald Thomas enfiou a mão por debaixo do vestido da repórter Nicole Bahls sem consentimento e publicamente. A partir da análise de 172 comentários publicados em um texto sobre o ocorrido, as pesquisadoras verificaram quais convenções de gênero os participantes estavam defendendo quando discutiam a violência sexual e como elas ganhavam sentido, dando ênfase à dimensão simbólica da disputa sobre os direitos das mulheres (Rost & Vieira, 2015). As pesquisadoras concluem que “a noção de violência sexual é atravessada por moralidades relativas a convenções de gênero e sexualidade que interferem na percepção dos direitos individuais das mulheres.” (Rost & Vieira, 2015 p. 261). Em termos comportamentais, precisaríamos explicar o que são moralidades relativas a convenções de gênero e como elas interferem na percepção dos direitos individuais das mulheres. Uma forma de investigar isso, na Análise do Comportamento, seria utilizar métodos experimentais que abordam os processos envolvidos no comportamento simbólico, como será abordado mais adiante.

4.2 Pesquisas em Psicologia

No campo da Psicologia, diversos pesquisadores também vêm se dedicando a estudar questões presentes em uma cultura do estupro. As questões vão desde estereótipos de gênero, que contribuem para a manutenção de acesso desigual de homens e mulheres a reforçadores, passando por variáveis envolvidas na naturalização da violência sexual (e.g., Kahn, Jackson, Kully, Badger, & Halvorsen, 2003), até “perfis” de agressores e busca por fatores que mantêm a violência sexual (e.g., Nunes, Hermann, & Ratcliffe, 2013). A produção acadêmica em Psicologia emprega métodos experimentais ou quase-experimentais, além de realizar pesquisas do tipo *Survey*, como em outros campos citados neste capítulo. Grande parte dessas pesquisas foi conduzida por psicólogas de abordagem cognitivista, como será apresentado a seguir.

Uma questão que tem sido bastante estudada é o que as pessoas entendem por estupro. Para tanto, Ryan (1988) utilizou o método de pedir a estudantes universitários que descrevessem um estupro típico e uma situação de sedução típica, dando o máximo de detalhes possível sobre o que teria acontecido, as circunstâncias e pessoas envolvidas. Na abordagem cognitivista, a descrição feita por cada participante é entendida como um *script*, ou seja, um protótipo de como estas situações costumam acontecer. Para análise, foram identificados os elementos presentes nos *scripts* e cada um destes foi codificado em uma escala de frequência. Os resultados apontaram que a maioria dos participantes via estupro com um ato violento, acontecido à noite, em local de acesso público, onde um homem com problemas mentais ou sociais e desconhecido por uma mulher a ataca e usa força física para penetrá-la, enquanto a vítima apresenta resistência.

Outros métodos têm sido utilizados para identificar quais variáveis influenciam a nomeação de um ato como estupro. Um deles se dá através da comparação entre as respostas do participante a uma lista de comportamentos que ele pode ter praticado (ou, no de caso de mulheres, aos quais ela pode ter sido submetida) e sua resposta sobre ter praticado (ou sofrido) estupro. Na lista, constam comportamentos como “ter fisicamente forçado uma mulher a ter relações sexuais” e “ter feito sexo com uma mulher que estava inconsciente”, os quais são considerados estupro pela lei. Então, os participantes que afirmam ter praticado (ou sofrido) pelo menos um desses comportamentos, mas dizem que nunca estupraram (ou foram estupradas), são agrupados separadamente daqueles que dizem expressamente ter praticado (ou sofrido) estupro. Em seguida, os grupos são comparados em termos de características dos participantes e/ou da situação que vivenciaram. Este método foi usado tanto com participantes homens (e.g. Edwards, Bradshaw, & Hinsz, 2014²) como com participantes mulheres (e.g., Koss, Dinero, Seibel, & Cox, 1988; Kahn & Mathie, 1994; Kahn et al., 2003; Layman, Gidycz & Lynn, 1996; Peterson & Muehlenhard, 2004). Alguns resultados encontrados nesses estudos apontam que é menos comum que a vítima nomeie o que sofreu como estupro caso tenha uma relação com o agressor, não tenha lutado contra este ou considere ter tido um comportamento sexualmente provocativo.

Um terceiro método usado para investigar o que seria considerado

² Neste estudo, o relato coletado não foi sobre o comportamento passado, mas sobre a intenção de comportamento futuro.

estupro é através da apresentação de histórias de estupro (chamadas de vinhetas) aos participantes, como no estudo de Sasson e Paul (2014). Estas autoras escreveram uma história fictícia, com variações, que narrava um estupro e pediram a trabalhadores de uma empresa que escolhessem, dentre as opções “agressão sexual”, “abuso sexual”, “estupro” ou “nenhuma dessas”, a expressão que melhor descrevia a situação da história que cada um leu. Em seguida, as respostas dos participantes foram analisadas em busca de correlações entre rotular a vinheta lida como estupro e algumas variáveis, como gênero da(o) participante e ter sido vítima de violência sexual. As autoras encontraram que, independentemente das variações na história, não nomear a situação como “estupro” estava positivamente correlacionado a altos escores em um instrumento que mede o grau de concordância com mitos sobre violência sexual, a Escala de mitos modernos sobre violência sexual (AMMSA, em inglês), desenvolvida por Gerger, Kley, Bohner e Siebler (2007), que será abordada mais adiante.

Vinhetas desse tipo também foram usadas em uma série de estudos que pretendiam verificar quais características presentes nas histórias poderiam implicar que os participantes culpabilizassem mais as vítimas (para uma revisão, ver Grubb & Harrower, 2008; para uma meta-análise, ver Whatley, 1996). O método comumente utilizado nesses estudos foi de apresentar, para os participantes, vinhetas que narravam situações de estupro e pedir que estes dissessem a quem deveria ser atribuída a responsabilidade por aquela situação. Para verificar se havia diferença na culpabilização de acordo com as variáveis escolhidas, eram apresentadas, a dois ou mais grupos de participantes, vinhetas similares que variavam apenas em termos de características da vítima, do agressor ou das circunstâncias (e.g., se a vítima usava roupas que mostravam ou que cobriam mais o seu corpo). Em geral, um grupo de participantes (agrupados de maneira aleatória) lia e respondia a apenas uma vinheta. Uma possibilidade de análise de dados nesses estudos (por exemplo, quando era utilizada uma escala do tipo *Likert*) é através da comparação das médias das respostas entre os grupos que responderam a um tipo ou outro de vinheta. Se a média da responsabilidade atribuída em uma vinheta fosse significativamente maior do que a média em outra, entender-se-ia que as vítimas teriam sido mais culpabilizadas quando a característica analisada estivesse presente. Tomados em conjunto, esses estudos apontam que mulheres que (a) estavam usando roupas que mostram mais seus corpos, (b) apresentavam comportamento moral “menos respeitável” (como ingerir bebidas alcoóli-

cas ou trabalhar em boates) e/ou (c) conheciam o seu agressor tendem a ser mais culpabilizadas pelo estupro que sofreram, em comparação com as que não apresentavam essas características nas vinhetas.

Instrumentos como a AMMSA têm sido usados desde 1980 para acessar crenças que negam, justificam ou minimizam a violência sexual (e.g. Burt, 1980; Payne, Lonsway, & Fitzgerald, 1999; Gerger et al., 2007). Esses autores defendem que essas crenças contribuem para ocorrência de estupros. O primeiro instrumento desse tipo foi a Escala de aceitação de mitos sobre estupro (Burt, 1980) que conta com itens como “na maioria dos estupros, a vítima é promíscua ou tem uma reputação ruim” e “uma mulher que pega carona merece ser estuprada”. Cada um dos 19 itens deve ser respondido em uma escala de sete pontos que vai de “concordo totalmente” a “discordo totalmente”. Devido às crescentes manifestações feministas na sociedade, concordar com tais mitos têm se tornado cada vez mais reprovável pelas pessoas, de forma que o instrumento desenvolvido por Burt (assim como outros mais antigos) pode ser atualmente menos sensível a acessar atitudes sobre violência sexual (Gerger, et al., 2007). Foi pensando nisso que Gerger e colaboradores (2007) desenvolveram a AMMSA. Este instrumento conta com frases mais sutis a respeito desse tipo de violência, mas que também contribuem para a sua manutenção. Dessa forma, os autores encontraram que tanto em uma população de estudantes americanos, como de estudantes alemães, as respostas a esta escala obedecem à curva normal da estatística. Em outras palavras, esse instrumento se mostrou mais sensível a identificar variações no grau de aceitação dos mitos entre indivíduos de um grupo, em comparação com as outras escalas aqui citadas. Exemplos de itens da AMMSA são: “a discussão sobre assédio sexual no trabalho resulta principalmente da má interpretação de comportamentos inofensivos como sendo assédio” e “em um encontro, a expectativa comum é que a mulher ‘puxe o freio’ e o homem ‘pise no acelerador’” (Gerger, et al., 2007, tradução da autora).

Embora a AMMSA tenha se mostrado um bom instrumento para acessar a concordância com mitos sobre estupro, é importante notar que este é um instrumento de autorrelato e, como tal, está sujeito ao viés de desejabilidade social. Com o intuito de evitar esse tipo de viés, foram criados instrumentos que acessam atitudes chamadas pela literatura cognitivista de “implícitas” (e.g., Nunes et al., 2013)³. Parafraseando Nunes et al. (2013),

³ Para uma discussão mais aprofundada sobre atitudes implícitas neste livro, consulte o capítulo 05

atitudes implícitas são associações automáticas com caráter avaliativo a respeito de um dado objeto. Esses autores usaram um instrumento denominado *Implicit Association Test* (IAT) para acessar atitudes diante da apresentação da palavra-estímulo “estupro”. Além disso, foi aplicado um instrumento no qual os participantes, todos homens, deveriam responder se e quantas vezes tinham praticado determinados comportamentos que se caracterizam como violência sexual contra uma mulher (e.g., pressioná-la ou forçá-la fisicamente para fazer sexo oral). Com base nessas respostas, os participantes foram separados em grupos de agressores e não agressores. Cada participante foi solicitado ainda a pensar em três consequências que poderiam acontecer para ele caso forçasse uma mulher a fazer sexo com ele. O participante deveria avaliar cada uma das consequências numa escala que ia de -3 (muito negativo) a +3 (muito positivo) e, então, era feito um cálculo final somando as três consequências, numa tentativa de determinar se o participante considerava que este comportamento “valia a pena”.

Para verificar a automaticidade das associações entre a palavra-estímulo e coisas positivas e entre aquela e coisas negativas, Nunes e colaboradores (2013) mensuraram a diferença da latência da resposta dos participantes diante dos diferentes blocos de apresentações. No bloco tipo 1, a palavra “estupro” se encontrava no mesmo lado da tela que a palavra “mau”, enquanto “não-estupro” aparecia juntamente com a palavra “bom”, já no bloco tipo 2, o contrário acontecia. No centro da tela, apareciam outras palavras comumente vistas como positivas ou negativas. Nos blocos tipo 1, os participantes deveriam pressionar uma tecla à direita se a palavra combinasse com “estupro” ou “mau”, e também, deveriam pressionar uma tecla à esquerda se a palavra combinasse com “não-estupro” ou “bom”. A ideia por trás disso é que a latência dessa resposta seria menor para pessoas que associam estupro com algo ruim em comparação com pessoas que não associam. Por outro lado, no bloco tipo 2, haveria um conflito para essas pessoas, uma vez que tanto “estupro” como “bom” estão do mesmo lado da tela, então ao ver uma palavra no centro que deve ser associada com um dos lados, a latência da resposta deve ser maior do que no bloco tipo 1. De fato, este foi o resultado encontrado para o grupo de homens não agressores. No entanto, ao contrário do que os autores esperavam, o resultado foi similar para os agressores, ou seja, eles também responderam mais rápido no bloco tipo 1 do que no bloco tipo 2. Porém, para o grupo de agressores a diferença na rapidez foi menor do

que para o grupo não agressor. Em outras palavras, para homens não agressores há uma associação mais forte entre “estupro” e “mau” do que para agressores.

Os resultados desse IAT podem ser interpretados a partir do que foi constatado em outros estudos aqui citados. A palavra estupro frequentemente é usada para descrever um tipo específico de penetração forçada (em geral, com o agressor sendo um desconhecido, usando força, etc.), o que mantém uma visão estereotipada sobre estupro, de forma a ignorar uma série de características que podem se fazer presentes nestes crimes. Dessa forma, os participantes do IAT em Nunes et al. (2013) parecem de fato associar a palavra estupro a coisas negativas, mas os participantes agressores possivelmente não relacionam os atos que cometeram com a palavra estupro. Portanto, a forma como são rotulados os atos sexuais violentos parece contribuir para a naturalização destes, o que, juntamente com a culpabilização da vítima, são contingências encorajadoras e/ou permissivas com comportamentos abusivos, ou seja, estão presentes em uma cultura do estupro.

Nesta seção, vimos que a psicologia tem usado métodos diversos para investigar a questão da violência sexual e que os resultados encontrados contribuem para a concepção de que vivemos em uma cultura do estupro. Como citamos anteriormente, na perspectiva cognitivista, crenças e atitudes são, em grande medida, a explicação do porquê um homem se comporta de maneira a agredir uma mulher sexualmente. Para a Análise do Comportamento, no entanto, o comportamento de agredir (bem como as crenças e atitudes) é determinado pelas contingências de reforçamento e punição as quais os indivíduos estão submetidos. Além disso, os estudos aqui citados focam na topografia, e não na função dos comportamentos investigados. Assim, entendemos que para estudos analítico-comportamentais a respeito da cultura do estupro, faz-se necessária a aplicação e/ou o desenvolvimento de métodos compatíveis com esta perspectiva, ou ainda uma proposta diferente de interpretação dos dados encontrados a partir de métodos utilizados por outros campos de conhecimento.

4.3 Pesquisas em análise do comportamento

A análise do comportamento carece, ainda, de uma discussão sobre os fatores culturais envolvidos com a violência sexual. De fato, em busca sobre

esse tema em revistas especializadas (*Acta Comportamentalia*, *Behavior and Social Issues*, *European Journal of Behavior Analysis* (EJOBA), *Perspectivas em Análise do Comportamento*, *Revista Brasileira de Análise do Comportamento* (REBAC), *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva* (RBTC), *The Behavior Analyst*, *The Behavior Analyst Today* e *Psychological Record*) não foi encontrado nenhum artigo que versa-se especificamente sobre o tema da violência sexual relacionada a aspectos culturais, de gênero ou a fatores de risco e proteção. Apesar disso, um estudo encontrado versava sobre o tratamento psicoterapêutico de mulheres vítimas de violência, com enfoque em estratégias de atendimento quando estas apresentam estresse pós-traumático (Garcia & Bolsoni-Silva). Nesta busca, realizada para os fins deste capítulo, foram utilizadas as palavras-chave "*rape*", "*estupro*", "*sexual violence*", "*violência sexual*", "*sexual abuse*", "*abuso sexual*", "*sexual aggression*", "*agressão sexual*", "*sexual harassment*", "*assédio sexual*", e "*sexual assault*". No entanto, alguns dos artigos encontrados abordam brevemente a questão, embora esta não seja o assunto principal (e.g. Roche & Barnes, 1998; Roche & Barnes-Holmes, 2002).

Além de ser escassa a discussão sobre cultura e violência sexual na análise do comportamento, até o presente momento, não há estudos publicados que discutam cultura do estupro. O conceito de cultura do estupro auxiliou a ampliação do campo de investigação sobre violência sexual ao (a) descrever um espectro de comportamentos abusivos dos mais sutis aos mais graves, incluindo violências negligenciadas pela investigação científica até o início da década de 70, como o estupro no casamento; e (b) investigar as variáveis culturais que afetam a prevalência dessas violências. Além disso, como apontado na revisão feita por Couto e Dittrich (2017), há poucos estudos em análise do comportamento que versem sobre qualquer questão feminista. No entanto, algumas pesquisas sobre estereótipos de gênero (e.g. Roche & Barnes, 1996; Drake et al., 2010; Cartwright, Roche, Gogarty, O'Reilly, & Stewart, 2016) podem contribuir para uma discussão feminista e analítico-comportamental sobre comportamentos e contingências presentes em uma cultura do estupro.

Um experimento desenvolvido por Roche e Barnes (1996) investigou o responder dos participantes sobre categorias sexuais no que diz respeito à dominância e submissão. Este estudo se embasa na Teoria das Molduras Relacionais (RFT, em inglês), a qual propõe que o comportamento verbal pode ser entendido como responder relacional arbitrariamente aplicável

(RRAA) (ver Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001). De maneira resumida, isso quer dizer que aprendemos relações arbitrárias entre coisas no mundo (o que inclui objetos, palavras e nós mesmos) e, mais do que isso, aprendemos um operante verbal de relacionar coisas de maneira arbitrária (ou seja, muitas relações não precisam ser diretamente ensinadas, pois temos a capacidade de derivar uma relação a partir de outras que aprendemos anteriormente) e diferentes tipos de relações (como de similaridade, oposição, comparação). No estudo de 1996, Roche e Barnes usaram categorias sexuais para demonstrar em laboratório como é possível aprender o significado de uma dica contextual (a qual determina o tipo de relação entre dois estímulos). Inicialmente, os participantes foram expostos a um pré-treino para aprender que determinados símbolos (dicas contextuais) tinham os significados de “igual”, “oposto” ou “diferente”, através de um treino de relações entre estímulos diante desses símbolos. Em seguida, em uma série de tentativas, uma das palavras-estímulo “vagina”, “pênis” e “amnésia” aparecia no centro de uma tela como estímulos-modelo, juntamente com um dos símbolos aprendidos no pré-treino, este na parte de cima da tela, e as palavras “submeter-se”, “dominar” e “esquecer”, que eram os estímulos de comparação. Em cada tentativa, os participantes eram solicitados a escolher uma das palavras de comparação, que dependia da dica contextual, e nunca recebiam feedback pela escolha. Foi verificado que, diante da dica contextual de igualdade, todos os participantes relacionavam a palavra “vagina” com a palavra “submeter-se” e a palavra “pênis” com a palavra “dominar”, bem como, diante da dica contextual de oposição, relacionavam a palavra “vagina” com “dominar” e a palavra “pênis” com “submeter-se”, em pelo menos nove de 10 tentativas. Isso quer dizer que os participantes de alguma forma aprenderam na sua história de vida que o órgão sexual das mulheres teria um papel de submissão, enquanto o dos homens teria um papel de dominação. Essa aprendizagem provavelmente foi verbal e indireta (no sentido de que o participante não teria ouvido especificamente que vagina é igual submeter-se).

Em uma publicação posterior (Barnes & Roche, 1997), esses autores retomaram os resultados encontrados em 1996 para levantar uma breve discussão sobre a influência que o aprendizado cultural de relações verbais entre estímulos pode ter sobre o comportamento de estuprar. Nesta perspectiva, o estupro adquire função reforçadora para homens devido ao ensino verbal de que mulheres seriam submissas e deveriam ser controladas, e de que os homens seriam o oposto disso (dentre outras relações

verbais que os membros da cultura produzem e reproduzem). Segundo esses autores, isso explicaria a dificuldade em eliminar o comportamento de estuprar usando técnicas tradicionais na terapia comportamental (e.g., extinção), já que há uma ampla aprendizagem verbal que vai além do pareamento direto entre sexo e violência. Embora essas sejam considerações importantes, esse artigo trata de sexualidade humana em geral, de forma a não focar na questão da violência sexual. Em dois artigos posteriores (Roche & Barnes, 1998; Roche & Barnes-Holmes, 2002), esses autores retomaram essas considerações, ainda mantendo o mesmo enfoque.

O estudo de Roche e Barnes (1996) não tinha o objetivo de verificar, muito menos de discutir, a existência de papéis sexuais estereotipados. Do contrário, relações estereotipadas foram usadas para verificar a existência de processos descritos pela RFT (ou seja, a partir da pressuposição de que há um papel sexual atribuído às mulheres oposto ao atribuído aos homens, os autores usaram as relações entre os sexos e respectivos papéis para verificar em condições de laboratório a existência do responder relacional a partir de relações de coordenação, oposição e diferença). Isso tem sido feito através de outros procedimentos utilizados pela análise do comportamento, dentre eles, o *Implicit Relational Assessment Procedure* (IRAP) (Barnes-Holmes et al., 2006). Este procedimento é similar ao IAT, porém foi desenvolvido por analistas do comportamento e investiga o RRAA. Segundo Barnes-Holmes, Barnes-Holmes, Luciano e McEnteggart (2017), respostas relacionais se encontram num *continuum* entre respostas relacionais breves e imediatas (RRBI) e respostas relacionais elaboradas e estendidas (RREE), a partir do grau de derivação, coerência e complexidade da relação. Nesse sentido, uma RRBI tende a acontecer de maneira muito rápida (são as chamadas atitudes implícitas pela literatura cognitivista), enquanto uma RREE tende a acontecer quando o sujeito tem um certo tempo para pensar e elaborar sua resposta. O IRAP tem sido usado como um procedimento para identificar, através de respostas relacionais, vieses no que tange a estímulos socialmente relevantes, como é o caso de estereótipos de gênero. Para tanto, os participantes são instruídos e solicitados a responder, em determinados blocos, que uma relação entre dois estímulos (por exemplo, “homem” e “ciências exatas”) é verdadeira e, em blocos alternados, que esta relação é falsa. Além disso, devem responder o mais rápido possível, tendo um tempo máximo para cada tentativa (em geral, dois segundos), o que garantiria que a resposta dada seja uma RRBI e não uma RREE. Assim como no IAT, a ideia é evitar respostas de acordo

com a desejabilidade social ou outros vieses possíveis em instrumentos de autorrelato. Os resultados são analisados através da comparação da latência de resposta dos participantes entre os dois tipos de blocos para cada par de estímulos. Nos blocos onde há relações consistentes com a história de vida do participante, a latência da resposta tende a ser menor do que nos blocos onde há relações inconsistentes. Uma vantagem do IRAP em relação ao IAT é permitir uma análise do resultado de cada par de estímulos em separado.

Um levantamento feito por Freitas (2017) encontrou sete estudos que utilizaram estímulos relacionados a gênero em IRAPs. Dentre esses, destacamos o estudo de Hussey et al. (2016), que versou sobre a objetificação e desumanização das mulheres, uma questão de grande importância na cultura do estupro. No entanto, esses autores estavam mais interessados em usar os resultados para discutir características do IRAP do que para discutir a forma como as mulheres são tratadas. Um resumo dos resultados deste e dos outros estudos pode ser encontrado no capítulo 05 deste livro, assim como uma discussão sobre o uso do *Function Acquisition Speed Test* (FAST) para investigações similares. O FAST (Cartwright, Roche, Gogarty, O'Reilly, & Stewart, 2016) é um procedimento parecido com o IRAP, porém mede-se o tempo que os participantes levam para aprender a responder em cada bloco. Dessa forma, os resultados são analisados através da comparação das curvas de aprendizagem dos diferentes blocos.

Dentre os estudos publicados em análise do comportamento, aquele que mais tenta se aproximar de uma concepção cultural sobre violência sexual é o de Hertzog, Wright e Beat (2008). Foi investigada uma série de variáveis presentes em empresas, visando identificar possíveis fatores que estariam envolvidos na emissão ou não de comportamentos de assédio sexual em contexto de trabalho. Dentre as variáveis, constavam a presença de workshops de treinamento, o tamanho da organização e a proporção de mulheres empregadas. Os dados foram extraídos a partir de entrevistas com funcionários de diversas empresas e foram analisados estatisticamente os dados de 303 delas, de forma a apontar correlações entre a presença de determinada variável organizacional, a presença ou não de assédio, e o registro de denúncia sobre assédio. Os resultados encontrados não foram conclusivos a respeito das correlações entre essas variáveis e a presença ou não de assédio. Os autores, apontaram, principalmente, que a presença de políticas formais antiassédio não foi suficiente para evitar esse tipo de violência. Sugerem, portanto, intervenções comportamentais.

Para tanto, seria necessário intervir sobre comportamentos, por exemplo, a partir de regras e mudanças nos sistemas de recompensa.

Um último estudo que merece destaque nesta seção é o de Guerin e Ortolan (2017). Embora este estudo não trate explicitamente sobre a violência sexual, aborda a violência entre parceiros e, conforme apresentamos mais cedo, dados demonstram que a violência sexual acontece nos relacionamentos com frequência. Ainda, é nesse contexto que as mulheres menos denunciam o ocorrido. Guerin e Ortolan (2017) realizaram análises sobre a violência doméstica que são úteis para a compreensão das estratégias de controle dos homens em relação às companheiras, além de apresentar um modelo de estudo analítico-comportamental que inclui contextos sociais mais amplos nas análises individualistas. Guerin e Ortolan utilizaram materiais já publicados sobre violência contra mulher para identificar algumas estratégias gerais de controle e posteriormente apresentaram possíveis contingências das quais essas estratégias são produto. Essa análise baseou-se no método desenvolvido por Guerin (2016). Foram encontrados diversos comportamentos que sugerem cinco padrões funcionais comuns na violência doméstica: ações físicas diretas e ameaças à mulher; manipular o contexto para controlar o comportamento da mulher; estratégias para manter segredos dentro dos relacionamentos; estratégias para monitorar ou descobrir sobre a mulher, suas atividades e contatos sociais; e construções verbais para ameaçar ou persuadir a mulher sobre a visão do homem para o mundo. Também foram analisados como homens estabelecem que seus comportamentos sejam conseqüenciados pela mulher, através de exigências, sutis ou não, sobre: obtenção de recursos (sexo, controle financeiro, serviços domésticos); atenção (pré-condição para outras estratégias); conformidade verbal (tornar a mulher complacente com grande número de demandas e comandos); concordância com os “fatos” (mulher, além de seguir, concorda com regras patriarcais); e evitar o controle de outros (mulher evita o controle de outras pessoas que não o companheiro). Como estratégias de controle sobre as parceiras, os homens podem usar violência física e psicológica, no entanto, posteriormente, basta um lembrete (pré-aversivo) da violência para exercer controle.

Esses padrões comportamentais podem começar com frequência e intensidade menores, porém, com o tempo se tornam mais violentos. Por fim, os autores incluíram em suas análises o papel dos contextos sociais e políticos. Argumentaram que a maioria das estratégias não funcionaria

sem a aceitação social de tais contextos e privilégios diferenciais, identificados como parte do patriarcado. Embora o estudo não trate especificamente sobre a violência sexual, nos instrumentaliza para identificar que ela pode ocorrer nesses contextos. Por exemplo, é aceito socialmente que homens exerçam direito sobre a sexualidade da mulher. Utilizando estratégias classificadas como conformidade com os “fatos” e manutenção de segredos dentro do relacionamento, é provável que sexo forçado não seja discriminado, pela mulher, como estupro, bem como, esta apresente resistência a tornar tal assunto público através da denúncia.

A partir dos artigos citados nesta seção, observa-se que quase todas as pesquisas feitas por analistas do comportamento sobre gênero, sexualidade e/ou violência apenas tangenciam questões sobre cultura do estupro, sem discuti-las ou mesmo usar essa expressão. Faz-se necessário uma análise feminista comportamental desses resultados, de forma a enriquecer o debate já existente em outras correntes da psicologia e, sobretudo, outros campos do conhecimento.

4.4 Por uma Análise do Comportamento comprometida com a perspectiva feminista sobre a violência sexual

A produção acadêmica advinda de outras áreas do conhecimento aponta a presença de topografias de comportamentos sexualmente abusivos por parte de homens em direção a mulheres e formula explicações para a sua existência: crenças, contexto macro, etc. Análises históricas, dados estatísticos, comparações entre diferentes sociedades, grupos e indivíduos, bem como estudos correlacionais, contribuíram para a identificação de prováveis variáveis sociais, culturais e características pessoais que favorecem a ocorrência de estupros. A análise do comportamento, no entanto, tradicionalmente investiga fenômenos através de diferentes delineamentos experimentais, mas principalmente, do delineamento de caso único (embora outros métodos também sejam empregados). Esta seria uma primeira proposta de investigação comportamental sobre a cultura do estupro. No entanto, quando se trata de determinar quais variáveis aumentam ou diminuem a probabilidade da emissão de comportamentos sexualmente abusivos, nota-se que pesquisas experimentais com manipulação de variável podem ser eticamente problemáticas. Por exemplo, uma forma de com-

provar que a pornografia influencia a ocorrência de estupros seria utilizar como sujeitos garotos que nunca tivessem tido contato com pornografia. Inicialmente, deveríamos estabelecer uma linha de base sobre a frequência de comportamentos abusivos e, posteriormente, expor esses garotos a filmes pornográficos por certo período de tempo, enquanto avaliamos se houve mudança na frequência dos comportamentos de interesse. Ainda que fosse um dado importante, tratar-se-ia de um resultado indesejado, uma vez que não queremos que um indivíduo adquira um novo comportamento deste tipo.

Outra forma de manipular variáveis envolveria a redução de práticas culturais e comportamentos relacionados à dominação masculina, apresentados pelos participantes previamente, que afetam a cultura do estupro. Por exemplo, a pesquisa desenvolvida por Moxon, Keenan e Hine (1993) tinha o objetivo de reduzir estereótipos de gênero através de um procedimento de emparelhamento com o modelo. Os resultados, no entanto, foram pouco animadores, provavelmente porque se tratam de relações que fazem parte de uma rede relacional, e nesta as relações entre os estímulos podem ter sido reforçadas por muitos anos nas vidas dos sujeitos, em diversos contextos.

Dentre os métodos não experimentais utilizados na área, destaca-se o uso dos fundamentos do Behaviorismo Radical e princípios da Análise do Comportamento para produção de interpretação e levantamento de hipóteses funcionais para analisar fenômenos culturais. Citado anteriormente, o estudo realizado por Guerin e Ortolan (2017) é um bom exemplo de utilização desse tipo de procedimento. Além disso, pode-se utilizar métodos tradicionalmente empregados por outras áreas do conhecimento e interpretá-los a partir da perspectiva analítico-comportamental.

Por fim, as analistas do comportamento podem usar dados já levantados por pesquisas feitas na área para promover a discussão feminista, através de análises culturais sobre a violência sexual. É importante, por exemplo, discutir como os estereótipos de gênero abordados nos estudos de Drake et al. (2010) e Cartwright et al. (2016) são formados e mantidos na sociedade, de que forma eles contribuem para a dominação masculina e para existência da violência sexual enquanto uma violência de gênero, e quais contribuições a análise do comportamento tem a trazer para modificar isso. Similarmente, deve-se discutir quais práticas culturais contribuem para a objetificação e desumanização da mulher, abordadas por Hussey et al. (2016), e quais intervenções podem ser feitas na cultura para que elas

deixem de existir. Mais do que isso, é importante estabelecer um diálogo com outras áreas do conhecimento e suas formas de investigação. Desta forma, será possível desenvolver interpretações comportamentais sobre o que sociólogas, antropólogas, criminalistas, psicólogas vêm discutindo a respeito de cultura do estupro, produzir novos conhecimentos sobre o tema e contribuir para as tentativas de mudança desta cultura. Um primeiro passo nesse sentido foi dado no estudo de Gonçalves (ver capítulo Y deste livro), que utilizou o método de Análise Crítica do Discurso para identificar elementos da cultura do estupro presentes em notícias de jornais e discutir sobre práticas culturais envolvidas nesta cultura, e no artigo de Freitas e Morais (no prelo), mas ainda há um longo caminho a ser percorrido. Neste último, foi realizada uma análise comportamental de práticas culturais e comportamentos presentes na cultura do estupro a partir de considerações feministas. Conceitos da Análise do Comportamento como modelagem, modelação e equivalência de estímulos para discutir a categorização por gênero, os modelos midiáticos de papéis sexuais, o conceito de mitos sobre estupro e como nos comportamos em função deles, as práticas de culpabilização da vítima e acolhimento das mesmas e o processo de justiça relacionado à violência sexual.

Concluimos que falar sobre cultura do estupro não significa naturalizar a violência sexual, pelo contrário, visa descrever as contingências que permitem a naturalização de comportamentos e práticas culturais envolvidas na ocorrência de abusos e agressões sexuais. Neste caso, a utilização do conceito cultura do estupro em pesquisas aponta para o fato das violências sexuais acontecerem em um contexto patriarcal, portanto, prescrições para a erradicação dessa violência incluem intervenções pontuais, mas principalmente o enfraquecimento da cultura patriarcal como um todo.

Referências Bibliográficas

- Baptista, M. N., & Campos, D. C. (2015). *Metodologias de Pesquisa em Ciências: análises Quantitativa e Qualitativa*. Rio de Janeiro: LTC.
- Barnes-Holmes, D.; Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you really know what you believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169-177.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Luciano, C. & McEnteggart, C. (2017). From the IRAP and REC model to a multi-dimensional multi-level framework for analyzing the dynamics of arbitrarily applicable relational responding. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 6(4), 434-445. doi: 10.1016/j.jcbs.2017.08.001
- Brownmiller, S. (1975/1993). *Against our will: Men, women and rape*. New York. Ballantine Books.
- Bridges, A. J., Wosnitzer, R., Scharrer, E., Sun, C., & Liberman, R. (2010). Aggression and sexual behavior in best-selling pornography videos: A content analysis update. *Violence Against Women* 16, 1065-1085. doi: 10.1177/1077801210382866
- Buchwald E., Fletcher, P. R., & Roth, M. (Eds). (1993/2003). *Transforming a Rape Culture*. Minneapolis: Milkweed Editions.
- Burt, M. R. (1980). Cultural myths and supports for rape. *Journal of personality and social psychology*, 38(2), 217. doi: 10.1037/0022-3514.38.2.217
- Cartwright, A., Roche, B., Gogarty, M., O'Reilly, A., & Stewart, I. (2016). Using Modified Function Acquisition Speed Test (FAST) for Assessing Implicit Gender Stereotypes. *Psychological Record*, 66, 223-233. doi: 10.1007/s40732-016-0164-5
- Couto, A. G., & Dittrich, A. (2017). Feminismo e análise do comportamento: caminhos para o diálogo. *Perspectivas em Análise do Comportamento*, 8(2), 147-158. doi: 10.18761/PAC.2016.047
- Cerqueira, D., Coelho, D., & Ferreira, H. (2017). Estupro no Brasil: vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. *Revista Brasileira de Segurança Pública*. 11, 24-49.
- Drake, C. E., Kellum, K. K., Wilson, K. G., Luoma, J. B., Weinstein, J. H., & Adams, C. H. (2010) Examining the Implicit Relational Assessment Procedure: Four Preliminary. *Psychological Record*, 60(1), 81-100. doi:

- 10.1007/BF03395695
- Edwards, S. R., Bradshaw, K. A., & Hinsz, V. B. (2014). Denying rape but endorsing forceful intercourse: Exploring differences among responders. *Violence and Gender*, 1(4), 188-193. doi: 10.1089/vio.2014.0022
- Énois Inteligência Jovem, Instituto Vladimir Herzog & Instituto Patrícia Galvão. (2015) #meninapodetudo. Como o machismo e a violência contra a mulher afetam a vida das jovens das classes C, D e E? Recuperado de <https://tinyurl.com/feminismoac30>
- Fórum Brasileiro de Segurança Pública [FBSP]. (2014). 8º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Recuperado de <https://tinyurl.com/feminismoac31>
- Freitas, J. C. C. & Morais, A. O. (no prelo). Cultura do estupro: algumas considerações sobre a violência sexual, feminismo e análise do comportamento.
- Freitas, J. C. C. (2017). O IRAP como instrumento para identificação de vieses de gênero: uma revisão de literatura. In: Arantes, A. (deb.). Ninguém nasce odiando uma pessoa: revisões de literatura sobre instrumentos de medida implícita (sessão coordenada). XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. Bauru, SP.
- Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada [IPEA]. (2014). Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados da Saúde.
- Garcia, V. A., & Turini Bolsoni-Silva, A. (2015). Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Terapia comportamental: um estudo de caso. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, 23(2).
- Gerger, H., Kley, H., Bohner, G., & Siebler, F. (2007). The Acceptance of Modern Myths. About Sexual Aggression Scale: Development and Validation in German and English. *Aggressive Behavior*, 33, 422-440. doi: 10.1002/ab.20195.
- Guerin, B. (2016). How to rethink human behavior: A practical guide to social contextual analysis. London: Routledge.
- Guerin, B., & de Oliveira Ortolan, M. (2017). Analyzing domestic violence behaviors in their contexts: violence as a continuation of social strategies by other means. *Behavior and Social Issues*, 26, 5-26. doi: 10.5210/bsi.v26i0.6804
- Grubb, A., & Harrower, J. (2008). Attribution of blame in cases of rape: An

- analysis of participant gender, type of rape and perceived similarity to the victim. *Aggression and Violent Behavior*, 13, 396-405. doi: 10.1016/j.avb.2008.06.006
- Hayes, S. C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (2001). *Relational frame theory: A post-Skinnerian account of human language and cognition*. Springer Science & Business Media.
- Hussey, I., Mhaoileoin, D., Barnes-Holmes, D., Ohtsuki, T., Kishita, N., Hughes, S., Murphy, C. (2016) The IRAP is nonrelative but not acontextual: Changes to the contrast category influence men's dehumanization of women. *Psychological Record*, 66(2), 291-300. doi: 10.1007/s40732-016-0171-6
- Kahn, A. S., Jackson, J., Kully, C., Badger, K. & Halvorsen, J. (2003) Calling it rape: Differences in experiences of women who do or do not label their sexual assault as rape. *Psychology of Women Quarterly*, 27, 233-242. doi: 10.1111/1471-6402.00103
- Kahn, A. S. & Mathie, V. A. (1994) Rape Scripts and Rape Acknowledgment. *Psychology of Women Quarterly*, 18, 53-66. doi: 10.1111/j.1471-6402.1994.tb00296.x
- Koss, Dinero, Seibel & Cox (1988) Are There Differences In the Victim's Experience? *Psychology of Women Quarterly*, 12, 1-24. doi: 10.1111/j.1471-6402.1988.tb00924.x
- Layman, M. J., Gidycz, C. A. & Lynn, S. J. (1996) Unacknowledged Versus Acknowledged Rape Victims: Situational Factors and Posttraumatic Stress. *Journal of Abnormal Psychology*, 105(1), 124-131. doi: 10.1037/0021-843X.105.1.124
- Morais, A. O. (2017). Cultura do estupro: uma análise comportamental da violência sexual em práticas culturais machistas. In: Castro, M. S. B. (deb.). *Violências contra a mulher: cultura do estupro, representação na mídia e relacionamentos abusivos (mesa-redonda)*. XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. Bauru, SP.
- New York Radical Feminists; Connell, N., & Wilson, C. (1974). *Rape: the first sourcebook for women*. New American Library.
- Nunes, L., Hermann, C. A., & Ratcliffe, K. (2013). Implicit and Explicit Attitudes Toward Rape are Associated With Sexual Aggression. *Journal of Interpersonal Violence*, 28(13), 2657-2675. doi: 10.1177/0886260513487995
- Payne, D. L., Lonsway, K. A., & Fitzgerald, L. F. (1999). Rape myth acceptance: Exploration of its structure and its measurement using the

- Illinois rape myth acceptance scale. *Journal of Research in Personality*, 33, 27-68. doi: 10.1006/jrpe.1998.2238
- Peterson, Z. D., & Muehlenhard, C. L. (2004). Was It Rape? The Function of Women's Rape Myth Acceptance and Definitions of Sex in Labeling Their Own Experiences. *Sex Roles*, 51. doi: 10.1023/B:SERS.0000037758.95376.00
- Roche, B., & Barnes, D. (1996). Arbitrarily applicable relational responding and sexual categorization: A critical test of the derived difference relation. *Psychological Record*, 46, 451- 475. doi: 10.1007/BF03395177
- Roche, B., & Barnes, D. (1998). The experimental analysis of human sexual arousal: Some recent developments. *The Behavior Analyst*, 21, 37-52. doi: 10.1007/BF03392779
- Roche, B., & Barnes-Holmes, D. (2002). Human sexual arousal: A modern behavioral approach. *The Behavior Analyst Today*, 3(2), 145. doi: 10.1037/h0099973
- Rost, M., & Vieira, M. S. (2015) Convenções de gênero e violência vexual: a cultura do estupro no ciberespaço. *Contemporanea - comunicação e cultura*, 13(2). 261-276. doi: 10.9771/1809-9386contemporanea.v13i2.13881
- Ryan, K. (1988). Rape and seduction scripts. *Psychology of Women Quarterly*, 12, 237-245. doi: 10.1111/j.1471-6402.1988.tb00939.x.
- Saffioti, H. I. B. (2004). Gênero, patriarcado e violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.
- Sanday, P. R. (1981). The socio-cultural context of rape: A cross-cultural study. *Journal of Social Issues*, 37(4), 5-27. doi: 10.1111/j.1540-4560.1981.tb01068.x
- Sasson, S., & Paul, L. A. (2014). Labeling acts of sexual violence: What roles do assault characteristics, attitudes, and life experiences play? *Behavior and Social Issues*, 23, 35-49. doi: 10.5210/bsi.v.23i0.5215
- Smith, M. D. (2004). *Encyclopedia of Rape*. Westport, Conn.: Greenwood Press.
- Stanley, N., Barter, C., Wood, M., Aghtaie, N., Larkins, C., Lanau, A., & Överlien, C., (2016). Pornography, sexual coercion and abuse and sexting in young people's intimate relationships: a European study. *J. Interpers. Violence*, 6. 1-26. doi: 10.1177/0886260516633204
- Tjaden P., & Thoennes N. (2006). Extent, nature, and consequences of rape

- victimization: findings from the National Violence Against Women Survey: special report. Washington, DC: National Institute of Justice. Recuperado de <http://www.nij.gov/pubs-sum/210346.htm>
- Williams, L. C. A. (2002). Abuso sexual infantil. Em: H. J. Guilhardi; M. B. B. P. Madi; P. P. Queiróz & M. C. Scoz (Orgs.) *Sobre Comportamento e Cognição: Contribuições para a construção da teoria do comportamento*, 10, 144-155. Santo André: ESETec Editores Associados.
- Williams, L. C. A, Hackbarth, C., Blefari, C. A., Padilha, M. G. S., & Peixoto, C. E. (2014). Investigação de suspeita de abuso sexual infantojuvenil: O Protocolo NICHED. *Temas em Psicologia*, 22(2), 1-18. doi: 10.9788/TP2014.2-12
- Whatley, M. A. (1996). Victim Characteristics Influencing Attributions of Responsibility to Rape Victims: A Meta-Analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 1, (2), 81-95. doi: 10.1016/1359-1789(95)00011-9

Capítulo 5

Implicações dos experimentos sobre atitudes implícitas para uma análise experimental feminista do comportamento

Madeleine Reinert Marcelino & Ana Arantes¹

O conceito de atitude é descrito de maneiras variadas entre diversas disciplinas e ao longo do tempo. Psicólogos sociais entendem como atitude o conjunto de respostas afetivas generalizadas diante de determinados estímulos e contextos (Lloyd, 1994). De maneira geral, as teorias psicológicas tradicionais entendem como atitude o relato verbal de uma predisposição emocional em direção a objetos ou eventos do mundo (Guerin, 1994). Para Bem (1965), as atitudes de uma pessoa sobre um determinado contexto de estímulos seriam, em certo grau, preditivas do comportamento desse indivíduo quando confrontado com esse contexto, porém estudos posteriores demonstraram que nem sempre as atitudes relatadas são consistentes com o comportamento, ou preditivas deste (Ajzen & Madden, 1986; Kashima, Gallois, & McCamish, 1993; Lloyd, 1994). Para

¹ As autoras agradecem a contribuição preciosa de Júlia Castro Freitas na indicação de bibliografia, esclarecimento de procedimentos e debate das ideias que resultaram neste capítulo.

Catania (2017), o que comumente se descreve como atitudes, intenções e atribuições são respostas operantes discriminadas e verbalmente governadas, ensinadas e mantidas por práticas da comunidade verbal a que o indivíduo pertence.

Atitude é um construto geralmente aplicado como explicação para o comportamento observado depois que o indivíduo já se comportou, mas não necessariamente faz parte do conjunto de variáveis múltiplas que controlam essa resposta observada (ver também Field & Himeline, 2008 e Himeline, 1990). Em uma interpretação analítico-comportamental, esta poderia ser uma clássica situação em que as atitudes explícitas, que podem ser analisadas como respostas operantes verbais de tato, mando ou intraverbais (Guerin, 1994), são controladas em parte pela audiência (Skinner, 1957). Uma parte significativa da população universitária, por exemplo, relataria atitudes positivas diante do gênero feminino (como afirmar que deve haver igualdade de direitos entre homens e mulheres, que mulheres são tão competentes academicamente quanto homens, etc.) e atitudes negativas diante de situações de violência contra a mulher (abusos psicológicos, físicos, emocionais e/ou sexuais de mulheres, perpetrados por homens, com a função de controlar o comportamento das mulheres). Essas pessoas, provavelmente, diante da afirmação “uma mulher vítima de estupro sempre tem parte da culpa quando está bêbada e usando roupas curtas, justas e provocantes”, emitiriam respostas verbais de repulsa e recusa, ou seja, teriam atitudes negativas diante desse contexto, como dizer que a afirmação apresentada é falsa ou machista. Os relatos verbais emitidos diante desse contexto são comportamentos verbais controlados por regras (configurando, assim, um operante intraverbal) ou, ao menos, tatos impuros² selecionados e mantidos por contingências verbais específicas do grupo social universitário (Skinner, 1957). Podemos formular, por exemplo, as hipóteses de que é esperado que se rejeite comportamentos considerados machistas na comunidade verbal acadêmica e que, diante dessa audiência, relatos verbais considerados machistas são punidos e re-

² A teoria do comportamento verbal de Skinner (1957) define o operante verbal de tato como a resposta verbal sob controle de estímulos ou propriedades de estímulos não verbais do ambiente, mantida por reforçamento social generalizado. O tato impuro seria a resposta de tato que, além do controle pelo estímulo não verbal, teria também componentes de controle próprios de outros operantes verbais, como controle intraverbal (quando o tato é emitido diante de uma pergunta – estímulo antecedente verbal), ou no caso da “mentira”, quando o tato é emitido sob condições de operação motivacional específica, controle próprio do operante verbal de mando.

latos considerados feministas são reforçados. Essas respostas verbais estão presentes no repertório do indivíduo ainda que outros comportamentos verbais ou não verbais denotem o contrário do que é relatado, pois, na prática, quando estão diante de situações em que agressões sexuais ocorreram, os universitários podem emitir comportamentos de culpabilização de uma vítima de estupro, como questionar com que roupas ela estava, se estava bêbada ou se ela havia ido ao local onde o estupro ocorreu de livre e espontânea vontade. Isso demonstra atitudes implícitas controladas por diferentes relações entre estímulos do ambiente, que são socialmente aprendidas.

Segundo a literatura psicológica não comportamental, medidas de atitudes explícitas requerem atenção consciente, estando assim sujeitas ao problema da desejabilidade social (Crowne & Marlowe, 1960), enquanto medidas de atitudes implícitas eliminam esses problemas, pois não dependem da reflexão consciente, sendo espontâneas e automáticas (Fazio & Olson, 2003). Quando pesquisadores apresentam questionários, checklists e entrevistas aos participantes de pesquisa, a medida resultante é a do relato verbal, os participantes dizem como se comportariam no futuro ou como já se comportaram no passado diante de determinados contextos de estimulação. Não necessariamente o controle sobre esse *dizer* (resposta operante verbal) vem do mesmo tipo de estimulação antecedente e consequente que controlaria as respostas não verbais, automáticas e imediatas diante do contexto no qual se quer medir o comportamento atitudinal do indivíduo (ver, p. ex., Israel & O'Leary, 1973; Israel, 1978 para uma discussão sobre a independência funcional dos repertórios verbais e não verbais). Essa discrepância resultaria, assim, em dados falsos sobre a atitude das pessoas em relação a determinados temas, já que a atitude medida pelos instrumentos explícitos não seria o mesmo comportamento que se quer prever em ambiente natural, mas o relato verbal de uma regra socialmente aprendida e mantida por uma audiência específica. Entretanto, as medidas explícitas têm dominado a literatura empírica, sendo bastante populares entre os psicólogos sociais (Gawronski & Bodenhausen, 2006; Maio & Haddock, 2010).

Já a literatura de Análise do Comportamento, por sua rejeição a explicações mentalistas e internalistas para a ocorrência do comportamento, compreende o conceito de atitude a partir das variáveis ambientais responsáveis pelo aprendizado e manutenção dos repertórios comportamentais considerados atitudinais. Um dos argumentos a favor de adotarmos uma

abordagem analítico-comportamental do conceito de atitude é porque o construto apresentado na literatura psicológica não comportamental acaba sendo circular (a pessoa se comporta de tal forma diante do objeto porque tem uma atitude sobre ele e nós só sabemos que a pessoa tem uma atitude sobre o objeto porque a pessoa se comporta de tal forma diante dele). Note que essa explicação não nos dá muitas informações sobre os eventos ambientais dos quais esse comportamento é função e muito menos nos aponta soluções para modificar esses comportamentos. Uma vez que a Análise do Comportamento é uma ciência que pode ser usada na superação de injustiças sociais derivadas de preconceitos, é importante que ela ofereça conhecimentos para explicar esses fenômenos e também que aponte caminhos para mudança (Holland, 1973).

Outras variáveis podem influenciar as medidas explícitas, de modo que elas não sejam sempre eficientes para prever o comportamento das pessoas. Nosek, Hawkins e Frazier (2011) apontam que as medidas explícitas não são eficientes para prever comportamentos em algumas situações, pois: a) pessoas podem ter uma reação implícita sobre determinado assunto, mas não a reportarem, pois não têm motivação para revelar (porque discordam delas ou não querem expressá-las por medo de serem punidas); b) podem ter motivação para revelar, mas não a oportunidade para tanto devido às características do instrumento; c) pode não ter habilidade para reportar, mesmo que tenham motivação e oportunidade; e, por fim, d) podem simplesmente não conseguir relatar verbalmente (ou seja, não têm o repertório de fatos correspondentes, pela definição analítico-comportamental) a relação do conteúdo implícito com seu repertório de comportamentos.

Sendo assim, ao longo das últimas duas décadas foram desenvolvidos mais de 20 tipos diferentes de testes de medidas implícitas que são usados por diversos pesquisadores para observar e medir atitudes (ver Nosek e cols., 2011, para uma revisão dos instrumentos de medidas implícitas). Um estudo de Watt, Keenan, Barnes, & Cairns (1991) inaugurou a área desenvolvendo um procedimento no qual os participantes de pesquisa de grupos sociais distintos em religião e nacionalidade (protestantes da Irlanda do Norte, protestantes ingleses e católicos da Irlanda do Norte) foram expostos a tarefas de *matching-to-sample* (MTS, do inglês para pareamento com o modelo) em que aprendiam diferentes relações condicionais entre estímulos: as relações A-B, entre sobrenomes católicos (A) e sílabas sem sentido (B); e B-C, entre sílabas sem sentido (B) e símbolos protestantes

(C). Durante a fase de testes de relações de equivalência, os participantes de origem inglesa responderam de acordo com a relação AC, combinando os nomes católicos com os símbolos protestantes. Porém, 12 dos 19 participantes da Irlanda do Norte escolheram um nome protestante na presença do símbolo protestante, sugerindo que classes de estímulos aprendidas anteriormente ao experimento, devido à experiência com contingências sociais daquele país, interferiam no estabelecimento de novas relações entre os estímulos apresentados, que eram incompatíveis com aquelas já instaladas no repertório comportamental dos participantes.

O teste de medidas implícitas mais utilizado, segundo a revisão de Nosek e cols. (2011), é o *Implicit Association Test* (IAT, sigla em inglês para Teste de Associação Implícita), que é um instrumento cujo objetivo é detectar o poder de associações automáticas entre as representações mentais de conceitos e objetos na memória. Ou seja, este teste exterioriza, de maneira quantitativa, os preconceitos enraizados e geralmente disfarçados durante um autorrelato, conhecidos como atitudes implícitas, utilizando como medida a latência das respostas a relações entre estímulos apresentadas em dois blocos de tarefas contrastantes. Assim, quanto maior o tempo despendido pelo participante para responder positivamente às relações apresentadas em tentativas de MTS nas tarefas consideradas pela nossa comunidade verbal como inconsistentes (por exemplo, a relação entre as palavras “mulher” e “dominante”), e quanto menor o tempo despendido para realizar as tarefas consistentes (por exemplo, o tempo para responder positivamente à relação entre as palavras “mulher” e “submissa”), maiores são as medidas da atitude implícita negativa em relação a mulheres no que diz respeito ao contexto de dominância (Greenwald, McGhee, & Schwartz, 1998). A interpretação não comportamental que se faz deste fenômeno é de que processos mediacionais ou cognitivos conscientes devem estar em funcionamento quando uma pessoa é solicitada a responder de maneira imediata a uma relação inconsistente com aquelas a que ela está normalmente em contato no ambiente social, que devem evocar respostas automáticas, imediatas e, portanto, inconscientes. Durante o procedimento do IAT, feito no computador, cada palavra apresentada como estímulo, na parte de baixo da tela, deve ser associada a uma dentre duas categorias, apresentadas nos cantos superiores da tela. As respostas que denotam a consistência ou inconsistência das relações entre os estímulos (por exemplo, a palavra “submissa”, na presença das categorias “mulher” e “homem”, deve ser associada à categoria “mulher”, denotando o viés

de gênero) são emitidas pelo participante de acordo com as posições das palavras na tela do computador. As tentativas consideradas incorretas em cada bloco são seguidas de *feedback* corretivo e as respostas consideradas corretas em cada bloco não são seguidas de consequências programadas. A figura 5.1 mostra um conjunto de tentativas hipotéticas de um IAT para medida de viés de gênero.

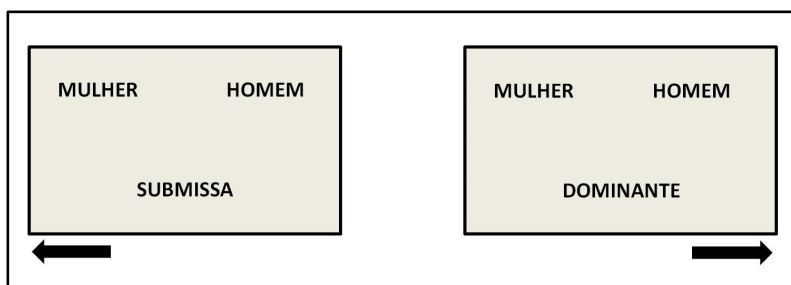


Figura 5.1: Modelo esquemático da apresentação dos estímulos em duas tentativas hipotéticas do IAT. À esquerda, a resposta considerada correta nas tentativas consistentes é apresentada pela seta preta, ou seja, na direção da categoria “mulher”. À direita, a resposta considerada correta nas tentativas consistentes está na direção da categoria “homem”.

Uma alternativa ao IAT é o IRAP (da sigla em inglês para *Implicit Relational Assessment Procedure* ou Procedimento de Avaliação Relacional Implícita), de Barnes-Holmes et al. (2006), que é um procedimento que utiliza as tarefas experimentais semelhantes às do IAT, porém com uma operacionalização mais aproximada da Análise do Comportamento. O IRAP é baseado em várias teorias comportamentais, como a teoria do comportamento verbal (Skinner, 1957), o paradigma de equivalência de estímulos (Sidman, 1971; 1997), e a Teoria das Molduras Relacionais (Hayes, Barnes-Holmes, & Roche, 2001). Essas teorias comportamentais sobre o desenvolvimento do comportamento simbólico apresentam a aprendizagem, em contingências sociais, das respostas a relações entre estímulos como determinante de repertórios de responder imediato, implicados nas atitudes implícitas, durante a formação de categorias de estímulos. Assim, uma maior latência das respostas emitidas diante de uma relação entre dois estímulos (por exemplo, mulher-dominante, em comparação com homem-dominante), é interpretada como a dificuldade de modificar a função de estímulos equivalentes, como já demonstrado pela literatura

(Barnes, Browne, Smeets, & Roche, 1995; Barnes & Keenan, 1993), especialmente quando a nova função que se quer instalar é inconsistente ou incompatível com a função inicial do estímulo no controle das respostas do indivíduo a estímulos equivalentes³. A função inicial do estímulo no controle do comportamento individual é aprendida em contingências sociais, dentro da cultura do indivíduo e ao longo de sua vida, sem necessariamente transferir-se para o controle do relato verbal desse indivíduo sobre seu próprio comportamento. Dentro do modelo de significado proposto pelo paradigma de equivalência de estímulos (p. ex., Sidman, 1971 e Sidman & Cresson, 1973), as palavras e conceitos podem adquirir a mesma função no controle do comportamento a depender de relações estabelecidas dentro de uma rede, que torna os estímulos equivalentes, mesmo que não necessariamente relacionados diretamente por meio de experiência direta de condicionalidade. Por exemplo, uma pessoa pode – ao longo da sua história de aprendizagem social – nunca ter sido ensinada diretamente que “mulheres são submissas”, mas, por meio de regras não explicitadas e de aprendizagens em contingências específicas, pode ter aprendido que “mulheres são fracas” e também ter aprendido a relação entre os estímulos “pessoas fracas” e “submissão”, e então responder da mesma maneira à relação “mulheres-submissão”, por transitividade das relações aprendidas anteriormente, que possuem o mesmo significado em determinados contextos do ambiente cultural. O IRAP seria, então, sensível a esse fenômeno, dado que os participantes são instruídos a responder coerentemente a determinadas relações condicionais apresentadas entre estímulos estereotipicamente relacionados dentro da cultura. Quando as

³ O paradigma de equivalência de estímulos proposto por Sidman (1971) é um modelo experimental da aquisição de comportamento simbólico que tem sido amplamente confirmado por dados experimentais de pesquisas tanto com humanos como com animais não-humanos (p. ex., Sidman, 1994). Sidman (1971) e Sidman e Cresson (1973), ensinaram, a jovens com atraso cognitivo severo, relações entre palavras faladas e desenhos, bem como relações entre palavras faladas e palavras impressas. Posteriormente, verificaram a emergência de relações de equivalência (o responder diante de novas relações nunca apresentadas no procedimento, de forma coerente com as relações aprendidas) entre figuras e palavras impressas, indicando que estas haviam adquirido o status de símbolos para estes participantes. Os estudos na área compreendem, tipicamente, uma fase de ensino de uma linha de base de relações condicionais entre estímulos usando-se o procedimento de MTS, seguida por uma fase de teste de relações emergentes. Os participantes que aprendem as relações ensinadas na linha de base mostram respostas coerentes diante de relações não treinadas, atestando que a função dos estímulos se tornou equivalente no controle do comportamento dos participantes.

relações já foram aprendidas anteriormente, e as classes de estímulos equivalentes já estão presentes no controle do repertório de respostas do indivíduo, espera-se que ele responda de maneira mais rápida durante o procedimento.

No procedimento do IRAP, a tarefa experimental é apresentada ao participante na tela do computador, e em cada tentativa são apresentados dois estímulos e duas opções de resposta (que podem ser “correto” e “incorreto”, “sim” e “não”, “combina” ou “não combina”, etc.). O participante deve responder o mais rápido possível a uma dessas opções, diante da relação entre os dois estímulos na tela. São apresentados blocos de tentativas de treino das relações condicionais entre os estímulos e, em seguida, blocos consecutivos de tentativas de teste das relações treinadas, em que a resposta é considerada correta quando é consistente com aquela hipotetizada pelos experimentadores como produto da aprendizagem social (isto é, as respostas a relações estereotipadas do tipo “mulher-submissa” e “homem-dominante”; ou “menina-boneca” e “menino-carrinho”), ou blocos em que as respostas são consideradas corretas quando são inconsistentes com os estereótipos sociais (por exemplo, diante das relações “mulher-dominante” e “homem-submisso”; ou “menina-carrinho” e “menino-boneca”). Além disso, respostas somente são consideradas corretas se forem emitidas dentro de um período de 2s da apresentação da tentativa, caso contrário, serão conseqüenciadas e registradas como incorretas. Espera-se, então, que os participantes levem mais tempo para responder corretamente às tentativas de teste dos blocos inconsistentes do que às tentativas dos blocos consistentes. A Figura 5.2 mostra um exemplo hipotético da configuração das tentativas apresentadas durante um procedimento de IRAP. As respostas consideradas corretas, nos blocos de tentativas de treino, são seguidas da próxima tentativa (ou seja, não há conseqüências específicas para acerto) e as respostas consideradas incorretas, inclusive nas tentativas em que não houve resposta dentro do tempo limite de 3s, são seguidas de conseqüência negativa (por exemplo, a palavra “incorreto” ou um X vermelho na tela do computador) e da reapresentação da mesma tentativa até que o participante emita a resposta designada como correta naquela tentativa.

Diversas demonstrações experimentais mostram que o IRAP pode ser usado de maneira eficiente para detectar atitudes implícitas em relação a gênero, e que os resultados do IRAP replicam o fenômeno já demonstrado com o IAT, na comparação com instrumentos de medida de atitudes expli-

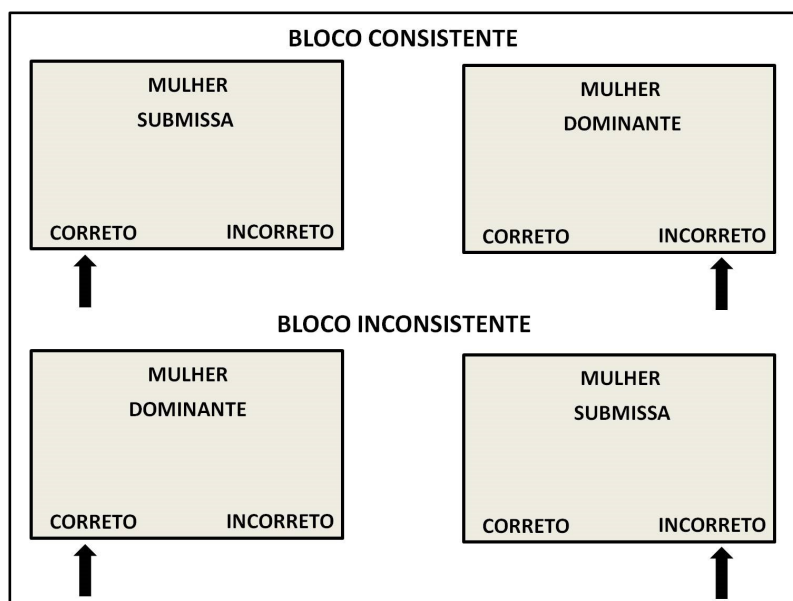


Figura 5.2: Modelo esquemático da apresentação dos estímulos nos quatro tipos de tentativas hipotéticas do IRAP. Nos blocos consistentes (acima) e nos blocos inconsistentes (abaixo) a resposta considerada correta deve ser clicar sobre a palavra que está indicada pela seta preta.

citadas, de que o relato verbal de atitudes diante de determinados contextos não é preditivo do comportamento atitudinal implícito diante do mesmo contexto. Um levantamento feito por Freitas (2017) encontrou sete estudos que usaram o IRAP para estudar estereótipos e vieses de gênero, e os resultados mostram que esse teste é sensível para detectar essas atitudes em diversos contextos. Drake e cols. (2010) realizaram quatro estudos para avaliar a sensibilidade e a aplicabilidade do IRAP, buscando acrescentar avaliações de viés de raça, religião, gênero e obesidade à literatura experimental referente ao instrumento. No estudo que avaliou atitudes quanto a gênero, foram realizadas duas aplicações consecutivas do IRAP, uma em que os estímulos utilizados foram as palavras “homem” e “mulher” e profissões estereotipicamente masculinas e femininas, e outra em que os estímulos eram as palavras “homem” e “mulher” e afazeres domésticos considerados masculinos e femininos. Os resultados mostraram

diferença entre as médias dos escores do IRAP para as ocupações estereotipicamente femininas, no grupo de mulheres (mulheres responderam mais rápido a relações estereotipicamente consistentes entre a palavra “mulher” e as ocupações femininas do que a relações inconsistentes entre esses estímulos); o mesmo aconteceu no grupo de participantes homens para as relações consistentes entre a palavra “homem” e as ocupações masculinas. A diferença nas outras relações não foi significativa. Esse resultado confirma a literatura sobre profissões estereotipicamente femininas, e reforça a hipótese de que o IRAP é sensível a esse tipo específico de atitude implícita no contexto de gênero.

Algumas vezes o responder atitudinal diante de contextos mistos de estímulos culturais pode mostrar viés mais forte para um tipo de estimulação do que para outro, o que nos leva a inferir que determinadas classes de estímulos equivalentes podem interagir ou até mesmo se sobrepor a outras, no controle do comportamento. Nolan, Murphy e Barnes-Holmes (2013) aplicaram o IRAP em 21 estudantes universitários para verificar atitudes em relação à obesidade, analisando se o peso corporal de uma pessoa influenciava na percepção que os participantes tinham quanto à sua inteligência. Os estímulos utilizados foram fotos de homens e mulheres antes e depois de perderem peso e adjetivos que denotam inteligência ou falta dela, por exemplo, estúpido, idiota, bobo, etc. Os resultados encontrados corroboram a hipótese de que as relações entre os estímulos “pessoa magra” e inteligência são muito mais automáticas (e, portanto, implícitas) do que as relações entre “pessoas gordas” e inteligência. Quando foram feitas análises específicas por gênero do participante, encontrou-se que os homens mostraram atitude mais favorável para a relação inteligência-magreza quando os estímulos eram fotos de homens do que quando eram fotos de mulheres, enquanto as participantes mulheres não mostraram diferenças na latência da resposta diante dos dois tipos de estímulos. Isso pode ser interpretado como uma interferência das atitudes dos participantes homens em relação ao gênero feminino no responder diante das relações entre os estímulos “mulher” e palavras denotativas de inteligência.

Estudos têm demonstrado que essas aprendizagens relacionais são adquiridas desde cedo no desenvolvimento dos indivíduos, provavelmente por estarem constantemente, desde antes do nascimento, em contato com as relações sociais e as práticas culturais vigentes em sua comunidade verbal. Além disso, determinados repertórios de responder relacional a configurações de estimulação do ambiente podem levar a maior ou menor

grau de atitudes diante de contextos específicos. Scanlon, McEnteggart, Barnes-Holmes e Barnes-Holmes (2014) buscaram avaliar viés implícito de gênero e autoestima em crianças com desenvolvimento típico, crianças com TDAH (Transtorno do Déficit de Atenção com Hiperatividade) e crianças com dislexia. O primeiro estudo teve como participantes crianças de 8 a 11 anos, tanto com TDAH quanto com desenvolvimento típico. Os estímulos utilizados eram o nome da própria criança e um nome do outro gênero, além de três adjetivos positivos e três negativos. Os resultados mostraram que ambos os grupos apresentavam graus diferentes de atitude implícita positiva em relação a si mesmo. As crianças com desenvolvimento típico não mostraram nenhum viés em relação ao nome de outro gênero, mas as crianças com TDAH mostraram atitudes negativas quanto ao nome do gênero oposto ao delas, além das atitudes positivas quanto a si mesmas. Já o segundo estudo teve como participantes 20 crianças de nove a 14 anos, com desenvolvimento típico e com dislexia. O procedimento foi o mesmo que no primeiro estudo. Como resultado, ambos os grupos mostraram viés a favor de si mesmo tanto nos testes do tipo “eu-positivo” e “eu-negativo”, e ambos os grupos não foram nem positivos nem negativos no julgamento da relação “outro-positivo”. Contudo, as crianças de desenvolvimento típico mostraram viés contrário ao outro nas tentativas do tipo “outro-negativo”, enquanto as que tinham dislexia mostraram viés a favor. Outro estudo com crianças foi o de Rabelo, Bortoloti e Souza (2014), que envolveu 10 crianças de sete a 10 anos. Os estímulos utilizados foram nomes femininos e masculinos e brinquedos tipicamente designados a cada um dos gêneros (bonecas e carrinhos). As crianças de ambos os sexos responderam significativamente mais rápido nas tentativas que relacionavam que bonecas eram para meninas e que bonecas não eram para meninos. As relações com os carrinhos não foram significativas.

A história de aprendizagem de práticas culturais vigentes no grupo em que o indivíduo se insere pode ser responsável pelo viés implícito apresentado pelas pessoas ao longo da vida, de maneira inconsciente e muitas vezes difícil de detectar em situações cotidianas⁴. Farrell, Cochrane e McHugh (2015) utilizaram o IRAP com 32 adultos (sendo 16 homens e 16 mulheres), usando como estímulos as palavras homem e mulher e nomes de carreiras profissionais. Os resultados mostraram que, de maneira ge-

⁴ Para análises mais aprofundadas das implicações dos repertórios atitudinais implícitos, veja os capítulos 02 e 04 deste livro, que fazem discussões acerca das consequências da desigualdade de gêneros.

ral, os participantes associaram mais as carreiras de ciência, tecnologia, engenharia e matemática com homens e as carreiras artísticas com mulheres. Esse efeito foi mais proeminente nas participantes mulheres; os homens tenderam a responder de maneira mais neutra. Já Hussey e cols. (2016) investigaram o fenômeno da desumanização⁵ das mulheres, também usando o IRAP. Participaram da pesquisa 43 homens heterossexuais, com média de idade de 20 anos, que responderam o IRAP, buscando investigar até que ponto os vieses de resposta em relação às mulheres eram influenciados por duas categorias diferentes de contraste: “homens” e “objetos inanimados”. Os resultados indicaram que a maior desumanização das mulheres foi observada no contexto deste último em relação à primeira categoria, ou seja, os participantes tenderam a responder mais rápido às relações que implicavam que mulheres eram diferentes de humanos do que às relações entre estímulos que denotavam que mulheres são iguais a humanos, nas tentativas em que a comparação era com objetos inanimados. Os autores do texto destacaram que o IRAP pode ser descrito como uma medida não relativa, mas não sem contexto, de respostas relacionais breves e imediatas⁶.

Os repertórios individuais de responder atitudinal em relação ao gênero feminino, aprendidos dentro da cultura, têm implicação direta em práticas que mantêm e replicam desigualdade entre os gêneros, como aquelas que levam ao fenômeno do *gender gap*, ou a diferença de acesso à riqueza advinda da menor remuneração recebida pelas mulheres (ONU, 2015, *Minimum Set of Gender Indicators*). É comum que, dentro dessas práticas, possamos observar a existência de um binarismo marcado pelo responder atitudinal positivo diante de estímulos e características estereotipicamente consideradas masculinas em detrimento da atitude positiva em relação a estímulos e características estereotipicamente consideradas femininas, e que essa é uma propriedade intrínseca das relações entre os

⁵ O fenômeno da desumanização acontece quando emitimos comportamentos que denotam que pessoas do gênero feminino têm o mesmo valor ou função que objetos. Esse tipo de repertório está implicado, por exemplo, no uso da imagem de mulheres consideradas sexualmente atrativas para vender produtos, como é feito em propagandas de cerveja.

⁶ Respostas Relacionais Breves e Imediatas (BIRR) se contrapõem a Respostas Relacionais Elaboradas e Estendidas (EERR). As primeiras estariam relacionadas a tarefas de atitude implícita, nas quais a resposta do participante tem que ser emitida em um curto espaço de tempo. As últimas estariam relacionadas a tarefas de atitude explícitas, nas quais o participante tem tempo de elaborar uma resposta.

estímulos do contexto de gênero. Ou seja, as características consideradas masculinas têm valores positivo e as características femininas têm valores negativos, em contraposição umas às outras, formando pares opostos, como na afirmação “mulheres são submissas e homens são dominantes”. Cartwright, Hussey, Roche, Dunne e Muphy (2017) usaram o IRAP com 47 estudantes universitários, e compararam os resultados de atitude implícita diante dos gêneros com uma medida de autorrelato sobre estereótipos de gênero e também com uma tarefa de simulação de contratação para emprego. Para o IRAP, os estímulos utilizados foram as palavras “homem” e “mulher” e características estereotipicamente femininas e masculinas, tanto positivas quanto negativas, escolhidas entre aquelas consideradas pelos participantes como altamente desejáveis e altamente indesejáveis, entre um conjunto de características humanas. Os efeitos encontrados no IRAP estavam na direção esperada (os participantes responderam de acordo com as relações de estereótipos aprendidas socialmente). No entanto, os resultados mostraram que as características masculinas foram consideradas como mais desejáveis pela maioria dos participantes (83%), mostrando que 1) traços de gênero parecem ser enquadrados de forma oposta na linguagem; e 2) este binarismo pode sustentar hierarquias de gênero existentes em certos contextos. Drake, Primeaux e Thomas (2018) também usaram o IRAP e investigaram estereótipos de gênero com 50 participantes adultos. O resultado corroborou aqueles já encontrados na literatura: homens e mulheres relacionaram mais rapidamente os gêneros com certas características estereotípicas contrastantes (sensível e emocional para mulheres, dominante e lógico para homens). Nesse estudo, os resultados mostrados pelo IRAP foram replicados para os participantes também com o IAT.

O IRAP tem sido usado amplamente em experimentos sobre atitudes implícitas para demonstrar empiricamente a função de relações de estímulos aprendidas em contexto social no controle do comportamento atitudinal, tanto com participantes adultos como com crianças. Embora os resultados sejam expressivos e repliquem as literaturas tanto da área de atitudes implícitas quanto de sociologia e antropologia no que diz respeito a estereótipos de gênero, discriminação e viés de gênero, o IRAP é um procedimento longo e que depende de treino extensivo dos participantes, necessitando muitas vezes de mais de uma sessão experimental para sua realização, o que pode resultar em perdas de participantes ao longo dos estudos e em uma necessidade de tempo disponível maior para o engaja-

mento do participante na pesquisa. Já o *Funcional Acquisition Speed Test* (FAST, da sigla em inglês para Teste de Rapidez de Aquisição de Função) também é um teste de medida implícita (O'Reilly, Roche, Ruiz, Tyndall, & Gavin, 2012), que é defendido por seus autores como mais consistente com os princípios analítico-comportamentais no estudo de atitudes implícitas, quando comparado ao IAT e o IRAP. Segundo os autores, quatro argumentos podem ser colocados para defender o uso do FAST: 1) tradicionalmente, na Análise Experimental do Comportamento, não usamos o tempo de reação (latência da resposta) como medida de força ou estabilidade de comportamentos, e sim como demonstração de acurácia e fluência do responder; 2) o IRAP apenas provê consequências quando o participante responde em desacordo com o estabelecido pelo teste como resposta correta, o que seria um esquema de punição, que não é o que a Análise do Comportamento considera como o procedimento eficaz para gerar fluência; 3) o IRAP utiliza técnicas estatísticas de manipulação dos dados brutos para gerar o resultado final de escores de latência padronizados, enquanto o FAST usa medidas diretas da taxa de aprendizagem, dada pela frequência de respostas consideradas corretas ao longo das tentativas apresentadas (que podem ser analisadas tanto individualmente quanto em medidas de grupo); e 4) para aumentar a significância estatística, o IRAP usa estratégias de valor-limite dos dados e eliminação de participantes cujos dados estão fora da distribuição esperada para o instrumento, que são métodos típicos da área de psicometria, tradicionalmente rejeitados e criticados por pesquisadores de Análise do Comportamento (p. ex., Skinner, 1953 e Sidman, 1960). Além disso, o FAST tem se mostrado um procedimento mais simples, mais rápido (a aplicação leva em torno de 15 minutos) e mais fácil de ser analisado, pois não demanda tratamento dos dados anterior às análises estatísticas de significância e correlação, precisando-se apenas calcular a inclinação das curvas de aprendizagem nos blocos consistente e inconsistente.

No FAST, ao invés de treinar os participantes para responder com acurácia e rapidez a uma tarefa de categorização e depois comparar a latência das respostas nos blocos de teste consistente e inconsistente, usa-se como medida a diferença na *velocidade de aquisição* de uma função em comum para cada categoria. Durante o procedimento do FAST, estímulos com a mesma função no controle do comportamento devem ser seguidos da mesma resposta, e estímulos com outra função devem ser seguidos de outra resposta, configurando duas classes funcionais de estímulos distin-

tas. Os participantes são expostos a um bloco de tentativas de treino da tarefa, usando-se conjuntos de estímulos familiares (por exemplo, as palavras “gato” e “cachorro” devem controlar a respostas de pressionar a tecla M do teclado do computador e as palavras “camisa” e “calça” devem controlar a resposta de pressionar a tecla Z). Depois do bloco de treino da tarefa, o participante é exposto a dois blocos de tentativas do FAST propriamente dito: um bloco de tentativas consistentes com estímulos relacionados na aprendizagem cultural (o participante deve apertar a tecla Z para “mulher” e para palavras como “sensível” e a tecla M para “homem” e palavras como “dominante”, por exemplo), e blocos inconsistentes com essas aprendizagens estereotípicas (apertar a tecla Z para “mulher” e “dominante” e a tecla M para “homem” e “sensível”). Nas tentativas do FAST, apenas um estímulo é apresentado na tela do computador e o participante tem um tempo limite de 3s para emitir a resposta, caso contrário ela será conseqüenciada e registrada como incorreta. O procedimento do FAST pode ser considerado como um procedimento de ensino de discriminações simples, enquanto os procedimentos do IAT e do IRAP são procedimentos que requerem aprendizagem de relações de discriminação condicional entre os estímulos. No FAST tanto respostas consideradas corretas como respostas consideradas incorretas em cada tipo de bloco são seguidas de conseqüências (por exemplo, das palavras “correto” e “incorreto”, respectivamente) ao longo de todo procedimento, e não há blocos de teste (blocos sem conseqüências para medir a quantidade de respostas corretas depois do treino, como no IRAP), já que a medida da variável dependente é a aquisição das respostas funcionalmente distintas em cada bloco. Os dados são registrados e uma curva de respostas acumuladas (Skinner, 1961) é construída, sendo a inclinação da curva a medida da velocidade de aprendizagem. A Figura 5.3 apresenta um conjunto de tentativas hipotéticas do FAST para um estudo sobre atitudes machistas.

Para verificar a validade do FAST na detecção de relações estereotípicas entre estímulos aprendidas em contexto social, O'Reilly e cols. (2012) fizeram um estudo, com 23 participantes, em que relações condicionais entre estímulos abstratos foram ensinadas em ambiente experimental e depois testaram se o FAST seria eficiente em demonstrar a força das relações entre os estímulos relacionados. Em uma das fases experimentais, os participantes eram submetidos a um procedimento de MTS em que aprendiam a relacionar dois pares de estímulos: A1-B1 e A2-B2. As outras três fases eram pares de blocos de tentativas consistentes e inconsisten-

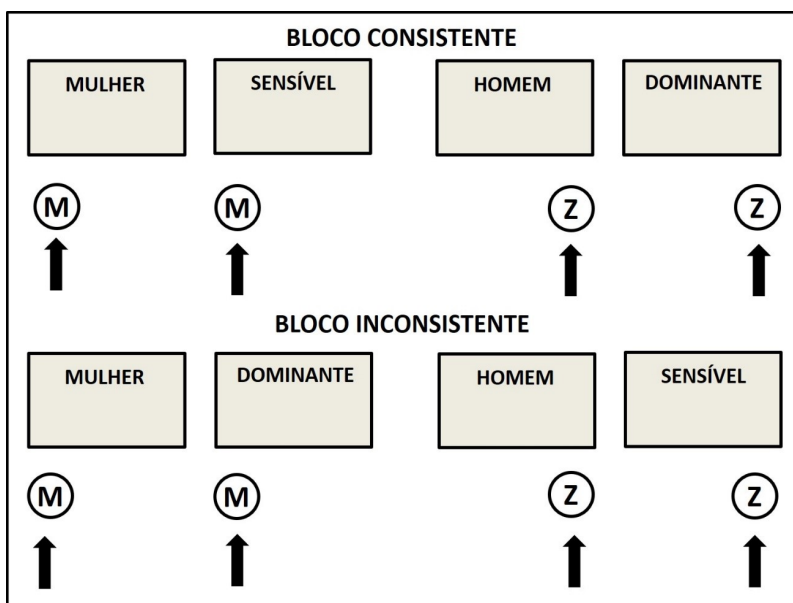


Figura 5.3: Modelo esquemático dos quatro tipos de tentativas hipotéticas do FAST para cada um dos blocos (consistente e inconsistente). Nos blocos de tentativas consistentes (acima) e nos blocos de tentativas inconsistentes (abaixo), a resposta considerada correta é pressionar a mesma tecla do computador, indicada pela seta preta, para cada uma das categorias consideradas corretas naquele bloco.

tes com as relações aprendidas usando o procedimento FAST, tanto com os estímulos treinados na fase de MTS quanto com novos estímulos para estabelecer uma linha de base de comparação. Os resultados mostraram que dos 18 participantes que terminaram o estudo, 13 fizeram 10 acertos consecutivos mais rapidamente no bloco consistente que no bloco inconsistente usando as relações treinadas anteriormente, mostrando que o FAST pode ser usado para determinar a existência prévia de relações entre estímulos. Posteriormente, outro estudo (O'Reilly, Roche, Gavin, & Ruiz, 2013) testou se o FAST era capaz de medir a existência e a força de relações derivadas daquelas ensinadas em laboratório usando o paradigma de equivalência de estímulos (Sidman, 1971). Esse teste é especialmente importante, pois, como os autores apontam, as relações verbais aprendidas nas contingências sociais da comunidade verbal muitas vezes estão

em cadeias complexas dentro de classes de estímulos equivalentes. Nesse estudo, 24 participantes passaram por três fases experimentais. Na fase 1, receberam treino de relações condicionais com o procedimento de MTS para estabelecer as relações AB e AC. Na fase 2, foram testadas as relações emergentes que atestam a formação de classes de estímulos equivalentes. A fase 3 consistiu em uma série de apresentações do FAST: usando tanto estímulos relacionados diretamente durante o treino de relações condicionais com o procedimento de MTS, como estímulos cujas relações entre si eram emergentes dentro das classes de estímulos equivalentes formadas. Os resultados mostraram que o FAST é sensível para detectar tanto as relações diretamente treinadas quanto as relações derivadas entre os estímulos das classes de equivalência.

As demonstrações experimentais das variáveis envolvidas no procedimento de FAST com relações estabelecidas em laboratório atestam que este é um procedimento válido e eficiente para medidas de atitudes implícitas consistente com a Análise do Comportamento. Sendo assim, pesquisas aplicadas sobre atitudes explícitas do tipo viés de gênero, preconceito e machismo podem se beneficiar do uso do FAST como medida da força das relações aprendidas socialmente dentro de uma cultura. Por exemplo, um estudo recente (Cartwright, Roche, Gogarty, O'Reilly, & Stewart, 2016) avaliou, pela primeira vez, a sensibilidade do FAST a relações naturais (não treinadas em laboratório), ao verificar estereótipos de gênero implícitos dos participantes quanto a características estereotipicamente femininas e masculinas. Para isso, os experimentadores selecionaram palavras consideradas tradicionalmente como qualidades masculinas (“dominante”, “racional”, “competitivo” e “agressivo”) e femininas (“submissa”, “emocional”, “cooperativa” e “passiva”) e formaram duas categorias consistentes entre um estímulo rótulo (a palavra “homem” ou a palavra “mulher”) e os estímulos de características consideradas masculinas na categoria “homem” e os estímulos de características femininas na categoria “mulher”. Os blocos de tentativas inconsistentes apresentavam os estímulos “homem” e características consideradas femininas controlando a mesma resposta e os estímulos “mulher” e características masculinas controlando outra resposta. Trinta estudantes universitários foram participantes do estudo. Além dos blocos de FAST, eles também foram submetidos à apresentação do IAT e a dois questionários de autorrelato para a medida da atitude explícita. Os resultados mostraram que o FAST é sensível a relações verbais anteriormente aprendidas entre estímulos – mais especificamente a relações pervasivas

de estereótipo de gênero. Todos os 30 participantes mostraram efeitos na direção esperada: aprendizagem mais rápida da resposta comum no bloco de tentativas consistentes do que no bloco de tentativas inconsistentes. Além disso, para os 27 dos 28 participantes que concluíram também o IAT, os resultados mostraram latências mais curtas nas respostas dos blocos de relações consistentes com os estereótipos de gênero. Como esperado pelos pesquisadores, não foram encontradas correlações entre as medidas implícitas e explícitas.

A importância de se ter um teste de medida implícita para se estudar estereótipo de gênero é mais bem compreendida quando pensamos que a desigualdade de gênero é um problema social a nível global, preocupando diversos países no mundo e mobilizando instituições e governos a superá-lo, sendo inclusive uma das metas da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015). No Brasil, o Centro de Atendimento à Mulher, que tem um plantão telefônico (180), indicou que entre 2014 e 2015 houve aumento na denúncia de crimes contra mulheres: de 300,39% nas denúncias de cárcere privado, de 165,27% nos casos de estupro e de 161,42% nos relatos de tráfico de pessoas.

Esses dados mostram que o gênero é uma variável relevante na interação verbal entre pessoas. Ruiz (2003) destaca que o gênero é uma fonte tênue de controle de estímulos no comportamento das pessoas, mas que gera contingências muito diferentes para homens e mulheres dentro da sociedade. Nesse estudo, Ruiz (2003) cita diversos exemplos (e.g., Sadker & Sadker, 1994; Irvine, 1986) de como professores tratam diferentemente meninos e meninas na escola, dando significativamente mais atenção para eles nas aulas e elogiando-os por suas ideias e trabalho enquanto elogiam as meninas pela aparência de seus trabalhos e por elas seguirem regras.

Os estudos experimentais e os diversos procedimentos usados na área de atitudes implícitas demonstram que o aprendizado das relações simbólicas e arbitrárias entre estímulos de naturezas diferentes presentes no ambiente físico ou verbal de um indivíduo, ao longo de sua história dentro de uma cultura, leva a repertórios de comportamentos que se expressam não somente no nível verbal, mas em respostas que agem diretamente sobre o meio físico ou social. As redes de relações entre estímulos estabelecidas pelas práticas culturais tornam virtualmente impossível que analisemos os fenômenos comportamentais humanos sem uma compreensão ampla dos contextos em que essas relações foram aprendidas e quais as funções que elas adquirem no controle do comportamento dos

indivíduos dentro do grupo. Para de Rose (2016)

Isto inclui uma ampla gama de funções, que podem ser agrupadas em discriminativas, eliciadoras e reforçadoras condicionadas. Assim, se um estímulo é discriminativo, eliciador, ou reforçador condicionado, estímulos coordenados a ele podem adquirir estas mesmas funções, mesmo que não tenha havido para eles um treino específico de discriminação operante ou de condicionamento respondente (p. 210).

Na prática, isso quer dizer que, numa situação social, quando rimos de comentários machistas sobre a roupa de uma mulher, estamos reforçando as relações entre esses estímulos, relações que participam de uma rede complexa de relações com outros estímulos, respostas e reforçadores, que também terão suas probabilidades de ocorrência modificadas. Atitudes implícitas são o produto do controle simbólico sobre o comportamento das pessoas dentro de uma cultura. Para além da descrição das relações entre eventos que controlam as respostas atitudinais implícitas, o uso de procedimentos experimentais que evidenciam a força dessas relações no controle dos comportamentos verbais e não verbais dos indivíduos dentro de uma prática cultural é necessário para que a Análise do Comportamento passe a considerar esses contextos de controle como parte imprescindível em uma análise cultural que se traduza em mudança efetiva de sistemas de opressão.

Referências Bibliográficas

- Ajzen, I., & Madden, T.J. (1986). Prediction of goal-directed behavior-attitudes, intentions, and perceived behavioral-control. *Journal of Experimental Social Psychology*, 22(5), 453-474.
- Barnes, D., & Keenan, M. (1993). A transfer of functions through derived arbitrary and nonarbitrary stimulus relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 59(1), 61-81.
- Barnes, D., Browne, M., Smeets, P., & Roche, B. (1995). A transfer of functions and a conditional transfer of functions through equivalence relations in three- to six-year-old children. *The Psychological Record*, 45(3), 405-430.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Power, P., Hayden, E., Milne, R., & Stewart, I. (2006). Do you really know what you believe? Developing the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) as a direct measure of implicit beliefs. *The Irish Psychologist*, 32(7), 169-177.
- Barnes-Holmes, D., Barnes-Holmes, Y., Stewart, I., & Boles, S. (2010). A sketch of the Implicit Relational Assessment Procedure (IRAP) and the relational elaboration and coherence (REC) model. *The Psychological Record*, 60, 527-542.
- Bem, D.J. (1965). An experimental analysis of self-persuasion. *Journal of Experimental Social Psychology*, 1, 199-218.
- Cartwright, A., Roche, B., Gogarty, M., O'Reilly, A., & Stewart, I. (2016). Using a modified Function Acquisition Speed Test (FAST) for assessing implicit gender stereotypes. *The Psychological Record*, 66, 223-233.
- Cartwright, A., Hussey, I., Roche, B., Dunne, J., & Murphy, C. (2017). An investigation into the relationship between the gender binary and occupational discrimination using the Implicit Relational Assessment Procedure. *The Psychological Record*, 67(1), 121-130.
- Catania, C.A. (2017). Prejudice as verbally governed discrimination. *The ABCs of Behavior Analysis: Introduction to Behavior and Learning*, (pp. 254-263). Cornwall-on-Hudson, NY: Sloan Publishing.
- Crowne, D.P., & Marlowe, D. (1960). A new scale of social desirability independent of psychopathology. *Journal of Consulting Psychology*, 24(4), 349-354.
- de Rose, J.C. (2016). A importância dos respondentes e das relações simbólicas para uma Análise Comportamental da Cultura. *Acta Comportamental*, 24(2), 201-220.

- Drake, C.E., Kellum, K.K., Wilson, K.G., Luoma, J.B., Weinstein, J.H., & Adams, C.H. (2010). Examining the Implicit Relational Assessment Procedure: Four preliminary studies. *The Psychological Record*, 60(1), 81-100.
- Drake, C.E., Primeaux, S., & Thomas, J. (2018). Comparing implicit gender stereotypes between women and men with the Implicit Relational Assessment Procedure. *Gender Issues*, 35(1), 3-20.
- Farrell, L., Cochrane, A., & McHugh, L. (2015). Exploring attitudes towards gender and science: The advantages of an IRAP approach versus the IAT. *Journal of Contextual Behavioral Science*, 4, 121-128.
- Fazio, R.H., & Olson, M.A. (2003). Implicit measures in social cognition research: Their meaning and use. *Annual Review of Psychology*, 54(1), 297-327.
- Field, D.P., & Hine, P.N. (2008). Dispositioning and the obscured roles of time in psychological explanations. *Behavior and Philosophy*, 36, 5-69.
- Freitas, J.C. (2017). O IRAP como instrumento para identificação de vieses de gênero: uma revisão de literatura. Apresentação Oral em Sessão Coordenada no XXVI Encontro Brasileiro de Psicologia e Medicina Comportamental. Bauru, SP, 7 a 10 de setembro de 2017.
- Gawronski, B., & Bodenhausen, G.V. (2006). Associative and propositional processes in evaluation: an integrative review of implicit and explicit attitude change. *Psychological Bulletin*, 132(5), 692-731.
- Greenwald, A.G., McGhee, D.E., & Schwartz, J.L. (1998). Measuring individual differences in implicit cognition: The Implicit Association Test. *Journal of Personality and Social Psychology*, 74, 1464-1480.
- Guerin, B. (1994). Attitudes and beliefs as verbal behavior. *The Behavior Analyst*, 17(1), 155-163.
- Hayes, S.C., Barnes-Holmes, D., & Roche, B. (Eds.). (2001). *Relational Frame Theory: A post Skinnerian account of human language and cognition*. New York: Plenum Press.
- Hine, P.N. (1990). The origins of environment-based psychological theory. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 53(2), 305-320.
- Holland, J. (1973). ¿Servirán los principios conductuales para los revolucionarios? Em F.S. Keller & E.R. Iñesta, (Orgs.), *Modificación de la conducta: Aplicaciones a la educación*. México: Trillas.
- Hussey, I., Mhaioleoin, D.N., Barnes-Holmes, D., Ohtsuki, T., Kishita, N., Hughes, S., & Murphy, C. (2016). The IRAP is nonrelative but not

- decontextual: Changes to the contrast category influence men's dehumanization of women. *The Psychological Record*, 66(2), 291-299.
- Israel, A.C. (1978). Some thoughts on correspondence between saying and doing. *Journal of Applied Behavior Analysis*, 11(2), 271-276.
- Israel, A.C., & O'Leary, K.D. (1973). Developing correspondence between children's words and deeds. *Child Development*, 14, 575-581.
- Kashima, Y., Gallois, C., & McCamish, M. (1993). The theory of reasoned action and cooperative behaviour: It takes two to use a condom. *British Journal of Social Psychology*, 32, 227-239.
- Lloyd, K.E. (1994). Do as I say, not as I do. *The Behavior Analyst*, 17(1), 131-139.
- Maio, G.R., Haddock, G., Manstead, A.S., & Spears, R. (2010). Attitudes and intergroup relations. Em T.D. Nelson, (Ed.), *Handbook of prejudice, stereotyping, and discrimination*, (pp. 261-275). New York: Psychology Press.
- Nolan, J., Murphy, C., & Barnes-Holmes, D. (2013). Implicit relational assessment procedure and body-weight bias: Influence of gender of participants and targets. *The Psychological Record*, 63(3), 467-488.
- Nosek, B.A., Hawkins, C.B., & Frazier, R.S. (2011). Implicit social cognition: from measures to mechanisms. *Trends in Cognitive Sciences*, 15, 152-159.
- O'Reilly, A., Roche, B., Gavin, A., & Ruiz, M. R. (2013). A function acquisition speed test for equivalence relations (FASTER). *The Psychological Record*, 63, 707-724.
- O'Reilly, A., Roche, B., Ruiz, M., Tyndall, I., & Gavin, A. (2012). The function acquisition speed test (FAST): a behavior analytic implicit test for assessing stimulus relations. *The Psychological Record*, 62(3), 507-528.
- Organização das Nações Unidas. (2015). Minimum Set of Gender Indicators. Disponível em: <https://genderstats.un.org>. Última consulta em 13 de abril de 2018.
- Rabelo, L.Z., Bortoloti, R., & Souza, D.H. (2014). Dolls are for girls and not for boys: Evaluating the appropriateness of the Implicit Relational Assessment Procedure for school-age children. *The Psychological Record*, 64(1), 71-77.
- Ruiz, M. R. (2003). Inconspicuous sources of behavioral control: The case of gendered practices. *The Behavior Analyst Today*, 4(1), 12-16. <http://dx.doi.org/10.1037/h0100005>
- Scanlon, G., McEntegart, C., Barnes-Holmes, Y., & Barnes-Holmes, D.

- (2014). Using the implicit relational assessment procedure (IRAP) to assess implicit gender bias and self-esteem in typically-developing children and children with ADHD and with dyslexia. *Behavioral Development Bulletin*, 19(2), 48-59.
- Sidman, M. (1960) *Tactics of scientific research*. New York: Basic Books.
- Sidman, M. (1971). Reading and auditory-visual equivalences. *Journal of Speech and Hearing Research*, 14, 5-13.
- Sidman, M. (1994). *Equivalence relations and behavior: A research story*. Boston: Authors Cooperative.
- Sidman, M. (1997). Equivalence relations. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 68(2), 258-266.
- Sidman, M., & Cresson, O. (1973). Reading and crossmodal transfer of stimulus equivalences in severe retardation. *American Journal of Mental Retardation*, 77, 515-523.
- Sidman, M., & Tailby, W. (1982). Conditional discrimination vs. matching to sample: An expansion of the testing paradigm. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 5-22.
- Sidman, M., Rauzin, R., Lazar, R., Cunningham, S., Tailby, W., & Carrigan, P. (1982). A search for symmetry in the conditional discrimination of rhesus monkeys, baboons, and children. *Journal of the Experimental Analysis of Behavior*, 37, 23-44.
- Skinner, B.F. (1961). Why we need teaching machines. *Harvard Educational Review*, 31, 377-398.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal Behavior*. Acton, Massachusetts: Copley.
- Skinner, B. F. (1953) *Science and human behavior*. New York: Macmillan.
- Watt, A., Keenan, M., Barnes, D., & Cairns, E. (1991). Social categorization and stimulus equivalence. *The Psychological Record*, 41, 33-50.

Capítulo 6

O empoderamento das mulheres sob uma perspectiva analítico-comportamental

Aline Guimarães Couto

A palavra *empoderamento* é repetida constantemente nos meios feministas. É uma resposta verbal frequentemente reforçada em uma ampla gama de contextos relacionados ao movimento, se convertendo em solução frequente a um problema difícil de resolver: como levar a categoria *mulher* à tão sonhada liberdade? Como superar a opressão e a desigualdade?

Apesar da sonoridade da palavra e do quanto ouvimos ela se repetir, como muitos termos utilizados pelo movimento feminista, *empoderamento* tem uma definição difícil. O uso em contextos ligados a movimentos sociais, em geral, tem suas raízes atribuídas ao uso proposto por Paulo Freire em suas obras sobre a educação e seu papel transformador da realidade social, com foco não apenas em questões individuais, mas em questões coletivas – relacionando, portanto, o empoderamento com o processo pelo qual grupos excluídos são emancipados (Baquero, 2012).

O trabalho aqui publicado é fruto da dissertação de mestrado da autora. Agradeço imensamente ao prof. Alexandre Dittrich, orientador deste trabalho, e às professoras Carolina Laurenti e Camila Muchon de Melo, cujas contribuições em banca foram de grande valia para desenvolver os presentes argumentos.

Tomando as mulheres como um dos grupos que sofrem opressão na sociedade, o empoderamento passou a ser discutido pela teoria feminista, guardando proximidade com a concepção freiriana em alguns momentos e se afastando em outros. Parece ser tanto um produto, um objetivo último, quanto um processo que leva as mulheres à autonomia (Sardenberg, 2012). Segundo a autora, a palavra /textitempoderamento se refere basicamente a três aspectos da ação feminina: questionamento da ideologia patriarcal, transformação das estruturas e instituições que reforçam e mantêm essa ideologia e a criação das condições para que ambos sejam feitos pelas mulheres, em especial pelas mais pobres.

Ele se refere, em última análise, aos meios concretos pelos quais cada mulher pode se libertar de um contexto opressor ou à libertação desse contexto em si, carregando em sua definição uma tensão entre aspectos individuais e coletivos – sendo uma noção criticada por vezes, inclusive por feministas, por apresentar, em alguns contextos, um viés excessivamente focado nas liberdades individuais em detrimento da liberdade das mulheres enquanto classe de indivíduos (Sardenberg, 2008).

Não existe consenso sobre o termo, e ele é usado por vezes indiscriminadamente para falar de ações que não necessariamente têm objetivos últimos libertadores, segundo análises de algumas correntes feministas (Sardenberg, 2008). Um exemplo particularmente discutido é o empoderamento sexual. Tomando como base o anseio feminista de que todas as mulheres possam exercer sua sexualidade como desejarem, a mídia e a sociedade retratam a “mulher empoderada sexualmente” como a mulher que consome produtos que a deixam *sexy*, desejável, sem se importar com concepções moralistas – mas o modelo a ser imitado aí é o de uma mulher heterossexual, que nunca recusa uma relação sexual e que se veste e se porta de acordo com um ideal de sexualidade bastante específico; em última análise, algo vantajoso para o gênero masculino (Gill, 2008).

Muitas críticas também são feitas na literatura feminista sobre o uso do *empoderamento* sendo apropriado fortemente por organizações que o associam quase que exclusivamente a programas de microcrédito em nações empobrecidas, reduzindo o empoderamento feminino aos seus aspectos econômicos. Embora a pobreza tenha um papel central na vivência das mulheres nesses países, cerceando, por exemplo, sua liberdade em deixar companheiros por dependência financeira, os programas parecem aplicar lógicas que, a longo prazo, perpetuam a posição social das mulheres, ao emprestar somas que permitem apenas pequenos negócios, muitas vezes

ligados a estereótipos femininos como salões de cabeleireiro ou venda de artesanato – algo que, em última análise, mantém mulheres distantes do trabalho em empresas onde podem galgar posições de destaque (c. f. Mayoux, 1999); também diminuem a importância da educação formal em tais iniciativas. A maioria dos estudos que relacionam empoderamento das mulheres e microcrédito parece levar em conta apenas uma ou outra medida, ignorando conjuntos de variáveis mais amplos e efeitos a longo prazo (Norwood, 2014; Addae, 2015).

Entre autores da psicologia, os usos da palavra empoderamento na literatura refletem as tendências discutidas no campo feminista. Uma crítica contundente a estes usos é realizada por Stephanie Riger, psicóloga social americana. Riger (1993) destaca dois aspectos comuns na discussão sobre empoderamento: é encarado frequentemente de forma individualista, dando pouca importância a contextos sociais e enfoque em aspectos relacionados à sensação de controle ou à percepção de uma pessoa sobre a forma com que ela vive; e é visto de forma em que o poder é associado a noções masculinas de competição e controle, em vez de noções comuns às mais identificadas com o feminino de cooperação e comunidade. A autora ainda afirma que parte desses usos pode se dever a uma visão dualista do ser humano, em que a realidade é vista como “criada” de acordo com o que alguém pensa; uma pessoa que passou por um processo de empoderamento enxergaria suas capacidades de forma diferente e isso a faz ter poder em relação ao mundo. Para Riger (1993), tal noção isola as ações do ser humano dos contextos sociais nos quais elas ocorrem, imprescindíveis para uma discussão sobre poder, além de psicologizar um fenômeno complexo, reduzindo o mesmo a aspectos internos de um indivíduo.

Tais críticas vêm ao encontro de noções behavioristas radicais sobre o comportamento humano, impossível de ser visto isolado do ambiente em que ocorre. É famosa a asserção de Skinner (1957) que abre o livro *Verbal Behavior*, considerada pelo autor sua obra mais importante, que sumariza a importância do ambiente na filosofia behaviorista radical:

Os homens agem sobre o mundo, mudam-o, e são mudados pelas consequências de suas ações. Certos processos, que o organismo humano compartilha com outras espécies, alteram o comportamento e este conquista formas mais seguras e úteis de troca com um ambiente em particular. Quando o

comportamento apropriado foi estabelecido, suas consequências funcionam de acordo com processos similares para mantê-lo em vigor. Se o ambiente por acaso muda, velhas formas de se comportar desaparecem, enquanto novas consequências constroem novas formas (Skinner, 1957, p. 1, tradução livre)¹.

Se considerarmos que o autor, apesar de citar aqui nominalmente apenas os homens, teve a bondade de considerar as mulheres entre os organismos citados, então, muito do que se fala sobre empoderamento pode ser levado em conta quando falamos das possibilidades transformadoras da sociedade por meio das ações humanas.

Ao mesmo tempo, a falta de literatura da análise do comportamento sobre questões relacionadas ao feminismo dificulta uma reflexão mais aprofundada sobre o termo. Relacionando-se à discussão sobre o conceito de poder e sua importância no feminismo, discutida no presente livro (Arantes e Nicolodi, 2018), este capítulo busca discutir noções presentes em artigos que versam sobre o empoderamento da mulher, de um ponto de vista analítico-comportamental.

6.1 Considerações sobre a metodologia empregada

A polissemia do termo empoderamento e o uso frequente nos dias atuais pelo movimento feminista levanta aqui a seguinte questão: do que o feminismo fala quando fala de empoderamento da mulher? Para entender o fenômeno, realizamos aqui uma análise de produtos do comportamento verbal presentes na literatura científica feminista.

As considerações aqui apresentadas se baseiam em uma revisão de literatura cuja metodologia está detalhada na dissertação de Couto (2017). A revisão consistiu em buscar, em periódicos científicos que publicam textos de temática e viés feminista de diversas áreas, menções ao termo empoderamento dos anos de 2006 a 2016, com a seleção de trechos pertencentes

¹ “Men act upon the world, and change it, and are changed in turn by the consequences of their action. Certain processes, which the human organism shares with other species, alter behavior so that it achieves a safer and more useful interchange with a particular environment. When appropriate behavior has been established, its consequences work through similar processes to keep it in force. If by chance the environment changes, old forms of behavior disappear, while new consequences build new forms”. (p. 1)

aos textos que pudessem fornecer pistas sobre o que controla a emissão da resposta verbal *empoderamento* em tais textos. Os trechos selecionados permitiram categorizar o empoderamento conforme duas noções principais: *empoderamento com base em estados internos* e *empoderamento com base no contracontrole*.

6.2 Empoderamento com base em estados internos

Na literatura feminista consultada, podemos observar o *empoderamento com base em estados internos* como a classificação que, em geral, considera comportamentos relacionados à expressão verbal de sentimentos das mulheres estudadas como característicos do processo de empoderamento. Alguns dos trechos encontrados na literatura realizam descrições verbais das mulheres como empoderadas em determinado contexto a partir do momento em que elas adquirem consciência do controle exercido por práticas culturais machistas.

Em alguns casos, essa literatura permite presumir mudanças nos contextos em que as mulheres viviam que poderiam ser responsáveis pelos sentimentos descritos como relacionados ao empoderamento. Mesmo assim, a palavra surge sob controle dos sentimentos que as mulheres relatam, a exemplo de Nasrabadi (2014), que discute a participação feminina no movimento estudantil à época da revolução iraniana:

Dentro dos parâmetros de “igualdade de gênero”, algumas mulheres experimentaram novos **sentimentos de empoderamento e pertencimento**. Soosan chegou aos Estados Unidos em 1978 e rapidamente se incluiu no grupo de esquerda de estudantes iranianos. Após a revolução, ela ficou quase um ano na prisão no Irã e escapou por pouco da execução. Soosan relembra sua participação no ISA [*Iranian Students Association*] como “realmente uma das melhores épocas da minha vida”. Ela sorri quando relembra “aquela paixão de fazer algo” coletivamente. ‘Nós éramos tão iguais’, ela disse. “Eu ou um homem podia ser líder de notícias.” (Nasrabadi, 2014, p. 133, tradução livre, grifo meu)²

² “Within the parameters of gender sameness, some women experienced novel **feelings**

Em outros textos, a relação com o empoderamento é descrita pelas autoras como parte dos sentimentos que as mulheres descrevem ter em contextos que, de alguma forma, desafiam as normas relacionadas ao comportamento que é esperado na sociedade pelas mulheres. Medved (2009), em um artigo no qual relata entrevistas com mulheres que são provedoras financeiras das suas famílias (*breadwinning mothers*), destaca sentimentos de felicidade destas mulheres por fornecer bons exemplos às suas filhas como característicos do empoderamento, atrelados à construção da identidade de boas mães:

Em outras passagens, esperanças por mudanças futuras em papeis de gênero foram também colocadas como resultado de atos das mães e das identidades como provedoras: 'Oh, Deus, minhas garotas têm uma figura paterna tão forte em casa... ... isso vai fazer tanta diferença em suas vidas... ... Você não coloca um preço nisso, quero dizer, eu sei que elas estão conseguindo, serão mulheres fortes porque eu sou uma mulher forte que acredita que elas podem fazer qualquer coisa que quiserem.' **forte senso de self** como uma mulher provedora é construído como tendo um efeito direto nas vidas das crianças neste excerto. **Esta passagem pode ser lida como um aspecto empoderador da subjetividade de uma mãe provedora.** (Medved, 2009, p. 151, tradução livre, grifo meu)³

Embora em alguns momentos surja na literatura consultada o empoderamento como diretamente relacionado aos sentimentos das mulheres

of empowerment and belonging. Soosan came to the United States in 1978 and quickly became immersed in the Iranian student Left in Berkeley. After the revolution, she would spend almost a year in prison in Iran and narrowly escape execution. Soosan remembered her participation in the ISA as 'really one of my best times that I had in my life.' She smiled when she recalled 'that passion of doing something' collectively. 'We were so equal,' she said. 'I could be news leader or a man could be.'" (p. 133)

- 3 "In other passages, hopes for future gender-role changes were also positioned as the result of mothers' acts and identities of breadwinning: 'Oh, gosh, my girls have such a strong father figure at home. . . . That is going to make such a difference in their lives. . . . You just can't put a price on that. I mean, I know they're getting, they're going to be strong girls because I'm a strong mom that believes they can do whatever they want to.' **A strong sense of self** as a breadwinning mother is constructed as having a direct affect on children's lives in this excerpt. **And this passage can be read as an empowering aspect of a breadwinning mother's subjectivity.**" (p. 151)

em determinados contextos, muitas vezes as autoras também teciam críticas a esse “sentimento de empoderamento” considerado como libertação de práticas culturais do patriarcado. É o que ocorre, por exemplo, em Showden (2009), que discute os “novos feminismos” em que se valoriza a reinterpretação de mulheres como não apenas vítimas, mas também como livres e empoderadas, tendo uma visão mais positiva de práticas combatidas como degradantes às mulheres pelos movimentos feministas anteriores e, para isso, enfocando os sentimentos de liberdade experimentados por estas mulheres:

Assim, um problema significativo com a posição pós-feminista sobre poder feminino é que ela confunde uma certa reivindicação de feminilidade com uma declaração feminista sobre agência. **o uso de batom e minissaias possa parecer empoderador e livremente escolhido, essa liberdade e empoderamento são muitas vezes - pelo menos até certo ponto - ilusórias, dada a incapacidade do indivíduo de controlar a leitura de suas ações**⁴. (Showden, 2009, p. 177, tradução livre, grifo meu)

Tal noção de empoderamento também aparece em Lieu (2013), que discute a percepção de mulheres vietnamitas sobre a participação em concursos de beleza, falando também do estímulo ao consumo aplicado às mulheres e de como este subjaz a lógica neoliberal de liberdade como escolha individual:

Além disso, ideias pessoais sobre liberdade e individualismo dentro da lógica do neoliberalismo podem ser estendidas para discussões de gênero, particularmente na era do pós-feminismo. De acordo com Yvonne Taskler e Diane Negra, a cultura pós-feminista ‘trabalha em parte para incorporar, assumir ou naturalizar aspectos do feminismo; crucialmente, também trabalha para mercantilizar o feminismo através da figura

⁴ “Thus, a significant problem with the postfeminist girl power position is that it confuses a determined reclamation of femininity with a feminist statement on agency. **While wearing lipstick and miniskirts might feel empowering and freely chosen, such freedom and empowerment are often—at least to some degree—illusory given the individual’s inability to control the reading of her actions.**” (p. 177)

da mulher como consumidora empoderada'. **Alinhada ao neoliberalismo, a cultura pós-feminista enfatiza a escolha (oportunidades profissionais e educacionais) e a liberdade individual particularmente através do empoderamento físico e sexual.** [...] Enquanto os desfiles eram comercializados como eventos comunitários, os organizadores os promoveram como locais afáveis, onde cada concorrente poderia se sentir bem sobre si mesma enquanto forjava amizades com outras mulheres. No entanto, a realidade dessas competições é que apenas uma mulher pode emergir como a rainha da beleza. A única vencedora seria recompensada com bens materiais, além de ganhar capital simbólico como porta-voz da comunidade. [...] Apesar dessas contradições, tanto os organizadores de concursos quanto os próprios participantes empregaram a linguagem neoliberal de escolha, oportunidade e empoderamento feminino para defender o processo competitivo pelo qual os corpos femininos seriam exibidos e julgados. Em consonância com a retórica pós-feminista, os atos coletivos de objetificação e mercantilização não foram contestados, pois as mulheres jovens 'escolheram' entrar nos concursos com grandes esperanças de um resultado de sucesso. (Lieu, 2013, pp. 28-29, tradução livre, grifo meu) ⁵

⁵ "Moreover, personal ideas about freedom and individualism within the logic of neoliberalism can be extended to discussions of gender particularly in the era of postfeminism. According to Yvonne Taskler and Diane Negra, postfeminist culture 'works in part to incorporate, assume, or naturalize aspects of feminism; crucially, it also works to commodify feminism via the figure of the woman as empowered consumer.' **Aligned with neoliberalism, postfeminist culture emphasizes choice (professional and educational opportunities) and individual freedom particularly through physical and sexual empowerment.** [...] While the pageants were marketed as communal events, organizers promoted them as affable sites where each contestant could feel good about herself as she forged friendships with other women. However, the reality of these competitions is that only one woman can emerge as the beauty queen. The sole winner would be rewarded with material goods, as well as gain symbolic capital as a spokesperson for the community. [...] Despite these contradictions both pageant organizers and contestants themselves deployed the neoliberal language of choice, opportunity, and female empowerment to defend the competitive process whereby female bodies would be displayed and judged. In line with postfeminist rhetoric the collective acts of objectification and commodification went unchallenged as young women 'chose' to enter the pageants with high hopes of a

Sentido semelhante é conferido ao comportamento das mulheres nepalesas participantes de concursos de beleza citadas por Crawford et al. (2008):

As mulheres que participam de concursos de beleza se apresentam como ‘inteligentes, orientadas por metas, independentes, resolutas e comprometidas com o individualismo’ (Banet-Weiser, 1999: 88). **Ao fazer o que vêem como uma escolha individual e assertiva de participar, elas acreditam que estão ganhando uma oportunidade de aumentar o equilíbrio, a autoconfiança e a autoestima, e se tornarem fortalecidas, independentes, liberadas e ‘modernas’ (Ahmed Ghosh, 2003).** (Crawford et. al., 2008, p. 64-65, tradução livre, grifo meu) ⁶

Em trechos como os presentes em Doetsch-Kidder (2012), o empoderamento enquanto sentimento também aparece como parte de um processo de escolha; as mulheres, argumenta-se, podem exercer tal escolha frente aos desafios colocados ao seu gênero:

Culpar não cria mudança. Como Thich Nhat Hanh escreve: ‘Somente o amor e a compreensão podem ajudar as pessoas a mudarem’. Anzaldúa articula o vínculo criado culpando os outros pela opressão: ‘Bloqueados, imobilizados, não podemos avançar, não podemos nos mover para trás. Nos renegamos’. **aponta a escolha para nós: nos sentirmos empoderadas ou nos sentirmos vitimadas.** [...] Dizer que alguém pode escolher ser empoderada não nega a realidade da opressão estrutural e outros limites ao que se pode fazer no mundo. Keating chama isso de ‘o paradoxo da agência pessoal e da determinação estrutural’ e observa que Anzaldúa escreve de dentro dessa contradição, declarando sua incapacidade de resolvê-la. **A escolha de se**

successful outcome.” (pp. 28-29)

⁶ “Women who enter beauty pageants present themselves as ‘intelligent, goal-oriented, independent, feisty, and committed to individualism’ (Banet-Weiser, 1999: 88). **By making what they see as an individual, assertive choice to participate, they believe they are gaining an opportunity to enhance poise, self-confidence, and self-esteem, and to become empowered, independent, liberated, and ‘modern’ (Ahmed-Ghosh, 2003).**” (p. 64-65)

sentir empoderada é expansiva, a localização da criatividade e uma fonte de amor. Por meio de críticas amorosas, aceitamos a responsabilidade por nosso papel nos conflitos e nosso poder de responder, construir, criar e transformar. Nós nos recusamos a circunscrever pessoas como vítimas e opressores. (Doetsch-Kidder, 2012, p. 457, tradução livre, grifo meu)⁷

O empoderamento como algo libertador a partir dos sentimentos das mulheres aparece também em Bowman (2013), que examinou a relação das mulheres com a prática da masturbação. Ao refletir que o comportamento de uma mulher de masturbar-se é malvisto na sociedade – em outras palavras, punido ou passível de punição –, a autora coloca os sentimentos de poder das mulheres como característicos da libertação que a prática traria, mesmo reconhecendo que a definição de empoderamento é motivo de discussão na literatura feminista:

É importante definir precisamente o construto do empoderamento sexual, especialmente considerando que as teóricas feministas continuam a lutar com sua definição (Lamb, 2010; Lamb & Peterson, 2011; McClelland & Fine, 2008; Peterson, 2010; Tolman, 2012). O empoderamento é melhor entendido como uma experiência interna de agência e poder (isto é, sentir ou experimentar empoderamento)? Ou é uma medida concreta da capacidade ou poder de uma pessoa para alterar os arranjos sociais e políticos (isto é, ter poder)? Alguns teóricos distinguem “poder para” (um senso interno de autoeficácia ou

⁷ “Blaming does not create change. As Thich Nhat Hanh writes, ‘Only love and understanding can help people change.’ Anzaldúa articulates the bind created by blaming others for oppression: ‘Blocked, immobilized, we can’t move forward, can’t move backwards. We abnegate.’ **points out the choice that we all have to feel empowered or to feel victimized.** [...] To say that one can choose to be empowered does not deny the reality of structural oppression and other limits to what one can do in the world Keating calls this ‘the paradox of personal agency and structural determinacy’ and notes that Anzaldúa writes from within this contradiction, declaring her inability to resolve it. **The choice to feel empowered is expansive, the location of creativity, and a source of love. Through loving criticism, we accept responsibility for our role in conflicts and our power to respond, construct, create, and transform. We refuse to circumscribe people as victims and oppressors.**” (p. 457)

autoestima) de “poder sobre” (controle real sobre a tomada de decisões e recursos; Hollander & Offermann, 1990; Riger, 1993; Yoder & Kahn, 1992), enquanto outros simplesmente se referiram ao primeiro como subjetivo e o segundo como empoderamento objetivo (Peterson, 2010). **Embora continue a haver uma falta de consenso sobre qual forma de poder constitui o empoderamento sexual, meu estudo tentou compreender as próprias experiências das mulheres sobre o fortalecimento sexual como um aspecto da masturbação, independentemente de essas crenças se traduzirem em mudanças observáveis nas relações de poder.** (Bowman, 2013, p. 364, tradução livre, grifo meu)⁸

Outros trechos, como em Godbee & Novotny (2013), relacionam o empoderamento à construção de autoestima e autoconfiança, diretamente ligados ao conceito feminista de agência, que discutirei adiante. Neste artigo, as autoras falam do empoderamento que ocorre em turmas de escrita para mulheres, baseadas em coorientação:

Os momentos poderosos que vemos, então, não são efêmeros, mas duradouros. Quando Charisse [entrevistada na pesquisa] aproveita a experiência da sala de aula de Andrea [outra entrevistada], cria, em colaboração, um registro da conversa e das alegações que surgem, e as anotações subsequentes se tornam o roteiro que leva Andrea ao longo de seu processo de escrita. **Além disso, a escrita serve como um meio de**

⁸ “It is important to precisely define the construct of sexual empowerment, especially considering that feminist theorists continue to struggle with its definition (Lamb, 2010; Lamb & Peterson, 2011; McClelland & Fine, 2008; Peterson, 2010; Tolman, 2012). Is empowerment best understood as an internal experience of agency and power (i.e., feeling or experiencing empowerment)? Or is it a concrete measure of a person's ability or power to alter social and political arrangements (i.e., being empowered)? Some theorists distinguish ‘power to’ (an internal sense of self-efficacy or self-esteem) from ‘power over’ (actual control over decision making and resources; Hollander & Offermann, 1990; Riger, 1993; Yoder & Kahn, 1992), whereas others have simply referred to the former as subjective and the latter as objective empowerment (Peterson, 2010). **Though there continues to be a lack of consensus regarding which form of power constitutes sexual empowerment, my study attempted to understand women's own experiences of sexual empowerment as an aspect of masturbation, regardless of whether these beliefs translate to observable shifts in power relations.**” (p. 364)

autoempoderamento associado à confiança construída e agência afirmada durante a conferência. [...] Se concordamos que a co-orientação feminista desempenha um papel importante na promoção do senso de valor (isto é, autoempoderamento, agência, solidariedade), então indivíduos podem reconhecê-la como importante para si e para outras na academia e dedicar tempo a ela (mesmo incluindo-a em outras tarefas que demandam tempo), ao invés de ser afastados por todas as outras demandas.” (Godbee & Novotny, 2013, pp. 190-191, tradução livre, grifo meu) ⁹

Outros trechos encontrados na literatura consultada caracterizam o empoderamento como um fenômeno relacionado à construção de consciência - ou seja, à descrição das mulheres das variáveis que afetavam seu comportamento e à possibilidade de ação que tal descrição poderia acarretar. Um exemplo dessa caracterização é encontrado em Manesch, Siqueira e Álvares (2012), ao descrever o comportamento classificado como empoderado das mulheres participantes de uma associação de pescadoras brasileira:

No Brasil, a Articulação Nacional de Pescadoras é um grande exemplo. É notável em um ramo que, conforme as representações convencionais e hegemônicas, é associado aos pescadores, hábeis e corajosos homens a enfrentar o mar distante e seus perigos. **Desse modo, as pescadoras em movimento criam suas próprias versões de empoderamento e conscientizam-se de sua presença objetiva em curso no processo da pesca, desestabilizando noções como as de que são “ajudantes”**

⁹ “The powerful moments we see, then, are not ephemeral, but lasting. When Charisse taps into Andrea’s classroom experience, they collaboratively create a record of the conversation and claims that arise, and the subsequent notes become the roadmap leading Andrea through her writing process. **Further, the writing serves as a means of self-empowerment associated with the confidence built and agency asserted during the conference. [...] If we agree that feminist co mentoring plays an important role in fostering one’s sense of value (i.e., self-empowerment, agency, solidarity),** then individuals can recognize it as important to their own and others’ positions in academia and put time toward it (even folding it into other time-demanding tasks), rather than being pulled away by all the other demands on time.” (pp. 190-191)

ou “dependentes”; enfim, de que elas não estão nesse setor em suas próprias capacidades. (Maneschy, Siqueira e Álvares, 2012, p. 724, grifo meu)

A relação entre agência e conscientização é explorada por Ruiz (1998) como um dos pontos de tensão das teorias feministas que poderia ser discutida à luz do behaviorismo radical. A autora argumenta que, embora as feministas considerem o comportamento humano como produto de um contexto, não refletindo quaisquer essências do gênero masculino ou feminino, alguns internalismos persistem na discussão das instâncias “causadoras” do comportamento. A agência, conforme descrita pelo feminismo, é vista como o “agir com consciência” – ou seja, a partir da discriminação das variáveis que afetam o comportamento, uma pessoa pode mudar o curso de suas ações, agindo de forma diferente. No entanto, a forma como tal processo é descrito tende a obscurecer as variáveis em questão, uma vez que coloca o *locus* da ação no indivíduo, sem descrever que variáveis contribuem para a mulher em questão passar a descrever as contingências que a afetam. No caso dos trechos discutidos acima, pode-se questionar de que maneira as mulheres aprenderam a descrever seus comportamentos como empoderados a partir do que sentem. A crítica de Lieu (2013) à lógica neoliberal, por exemplo, sugere que no contexto em que as mulheres aprendem que a escolha livre está ligada ao consumo de ideais de beleza, os sentimentos que elas expressam são tomados como característicos dessa escolha.

Os sentimentos também são tomados como fonte do empoderamento descrito por essas mulheres, como surge em Bowman (2013), citada acima. Tomar sentimentos como característicos da liberdade experimentada pelas mulheres nos remete à discussão de Skinner (1971) sobre o enfoque nos sentimentos para explicar o comportamento dos indivíduos.

Pode-se dizer que algumas teorias tradicionais definem a liberdade como a ausência de controle aversivo, mas a ênfase tem sido em como essa condição é sentida. Pode-se dizer que outras teorias tradicionais definem a liberdade como a condição de uma pessoa quando ela está se comportando sob controle não aversivo, mas a ênfase tem sido em um estado de espírito associado a fazer o que se quer. [...] Uma pessoa escapa ou destrói o poder de um controlador para se sentir livre, e uma vez que ele se sente livre e pode fazer o que ele

deseja, nenhuma ação adicional é recomendada e nenhuma é prescrita pela literatura de liberdade, exceto talvez vigilância eterna para que o controle não seja retomado. (Skinner, 1971, pp. 36-37, tradução livre)¹⁰

O autor chama a atenção para a possibilidade de exercer controle sobre os indivíduos mesmo quando estes não se sentem controlados. Isso diminui a probabilidade do contracontrole e permite que controladores utilizem menos os métodos de controle aversivo, modificando esquemas de reforçamento para que os controlados façam mais com um menor emprego da força. Partindo daí, os sentimentos dos controlados são pouco confiáveis como critério para julgar a liberdade que os mesmos têm naquele contexto. Skinner (1974) lembra ainda que sentimentos positivos surgidos em relações de exploração não percebidas pelos controlados tendem a manter tais relações intactas:

O fato importante não é que nos sentimos livres quando somos positivamente reforçados, mas que não tendemos a escapar ou contra-atacar. Sentir-se livre é uma característica importante de um tipo de controle que se distingue pelo fato de não gerar contracontrole. A luta pela liberdade parece se mover em direção a um mundo em que as pessoas fazem o que gostam ou o que querem fazer, em que gozam do direito de serem deixadas sozinhas, na qual foram 'redimidas da tirania de deuses e governos. Pelo crescimento de seu livre arbítrio em perfeita força e autoconfiança.' [...] É um mundo no qual o controle do comportamento humano é errado, no qual 'o desejo de mudar outra pessoa é essencialmente hostil'. Infelizmente a sensação de estar livre não é uma indicação confiável de que chegamos a esse mundo. (Skinner, 1974, pp.

¹⁰ "Some traditional theories could conceivably be said to define freedom as the absence of aversive control, but the emphasis has been on how that condition feels. Other traditional theories could conceivably be said to define freedom as a person's condition when he is behaving under non-aversive control, but the emphasis has been upon a state of mind associated with doing what one wants. [...] A person escapes from or destroys the power of a controller in order to feel free, and once he feels free and can do what he desires, no further action is recommended and none is prescribed by the literature of freedom, except perhaps eternal vigilance lest control be resumed." (pp. 36-37)

77-78, tradução livre)¹¹

Por outro lado, Skinner (1953) também destaca que os sentimentos podem ser pistas importantes das contingências que estão em vigor, sendo evocados sentimentos positivos (felicidade, júbilo, alívio) quando há reforçamento, seja ele positivo ou negativo, e sentimentos negativos (raiva, agressividade, frustração) quando há punição, seja ela positiva ou negativa. Isso nos permite deduzir que as mulheres que se sentem empoderadas, segundo a literatura consultada, estão emitindo comportamentos que são reforçados pelas pessoas do seu convívio – outras mulheres e outros homens. Pensar que mulheres que se engajam em atividades de cuidado estético, como nos casos citados referentes a concursos de beleza ou cuidado dos filhos, estejam recebendo reforçamento social por tais atividades, seja em forma de elogios, afeto, ou mesmo por evitar a aversividade ligada ao não envolvimento com práticas culturais tidas como femininas, torna possível enxergar tais sentimentos como parte de contingências onde a sensação de felicidade ou alívio é uma descrição genuína.

O problema surge a partir da possibilidade de existirem consequências aversivas atrasadas empregadas no controle. Skinner (1971) discute tais consequências atrasadas, ou armadilhas do controle, a partir dos esquemas de reforçamento empregados pelos controladores. Nos casos retratados acima, há que se observar a possibilidade de consequências atrasadas, por exemplo, nas situações em que o empoderamento tem relação com aspectos físicos ou sexuais. Mulheres que se comportam de forma a conformar-se a ideais de beleza, sensualidade e/ou maternidade – exercendo tarefas em que se embelezam, comportam-se de forma a estar disponíveis sexualmente ou dedicam-se aos cuidados com a prole – estão se adequando às práticas culturais esperadas para as mulheres, e caso tais comportamentos não sejam emitidos, as mulheres são punidas por não serem consideradas bonitas ou boas o suficiente como mães. O adequar-se

¹¹ “The important fact is not that we feel free when we have been positively reinforced but that we do not tend to escape or counterattack. Feeling free is an important hallmark of a kind of control distinguished by the fact that it does not breed countercontrol. The struggle for freedom has seemed to move toward a world in which people do as they like or what they want to do, in which they enjoy the right to be left alone, in which they have been ‘redeemed from the tyranny of gods and governments by the growth of their free will into perfect strength and self-confidence.’ [...] It is a world in which the control of human behavior is wrong, in which ‘the desire to change another person is essentially hostile.’ Unfortunately the feeling of being free is not a reliable indication that we have reached such a world.” (pp. 77-78)

a práticas culturais misóginas que geram reforçadores imediatos mantêm tais comportamentos no repertório feminino, mas não contribui para a mudança da hierarquia entre gêneros a longo prazo.

Outros questionamentos podem ser levantados a partir da relação entre consciência e empoderamento, destacada em alguns dos trechos aqui apresentados. A discriminação e descrição verbal de variáveis presentes no ambiente, que caracterizaria a consciência em termos analítico-comportamentais, é um repertório comportamental adquirido e requer ser explicado, enquanto tal, de acordo com as suas próprias origens. A consciência das variáveis relacionadas a práticas culturais decorrentes da misoginia pode ser considerada parte do desenvolvimento das estratégias de mudança e da detecção da necessidade de aprendizagem de novos repertórios comportamentais, e, mais ainda, da intervenção necessária por parte de planejadores culturais, o que denota a importância do desenvolvimento de comunidades verbais que ajudem as mulheres a descrever tais fatores, conforme salientado por Ruiz (1998).

A autoconsciência, colocada como parte do processo de empoderamento nos trechos citados acima, como no relato anterior de Manesch, Siqueira e Álvares (2012) sobre a articulação de pescadoras, pode surgir do contato com comunidades verbais que descrevam as variáveis que afetam o comportamento das mulheres – o que pode ajudar a explicar por que, entre mulheres, comportamentos que antes eram vistos como típicos de homens sejam, então, caracterizados como empoderados. No entanto, apenas a descrição verbal de variáveis não necessariamente altera outros repertórios comportamentais dessas mulheres. Carvalho Neto, Alves e Baptista (2007) discutem a consciência como fator de prevenção e cuidado contra a violência, destacando os problemas de colocar a consciência como necessária para a mudança:

De um ponto de vista analítico-comportamental, a consciência não seria um determinante autônomo interno da ação dos indivíduos. Não poderia ser a causa do aumento da violência (ausência) e nem de sua solução (presença). Mais do que isso, a consciência estaria entre os produtos da própria violência, entendida como uma forma de interação coercitiva entre o indivíduo e a sociedade. Seria apenas mais um dos repertórios de esquiva (autocontrole) gerados por certas práticas culturais (Sidman, 1989/1995 e Skinner, 1957/1992). Po-

deria ser entendida também como "ser capaz de descrever o que se está fazendo" e "porquê", identificando as variáveis de controle (racionalidade) (Skinner, 1974/1976). Nesse sentido, a consciência seria um repertório comportamental a ser explicado e não uma explicação última para as demais ações. [...] a responsabilidade pelos problemas acabaria por recair sobre as próprias pessoas mais diretamente afetadas por eles, ou melhor, recairiam sobre as capacidades internas inferidas que supostamente estariam ausentes nessas pessoas. (Carvalho Neto, Alves e Baptista, 2007, pp. 39-40)

Assim como não poderíamos ver a consciência como solução para a questão da violência em um indivíduo, também podemos pensar que o empoderamento, visto de acordo com os critérios sugeridos por Sardenberg (2012) citados na primeira seção deste capítulo, não se esgota na construção do repertório comportamental da consciência. Este é parte de uma relação que envolve a transformação do poder, ou seja, da mudança de posição entre controladores e controlados. As noções encontradas na literatura classificadas de acordo com a categoria de empoderamento baseado no contracontrole permitirão uma análise mais aprofundada dessa transformação, a seguir.

6.3 Empoderamento com base no contracontrole

Na literatura consultada, o *empoderamento com base no contracontrole* em geral se relaciona a descrições de alterações nas contingências vigentes desvantajosas para as mulheres - seja em termos do reforçamento ou punição recebida naqueles contextos por comportamentos emitidos por elas, seja em relação à percepção do controle por práticas culturais decorrentes da misoginia pelas mulheres e da descrição de tais práticas de controle como objeto de posterior intervenção pelos grupos estudados, com o intuito de modificá-las.

O contracontrole é citado por Skinner (1974) como a resposta dos organismos ao controle poderoso exercido principalmente por uma agência de controle ou por outros indivíduos. Este controle pode ser exercido ao dispor contingências imediatamente aversivas ou de exploração ao longo do tempo. Quando indivíduos respondem de forma a atacar ou modificar

as estruturas do controle, seja por meio de ação organizada como protestos, greves ou revoluções ou nas ações contra um membro controlador da sociedade, exercitam o contracontrole. Sá (2016) refina a definição de Skinner de contracontrole social ao descrevê-lo como:

qualquer classe de respostas emitidas por indivíduos (isolados ou em grupo) que tenham o efeito de prevenir, eliminar ou atenuar as consequências aversivas e/ou exploratórias (a curto, médio ou longo prazo) produzidas para tais indivíduos por qualquer dada instância de controle social institucionalizada (legal ou consuetudinariamente) ou em vias de institucionalização. (Sá, 2016, pp. 55-56)

Skinner (1974) pondera que o contracontrole é mais nitidamente visível nas relações sociais em que há emprego de consequências aversivas imediatas. Nas relações em que há consequências atrasadas, frequentemente não ocorre contracontrole, pois, conforme discutido na seção anterior, as contingências que produzem os sentimentos de liberdade surgidos em tais relações diminuem a probabilidade de contracontrolar. Nessas relações de exploração, podemos incluir as condições de desigualdade entre homens e mulheres socialmente construídas, que perduram também pelo emprego de consequências aversivas atrasadas – mulheres que se comportam de acordo com práticas culturais misóginas recebem reforçamento positivo imediato. A relação de poder entre controlados e controladores foi objeto também de uma revisão do conceito de contracontrole promovida por Ricetti & Dittrich (2016), que, frente à variedade de definições presentes na literatura behaviorista radical, ponderam que, ao considerar a utilidade do conceito na análise de fenômenos sociais, analistas do comportamento devem atentar à modificação de relações de poder na direção de uma distribuição mais igualitária do mesmo.

Dito isto, o empoderamento feminino se configura como uma destas possibilidades de modificação na distribuição de poder entre indivíduos, conforme descrições presentes nos trechos da literatura revisada. A definição de empoderamento como um fenômeno diretamente relacionado à mudança de relações de poder está presente em parte dos textos analisados, a exemplo de Mariano (2008):

A importância da perspectiva de gênero está relacionada à democratização das relações sociais entre homens e mulheres,

partindo do entendimento de que estas são relações de poder, conforme Joan Scott (1990), as quais estruturam sistemas de desigualdades sociais. **Quando orientadas por essa concepção, as proposições de projetos e políticas públicas implicam vislumbrar impactos nessa estrutura de poder, visando, com isso, promover o empoderamento das mulheres, de forma a abalar e superar as relações de subordinação** (Mariano, 2001). (Mariano, 2008, p. 161, grifo meu).

Outros textos colocam o empoderamento como característico de comportamentos que mudam ou refletem mudanças nas relações de poder, discutindo a mudança nas relações entre indivíduos, a exemplo de Hung (2012), que descreve as alterações no repertório comportamental de mulheres participantes de workshops voltados a recém-divorciadas, algo culturalmente malvisto na China, país onde foi realizado o estudo:

Nos workshops de empoderamento, as mulheres também foram convidadas a compartilhar o que viam como seus pontos fortes. **Suas listas incluíam a capacidade de lidar com seus relacionamentos com seus ex-maridos e com a família paterna, sobreviver a dificuldades no processo de divórcio e lidar com as emoções negativas envolvidas.** As participantes também foram ajudadas ao longo do processo a perceber suas forças para tomar a decisão de se divorciar e incentivadas a se esforçar para melhorar suas situações registrando-se nas oficinas, aprendendo e ajudando umas às outras. (Hung, 2012, p. 293, tradução livre, grifo meu).¹²

É interessante notar que, mesmo discutindo os sentimentos das mulheres em relação ao divórcio, algo importante nas contingências em que

¹² “In the empowerment workshops, the women were also invited to share what they saw as their strengths. **Their lists included the ability to handle their relationships with their ex-husbands and the paternal family, to survive hardships in the divorce process, and to be able to handle the negative emotions that were involved.** The participants were also helped throughout the process to realize their strengths in making the decision to divorce and encouraged to make efforts to improve their situations by registering with the workshops and learning from and helping each other.” (p. 293)

as mulheres se encontravam, o estudo de Hung (2012) valorizou as estratégias pelas quais as mulheres aprenderam a lidar com tais sentimentos, desde a participação nos workshops e os esforços para estarem ali presentes até o próprio compartilhamento de experiências pelas mulheres. Tal característica se verifica também em outros textos onde o empoderamento se aproximou da categoria aqui discutida: a menção aos sentimentos das mulheres ocorre, mas a descrição das variáveis que levam a tais sentimentos permite inferir a função de tais sentimentos em uma contingência de aversividade presente ou de percepção do controle a que se submetem as mulheres nos contextos apresentados.

A caracterização do empoderamento enquanto processo pelo qual mulheres adquirem repertórios comportamentais que, de outra forma, não gerariam reforçamento dado o gênero a que pertencem é bastante presente em um contexto encontrado com frequência nos artigos consultados neste trabalho: a superação da vulnerabilidade econômica por programas de microcrédito ou transferência de renda a mulheres, citado na seção inicial deste capítulo. O empoderamento relacionado a tal contexto se refere à situação de pobreza em que se encontram mulheres e suas famílias e aos impactos da transferência de recursos financeiros em contextos que afetam mulheres de forma específica – como, por exemplo, a decisão por manter ou não um relacionamento violento com um parceiro ou parceira íntima. No entanto, a transferência de renda por si só não seria capaz de alterar parte dos comportamentos aprendidos por mulheres que se relacionam a práticas culturais machistas. Um exemplo de tal discussão está presente em Krenz, Gilbert & Mandayam (2014), nos seguintes trechos que mencionam o empoderamento como um componente do microcrédito como transferência de renda:

Desde meados da década de 1980, a preocupação com o empoderamento das mulheres cresceu no campo do desenvolvimento internacional (Batliwala, 2007). **A estudiosa Naila Kabeer (1999) caracteriza o empoderamento de forma ampla como o ‘processo pelo qual aqueles a quem foi negada a capacidade de fazer escolhas estratégicas de vida adquirem tal habilidade’** (p. 435). (p. 310, grifo meu)

[...] Embora muitas pesquisas tenham questionado os efeitos empoderadores do microcrédito, a provisão de serviços

financeiros para mulheres e famílias pobres tem sido amplamente promovida pelas agências doadoras como um caminho relativamente simples para o empoderamento e a redução da pobreza (Mayoux, 2003). **A suposta correlação entre o microcrédito e o empoderamento baseia-se na premissa de que, com acesso a recursos financeiros, as mulheres estão melhor equipadas para atender às necessidades práticas, contribuir para os recursos domésticos e desafiar a desigualdade de gênero** (Mayoux, 2003). Em um nível básico, a prática do microcrédito envolve estender pequenos empréstimos a tomadoras pobres que, de outra forma, não teriam acesso ao crédito. Os empréstimos são desembolsados para indivíduos ou grupos, com a expectativa de que o dinheiro será investido em atividades empresariais, gerar renda e oportunidades de emprego, e ajudar a diminuir a pobreza no nível individual e comunitário (Isserles, 2003). (p. 312, grifo meu)

[...] **Ao insistir em um modelo de empoderamento baseado em grupos, Annapurna** (grupo participante do programa de microcrédito estudado) **cria espaços sociais novos e seguros para observação, interação e desenvolvimento pessoal. Espaços que promovem a inclusão de grupos e relações não hierárquicas entre indivíduos pobres e menos pobres parecem ser particularmente bem-sucedidos na melhoria dos sentimentos de autoestima.** As reuniões maiores em toda a organização também servem para tranquilizar as clientes de que não estão sozinhas em suas lutas. (p. 316, grifo meu)

[...] Alguns casais provavelmente praticaram uma tomada de decisão mais equitativa, mesmo antes de ingressar em Annapurna. Por várias razões, alguns maridos podem ser mais propensos a apoiar a participação de suas esposas nas atividades de microfinanças. Isso é consistente com a pesquisa de Ahmed (2008), que demonstra a maneira pela qual **modelos divergentes de masculinidade influenciam as atitudes dos homens em relação ao empoderamento**

de gênero e a participação de suas esposas em esquemas de microcrédito (p. 152). (p. 321, grifo meu). (Krenz, Gilbert & Mandayam, 2014, traduções livres).¹³

Mudanças nos comportamentos dos homens que convivem com mulheres que passam pelo processo de empoderamento, no entanto, não se verificam sempre nos textos consultados, sugerindo que algum nível de controle aversivo ainda é empregado contra as mulheres que passam a agir de modo a desafiar o poder masculino. Tal constatação é vista em Amorim, Fiuza e Pinto (2015), que discutem o empoderamento de trabalhadoras rurais participantes e não participantes de sindicatos:

A noção conceitual de empoderamento traz, assim, consigo essa perspectiva de mudança nas

¹³ “Since the mid-1980s, concern for women’s empowerment has grown within the international development field (Batiwala, 2007). **Development scholar Naila Kabeer (1999) characterizes empowerment broadly as the “process through which those who have been denied the ability to make strategic life choices acquire such an ability”** (p. 435). (p. 310, grifo meu) [...] Though much research has brought into question the empowering effects of microcredit, the provision of financial services to poor women and families has been widely promoted by donor agencies as a relatively straightforward pathway to empowerment and poverty reduction (Mayoux, 2003). The assumed correlation between microcredit and empowerment is based on the premise that, with access to financial resources, women are better equipped to meet practical needs, contribute to household resources, and challenge gender inequity (Mayoux, 2003). On a basic level, the practice of microcredit involves extending small loans to poor borrowers who otherwise would not be able to access credit. Loans are disbursed to individuals or groups, with the expectation that the money will be invested in entrepreneurial activities, generate income and employment opportunities, and help to lessen poverty on the individual and community level (Isserles, 2003). (p. 312, grifo meu) [...] **By insisting on a group-based model of empowerment, Annapurna** [grupo participante do programa de microcrédito estudado] **creates new and safe social spaces for observation, interaction, and personal development. Spaces that foster group inclusion and nonhierarchical relationships between poor and less poor individuals seem to be particularly successful in improving feelings of self-worth.** The larger organization-wide meetings also serve to reassure clients that they are not alone in their struggles. (p. 316, grifo meu) [...] Some couples likely practiced more equitable decision making even before joining Annapurna. For various reasons, some husbands might be more likely to support their wives’ participation in microfinance activities. This is consistent with Ahmed’s (2008) research, which demonstrates the way in which **divergent models of masculinity influence men’s attitudes toward gender empowerment and their wives’ participation in microcredit schemes** (p. 152).”

relações sociais das mulheres com os homens.

Outros autores também abordam essa possibilidade de estabelecimento de relações conflitivas na família e na comunidade advindas da conquista do empoderamento por parte das mulheres (Antunes, 2006; Cortez & Souza, 2008). [...] Na pesquisa de Antunes (2006) com o movimento das babaçueiras do Maranhão a autora analisou se ocorreu a transferência do empoderamento coletivo, alcançado na esfera pública, na luta pelo direito ao livre acesso ao babaçu, para o âmbito individual, na esfera privada. Ela constatou em seu trabalho a existência em uma mesma mulher de sua faceta de líder empoderada e de esposa desempoderada, demonstrando que essas mulheres deixaram todo o poder alcançado na esfera coletiva do lado de fora (Amorim, Fiuza & Pinto, 2015, p. 206, grifo meu).

[...] Nesse mesmo sentido, Cortez e Souza (2008) apontam o empoderamento de mulheres e a repercussão que isso tem causado nos índices de violência conjugal. **Os autores destacam as implicações do empoderamento de mulheres em suas relações conjugais. Aspectos como trabalho assalariado, questionamentos sobre a vida sexual e maior participação no âmbito público são sinalizadores do empoderamento das mulheres e se tornam “ameaçadores” à tradicional dominação masculina. Dessa forma, os homens tentam proteger sua masculinidade através da violência praticada contra a mulher o que também representa um mecanismo de suprimir manifestações femininas de poder** (p. 207).

Tais aspectos podem indicar que, embora a educação de mulheres entre mulheres promova uma alteração nas estruturas de poder entre gêneros na sociedade, tal alteração não é completamente pacífica, envolvendo, mais do que a percepção do controle, também o enfrentamento do controle aversivo exercido por parceiros e homens do seu convívio. O aprendizado de repertórios comportamentais nesses casos, portanto, mais do que gerado apenas por reforçamento positivo, pode envolver também o estabelecimento de contingências aversivas, nas quais a educação é

exercida como forma de contracontrole.

A noção de que o empoderamento envolve o aprendizado de repertórios comportamentais ligados à educação para a participação em meios dominados por homens também surge nos trechos presentes em Blair et. al. (2011), ao descrever a experiência de um acampamento digital voltado para jovens mulheres:

Em vez de presumir, no entanto, que a única coisa que educadoras feministas precisam fazer para facilitar a alfabetização e o empoderamento resultante é fornecer experiências de aprendizado direcionadas para meninas, reconhecemos que tais experiências focadas podem ajudar os participantes a desenvolver uma compreensão compartilhada das possibilidades e restrições tecnológicas em suas próprias vidas e, então, articular essas experiências através de processos de composição multimodal, de forma a movê-las da posição de usuárias de espaços tecnológicos para planejadoras deles. (p. 47, tradução livre)

[...] Projetar tarefas e currículos de maneiras que valorizem a aprendizagem como um processo não só perturba estruturas hierárquicas que privilegiam os produtos finais, mas também amplia as oportunidades de pensar com e através de espaços tecnológicos, **o que é especialmente importante se procurarmos empoderar meninas e mulheres para se relacionarem com/através de tecnologias que não são mediadas por estereótipos de gênero.**" (p. 57, tradução livre, grifo meu)¹⁴

¹⁴ "Rather than presume, however, that the only thing feminist educators need to do to facilitate literacy and resulting empowerment is to provide targeted learning experiences for girls, we recognize that such focused experiences can help participants develop a shared understanding of the technological possibilities and constraints in their own lives and then to articulate those experiences through multimodal composing processes in ways that move them from the position of users of technological spaces to designers of them. (p. 47) [...] Designing assignments and curriculum in ways that value learning as a process not only disrupts hierarchical structures that privilege final products but also broadens the opportunities for thinking with and through technological spaces, **which is especially important if we seek to empower girls and women to form relationships with and through technology that are not mediated by gendered stereotypes**". (p. 57)

Galié (2013), ao tratar de uma população de fazendeiras na Síria, retrata a participação de mulheres em um meio tipicamente masculino e coloca a questão das relações de poder modificadas pelo empoderamento feminino, ao discutir a visão de poder comumente descrita pela literatura feminista:

O empoderamento das mulheres tornou-se um objetivo de desenvolvimento frequentemente citado. No desenvolvimento agrícola, o empoderamento é considerado essencial para que agricultores salvaguem seus interesses de sustento e a agrobiodiversidade baseada em sementes. O empoderamento também é considerado para permitir que pequenos agricultores de áreas marginais participem da pesquisa como parceiros mais iguais, junto com cientistas, aumentando assim a eficácia da pesquisa agrícola. **O empoderamento dos agricultores mais marginalizados e das mulheres rurais, em particular, é considerado importante para fornecer aos grupos mais vulneráveis os meios para expressar suas necessidades e desejos e tomar medidas para que possam influenciar o desenvolvimento rural e agrícola para a melhoria da nutrição e comida segura.** O vencedor do Nobel, Amartya Sen, demonstra em seu livro *Pobreza e Fome* como a fome vem do desempoderamento, da marginalização e da pobreza. (grifo meu, tradução livre, p. 58)

[...] Parte da literatura do empoderamento olha para o poder como uma luta entre indivíduos com interesses conflitantes para ganhar o poder que os outros detêm, em um jogo de soma zero. Ao olhar para o 'co-poder', outros chamam a atenção para o poder produzido pelos relacionamentos e pela ação coletiva para abordar as preocupações comuns dos grupos. A ação coletiva - a ação voluntária tomada por um grupo para alcançar interesses comuns - foi analisada como uma estratégia poderosa para garantir as necessidades e interesses dos membros do grupo (p. 81, tradução livre).¹⁵

¹⁵ "Empowerment of women has become a frequently cited goal of development. In agricultural development, empowerment is considered essential in order for farmers to safeguard their livelihood interests and seed-based agro-biodiversity. Empowerment is also considered to enable small farmers from marginal areas to participate in research

Frente aos trechos destacados nesta seção, as considerações tecidas pela literatura feminista sobre o empoderamento da mulher estão relacionadas, em grande parte, à alteração de contextos para que a desigualdade de poder entre homens e mulheres seja mitigada. Tal alteração depende tanto do aprendizado de repertórios de contracontrole frente a situações aversivas como do aprendizado referente a situações em que as mulheres não participam de forma comum nas culturas a que pertencem, principalmente por serem mulheres.

6.4 Considerações finais

Frente à caracterização do empoderamento levantada nas seções anteriores, podemos estabelecer uma tentativa de definição comportamental do empoderamento da mulher. Podemos afirmar que o empoderamento feminino é o processo pelo qual as mulheres adquirem novos repertórios comportamentais que, de alguma forma, se relacionam à mudança de contextos aversivos dependentes do seu gênero. Tal aprendizado se dá, especialmente, entre outras mulheres, que, de acordo com suas próprias histórias de vida, dispõem reforçadores para o comportamento das mulheres que aprendem outras formas de se comportar, que não estejam de acordo com as práticas culturais machistas prescritas pela sociedade em geral.

Como parte das contingências em que mulheres passam a obter reforçadores anteriormente não acessíveis, podem ocorrer sentimentos de prazer, felicidade, etc., paralelamente ao poder adquirido. No entanto, conforme apontado, este é apenas um dos efeitos do reforço positivo, ao

as more equal partners alongside scientists, thereby increasing the effectiveness of agricultural research. **Empowerment of the most marginal farmers, and rural women in particular, is considered important to provide these most vulnerable groups with the means to voice their needs and desires and to take action so that they can influence rural and agricultural development for the improvement of nutrition and food security.** Nobel Prize winner Amartya Sen demonstrates in his book *Poverty and Famines* how hunger stems from disempowerment, marginalization, and poverty. (p. 58) [...] Part of the empowerment literature looks at power as a struggle between individuals with conflicting interests to gain the power held by others, in a zero-sum game. By looking at copower, others draw attention to the power produced by relationships and by collective action to address the common concerns of groups. Collective action—the voluntary action taken by a group to achieve common interests—has been analyzed as a powerful strategy for securing the needs and interests of group members.” (p. 81)

lado do efeito fortalecedor da resposta - e ele, por si só, não caracteriza um ganho de poder. Nada impede que se atente aos sentimentos das mulheres como parte das contingências promotoras do empoderamento, já que estes são parte do processo e irão ocorrer junto às mudanças nas relações de poder, incluindo as contingências de contracontrole; este, porém, não deve ser um critério único, que prescindia de um cuidadoso exame das modificações nas práticas culturais estabelecidas entre homens e mulheres.

É importante também notar que o empoderamento feminino se relacionou a uma grande variedade de contextos referentes às mulheres na literatura pesquisada. Os artigos estudados se referiram ao empoderamento relacionado à modificação de contextos em que as mulheres passaram por violências e traumas diversos (Lewinson, Thomas & White, 2014), situações de vulnerabilidade física, psicológica e/ou material (Leitão-Martins, 2006; Krenz, Gilbert & Mandrayam, 2014; Kim, 2012), participação na política institucional ou na formação de coletivos de mobilização (Melo, 2011; Rai, 2007; Gulbrandsen & Walsh, 2012), dentre outros. A superação de eventos aversivos e/ou de práticas culturais referentes às mulheres não prescinde de descrever quais são estes eventos e práticas culturais e como eles se aplicam às mulheres na sua totalidade ou a subgrupos dentre as mulheres. Para planejar intervenções referentes a contextos onde o empoderamento feminino é importante, torna-se necessário ter clareza de qual contexto precisa ser superado e como ele se relaciona com aquele subgrupo de mulheres e com as mulheres enquanto categoria.

O estudo aqui discutido traz limitações acerca do método empregado, no entanto, já que a grande variedade entre os contextos apresentados pela literatura analisada dificulta uma análise mais aprofundada de cada um e das propostas possíveis a partir da Análise do Comportamento, levando em conta suas especificidades. As categorias propostas se prestam a uma reunião de tais contextos segundo critérios funcionais, no entanto, não pretendem esgotar a discussão sobre formas de entender o empoderamento em termos dos diversos contextos em que este é citado, visto que podem existir tantos quantos contextos existem. Além desta limitação, a análise do comportamento verbal proposta neste estudo contém as limitações inerentes à dedução das variáveis das quais este tipo de comportamento é função: sem acesso ao ambiente em que tais comportamentos são emitidos, resta especular as condições das quais o comportamento verbal registrado nos textos analisados é função. Outra dificuldade encon-

trada se refere à variabilidade entre as matrizes epistemológicas presentes nos artigos consultados como objeto principal deste trabalho; as asserções sobre o empoderamento feminino, em geral, subjaziam noções filosóficas diferentes sobre o entendimento do que é a mulher e das formas com que o feminismo luta para emancipá-la.

Não obstante, as categorias aqui discutidas do pensamento sobre o empoderamento permitem aproximações entre o entendimento da filosofia behaviorista radical e das teorias feministas acerca do comportamento dos seres humanos e, principalmente, buscam fomentar as possibilidades de diálogo entre as duas áreas do conhecimento. A aproximação com a literatura feminista aqui apresentada pode ser útil para a comunidade analítico-comportamental, uma vez que sumariza aspectos importantes do que é considerado o empoderamento feminino pelo movimento feminista e dos recursos e limitações do conceito para o planejamento de intervenções comportamentais que tenham como objetivo contribuir para a igualdade entre homens e mulheres. Também permite, em última análise, aproximar a comunidade analítico-comportamental de um campo de conhecimento já há muito em construção e que, vista a tradição da ciência de ignorar as contribuições de mulheres e a denúncia realizada pelo feminismo dessa prática (c. f. Schiebinger, 2001), bem como o isolamento da análise do comportamento em relação a outras áreas, não deve aqui ser repetida.

Referências Bibliográficas

- Addae, J. (2015). Effect of microfinance on women's empowerment: A review of the literature. *Africa Development and Resources Research Institute (ADRRRI) Journal*, 13, 1-15.
- Amorim, E. O., Fiuza, A. L. de C., & Pinto, N. M. de A. (2015). Mulher e trabalho no meio rural: Como alcançar o empoderamento? *Caderno Espaço Feminino*, 28, 195-213.
- Baquero, R. V. A. (2012). Empoderamento: Instrumento de emancipação social? – Uma discussão conceitual. *Revista Debates*, 6, 173-187.
- Blair, K., Fredlund, K., Hauman, K., Hurford, E., Kastner, S., & Witte, A. (2011). *Cyberfeminists at play: Lessons on literacy and activism from a girls' computer camp*. *Feminist Teacher*, 22, 43-59.
- Bowman, C. P. (2013). Women's masturbation: Experiences of sexual empowerment in a primarily sex-positive sample. *Psychology of Women Quarterly*, 38, 363-378.

- Carvalho Neto, M. B. de, Alves, A. C. A., & Baptista, M. Q. G. (2007). A “consciência” como um suposto antídoto para a violência. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 9, 27-44.
- Couto, A. G. (2017). Uma análise behaviorista radical da discussão feminista sobre o empoderamento da mulher (Dissertação de mestrado). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil.
- Crawford, M., Kerwin, G., Gurung, A., Khati, D., Jha, P., & Regmi, A. C. (2008). Globalizing beauty: Attitudes toward beauty pageants among Nepali women. *Feminism & Psychology*, 18, 61-86.
- Doetsch-Kidder, S. (2012). Loving criticism: A spiritual philosophy of social change. *Feminist Studies*, 38, 444-473.
- Galié, A. (2013). Empowering women farmers: The case of participatory plant breeding in tem Syrian households. *Frontiers: A Journal of Women's Studies*, 34, 58-92.
- Gill, R. (2008). Empowerment/sexism: Figuring female sexual agency in contemporary advertising. *Feminism & Psychology*, 18, 35-60.
- Godbee, B. & Novotny, J. C. (2014). Asserting the right to belong: Feminist co-mentoring among graduate student women. *Feminist Teacher*, 23, 177-195.
- Gulbrandsen, C. L., & Walsh, C. A. (2012). It starts with me: Women mediate power within feminist activism. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 27, 275-288.
- Hung, S. L. (2012). An empowerment model on reconstituting the meanings of divorce. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 27, 289-299.
- Kim, S. M. (2012). Evaluations of women-centered U.S. microenterprise development programs. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 27, 71-83.
- Krenz, K., Gilbert, D. K., & Mandayam, G. (2014). Exploring women's empowerment through “Credit-Plus” microfinance in India. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 29, 310-325.
- Leitão-Martins, M. T. de S. (2006). Apesar de... demos a volta por cima: Um estudo sobre o empoderamento de mulheres idosas. *Revista Ártemis*, 4, s.p.
- Lewinson, T.; Thomas, M. L.; & White, S. (2014). Traumatic transitions: Homeless women's narratives of abuse, loss and fear. *Affilia: Journal of Women and Social Work*, 29(2), 192-205.
- Lieu, N. T. (2013). Beauty queens behaving badly: gender, global competition, and the making of post-refugee neoliberal vietnamese subjects.

- Frontiers: A Journal of Women's Studies, 34, 25-57.
- Manesch, M. C., Siqueira, D., & Álvares, M. L. M. (2012). Pescadoras: Subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, 20(3), 713-737.
- Mariano, S. A. (2008). Traduções político-culturais de gênero na política de assistência social: Paradoxos e potencialidades para o empoderamento das mulheres no programa Bolsa Família. *Revista Gênero*, 9, 155-187.
- Mayoux, L. (1999). From access to empowerment: gender issues in micro-finance. CSD NGO Women's Caucus Position Paper for CSD-8. Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismo61>
- Medved, C. E. (2009). Constructing breadwinning-mother identities: Moral, personal, and political positioning. *Women's Studies Quarterly*, 37, 140-156.
- Melo, H. P. de. (2011). Uma avaliação do desempenho brasileiro no Global Gender Gap Index do Fórum Econômico Mundial. *Caderno Espaço Feminino*, 24, 537-552.
- Nasrabadi, M. (2014). "Women can do anything men can do": Gender and the affects of solidarity in the U.S. Iranian student movement, 1961-1979. *Women's Studies Quarterly*, 42, 127-145.
- Norwood, C. (2014). Women's empowerment and microcredit: A case study from rural Ghana. *Journal of Development Studies*, 4, 1-22.
- Rai, S. M. (2007). Deliberative democracy and the politics of redistribution: The case of the Indian panchayats. *Hypatia: a Journal of Feminist Philosophy*, 22(4), 64-80.
- Ricetti, E., & Dittrich, A. (2016). Definições de contracontrole identificadas na Análise do Comportamento e suas consequências para a análise de fenômenos sociais. (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Federal do Paraná – UFPR, Curitiba, PR, Brasil.
- Riger, S. (1993). What's wrong with empowerment. *American Journal of Community Psychology*, 21, 279-292.
- Ruiz, M. R. (1998). Personal agency in feminist theory: Evicting the illusive dweller. *The Behavior Analyst*, 21, 179-192.
- Ruiz, M. R. (1998b). Women and welfare reform: How well can we fare without education? *Behavior and Social Issues*, 8, 153-158.
- Sá, C. P. de. (2016). J. G. Holland, contracontrole social e socialização do behaviorismo radical. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 18, 52-60.

- Sardenberg, C. (2008). Liberal vs. liberating empowerment: A Latin American feminist perspective on conceptualising women's empowerment. *IDS Bulletin*, 39, 18-27.
- Sardenberg, C. (2012). Conceituando "empoderamento" na perspectiva feminista. (Comunicação oral, I Seminário Internacional: Trilhas do Empoderamento de Mulheres – Projeto TEMPO – 2006). Recuperado de: <https://tinyurl.com/feminismo60>
- Schiebinger, L. (2001). O feminismo mudou a ciência? Bauru: EDUSC.
- Showden, C. R. (2009). What's political about the new feminisms? *Frontiers: A Journal of Women's Studies*, 30, 166-198.
- Skinner, B. F. (1953). *Science and human behavior*. Cambridge: The B. F. Skinner Foundation.
- Skinner, B. F. (1957). *Verbal behavior*. New York: Appleton-Century-Crofts.
- Skinner, B. F. (1971). *Beyond freedom and dignity*. Middlesex, Reino Unido: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1974). *About behaviorism*. New York: Penguin Books.
- Skinner, B. F. (1976). *Walden Two*. Cambridge: Hackett Publishing. (Trabalho original publicado em 1948).

Capítulo 7

Uma análise de metacontingências e macrocontingências envolvidas em práticas de gênero

Júlia Cavalcanti Ferraz, Hellen Luane Silva Peixinho, Christian Vichi & Angelo A. S. Sampaio

Citação inicial

Capítulo 8

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 9

Capítulo

Texto S

Citação inicial

Capítulo 10

Capítulo

Texto S

Citação inicial